



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA E MUSEOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

JAFFIA ALVES DE MELLO

“FEMINISMO É REVOLUÇÃO!”: Coletivos Feministas e suas Práticas Políticas

RECIFE

2023

JAFFIA ALVES DE MELLO

“FEMINISMO É REVOLUÇÃO!”: Coletivos Feministas e suas Práticas Políticas

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Antropologia.

Área de concentração: Antropologia

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Lady Selma Ferreira Albernaz

RECIFE

2023

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

M527f Mello, Jaffia Alves de.
“Feminismo é revolução!” : coletivos feministas e suas práticas políticas
/ Jaffia Alves de Mello. – 2023.
166 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Lady Selma Ferreira Albernaz.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Recife, 2023.
Inclui referências e apêndices.

1. Antropologia. 2. Feminismo. 3. Teoria feminista. 4. Antropologia
feminista. 5. Ativismo. I. Albernaz, Lady Selma Ferreira (Orientadora). II.
Título.

301 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2024-114)

JAFFIA ALVES DE MELLO

“FEMINISMO É REVOLUÇÃO!”: Coletivos Feministas e suas Práticas Políticas

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Antropologia. Área de concentração: Antropologia.

Aprovado em: 27/09/2023

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª Dra. Lady Selma Ferreira Albernaz (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco-UFPE

Prof^ª Dra. Fabiana Maizza (Examinadora Interna)
PPGA / Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

Prof^ª Dra. Marion Teodosio de Quadros (Examinadora Interna)
PPGA/ Universidade Federal de Pernambuco-UFPE

Prof^ª Dra. Raissa Barbosa Araujo (Examinadora Externa)
Universidade Federal de São João del-Rei

Prof^º Dr. Luis Felipe Rios do Nascimento (Examinador Externo)
PPGPSI/ Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

AGRADECIMENTOS

Encerrar um ciclo me leva a rememorar a caminhada, e essa foi cercada de tantas variáveis que seria complicado elencá-las aqui. Ser mulher em uma sociedade como a nossa, mesmo considerando os avanços, ainda é um ato de resistência cotidiano. Exercer múltiplas funções só é possível em parceria com aqueles que nos apoiam, por isso, sempre uma música me vem a cabeça *“Sonho que se sonha só é só um sonho que se sonha só, mas sonho que se sonha junto é realidade”*.

Agradeço as mulheres que ao longo da história vem construindo a luta feminista, dentro e fora da academia, que lutam por um mundo onde ser mulher não signifique se sentir em “perigo”. A todas as Laras, Laudijanes, Avanis, Anahis, Selmas, Marions, Manuellas, Marianas, Marias, Simones e tantas outras.

Agradeço as minhas interlocutoras que através de suas entrevistas me apresentaram suas trajetórias militantes e me ajudaram a apreender seus pontos de vistas sobre o feminismo.

Agradeço a minha orientadora, Lady Selma Ferreira Albernaz, por quem nutro um enorme carinho. Ela me guiou por essa jornada que, tantas vezes, pareceu incerta e desafiadora. Obrigada pela parceria.

Agradeço, as professoras Marion Teodósio, Fabiana Mazza e ao professor Parry Scott pelas contribuições nas qualificações do projeto e tese.

Agradeço, as professoras Marion Teodósio, Fabiana Maizza, Raissa Barbosa, Ana Claudia, Jaileila Menezes e ao professor Luis Felipe Rios por aceitarem contribuir com a banca de defesa.

Agradeço a Mariana Borelli, pela consultoria acadêmica nos últimos meses, foi fundamental para o melhor fluxo da minha produção.

Agradeço a todos os amigos e amigas que fiz durante minha trajetória no Programa de Pós-graduação em Antropologia da UFPE. Aos professores e professoras e toda a equipe do programa.

A minha mãe, que como eu costumeiramente falo é o motor de tudo que faço, em todo caminho que eu decido trilhar ela está me apoiando. Que eu tenha a sua força e bondade sempre comigo. Amo-te infinitamente.

A Anahi, com quem divido a vida ao longo desses últimos 16 anos. Ela que sempre foi apoio, abraço, tranquilidade e equilíbrio. Obrigada por estar sempre presente. “Te amo do chão até a lua”.

Aos meus irmãos, cunhadas (os), sobrinhas (os), sogra (o) por serem apoio e contribuírem com os momentos de distração.

Aos meus amigos que torceram e me apoiaram ao longo dessa jornada acadêmica.

A FACEPE, pelo apoio que possibilitou a realização desta pesquisa.

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo compreender a atuação política das coletivas feministas de Recife, a partir de suas formas de organização, dos ideários que defendem e das redes de relações que percorrem no campo feminista. As coletivas feministas acompanhadas durante a pesquisa, embora compartilhem dos mesmos contextos de atuação, apresentam formas de articulação e ação diversas. Por outro lado, possuem algumas características em comum, por exemplo, são formadas em sua maioria por mulheres jovens que estão inseridas no contexto acadêmico, o que, conseqüentemente, acaba construindo uma relação intercambiável entre a militância e o campo de produção de conhecimento numa perspectiva feminista. Nesse sentido, as coletivas feministas etnografadas atuam a partir de orientações ideológicas como o anarquismo, o veganismo e o autonomismo, propondo ainda uma organização horizontal e pautada na “política do afeto” (CARMO, 2013). Com um olhar para o campo orientado a partir da Antropologia feminista (MOORE, 2009) que propõe uma etnografia crítica e que leva em consideração as relações de poder presentes no campo, articulada a uma compreensão da produção do conhecimento como um ato político comprometido com as sujeitas da pesquisa, partindo de um olhar situado e corporificado nos termos de Donna Haraway (1995), delineamos o percurso teórico-metodológico. Sendo assim, foram acompanhados eventos, reuniões e atos públicos organizados e realizados pelas coletivas feministas, ora individualmente, ora em parceria, seja entre elas ou com outros/os atores/atrizes do campo de luta feminista de Recife-PE, com destaque para eventos de grande mobilização e participação como o 8 de março (Dia Internacional da Mulher) de (2019) e a Marcha das Vadias (2019). Contudo, é preciso salientar que algumas ferramentas metodológicas necessitaram de adaptações devido o contexto de desenvolvimento desta pesquisa ter sido perpassado pela pandemia do Covid-19. Tal contexto não somente provocou adaptações nos fazeres das pesquisas, mas também nas formas de ativismo e atuação política das coletivas feministas, algo observado nesta pesquisa. Outro evento atenuante que produziu modificações nas ações das coletivas acompanhadas foi o horizonte social e político instaurado após a vitória do presidente eleito Jair Messias Bolsonaro (2019-2022).

Palavras-chaves: feminismo; antropologia feminista; coletivas feministas; ativismo; pandemia.

ABSTRACT

This research aimed to understand the political activity of feminist collectives in Recife, based on their forms of organization, the ideas they defend and the networks of relationships they run through in the feminist field. The feminist collectives monitored during the research, although they share the same contexts of action, present different forms of articulation and action. On the other hand, they have some characteristics in common, for example, they are mostly made up of young women who are inserted in the academic context, which, consequently, ends up building an interchangeable relationship between activism and the field of knowledge production from a perspective feminist. In this sense, the ethnographic feminist collectives act from ideological orientations such as anarchism, veganism and autonomism, also proposing a horizontal organization based on the “politics of affection” (CARMO, 2013). With a look at the field oriented from feminist Anthropology (MOORE, 2009) that proposes a critical ethnography that takes into account the power relations present in the field, articulated with an understanding of the production of knowledge as a political act committed to the subjects of the research, starting from a situated and embodied perspective in the terms of Donna Haraway (1995), we outline the theoretical-methodological path. Therefore, events, meetings and public acts organized and carried out by feminist collectives were monitored, sometimes individually, sometimes in partnership, either between them or with other actors/actresses from the feminist struggle field of Recife-PE, with emphasis on events of great mobilization and participation such as March 8 (International Women's Day) (2019) and the SlutWalk (2019). However, it is necessary to highlight that some methodological tools required adaptations due to the context of development of this research being affected by the Covid-19 pandemic. This context not only provoked adaptations in research practices, but also in the forms of activism and political action of feminist collectives, something observed in this research. Another mitigating event that produced changes in the actions of the collectives monitored was the social and political horizon established after the victory of elected president Jair Messias Bolsonaro (2019-2022).

Keywords: feminism; feminist anthropology; feminist collectives; activism; pandemic.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Card de Convocatória para o 8 de março.....	59
Figura 2	Manual de Segurança para o ato do 8 de março.....	60
Figura 3	Ato do 8 de Março - Recife 2019.....	62
Figura 4	Card da Reunião preparatória.....	65
Figura 5	1ª Reunião Organizativa do Encontro Nacional Feminista.....	74
Figura 6	Ato #ELENÃO.....	77
Figura 7	Primeira Marcha das Vadias (Slutwalks) em Toronto, 2011.....	91
Figura 8	Marcha das Vadias - Recife 2019.....	92
Figura 9	Vídeo da Marcha das Vadias Recife 2016.....	93
Figura 10	Card da Marcha das Vadias 2019.....	95
Figura 11	Pintura da faixa de abertura da Marcha 2019.....	96
Figura 12	Ensaio da batucada na concentração da Marcha 2019.....	97
Figura 13	Performance “Nós Mulheres”.....	98
Figura 14	Performance “Rojas”.....	99
Figura 15	Concentração Marcha das Vadias – Recife 2019.....	100
Figura 16	Roda no encerramento da Marcha das Vadias 2019.....	101
Figura 17	Manifestação contra o presidente Jair Bolsonaro durante a Marcha.....	101
Figura 18	Card de divulgação do evento Deboche-se.....	115
Figura 19	Marcha das Vadias – Recife (2019).....	116
Figura 20	Alimentos veganos	121
Figura 21	Card de divulgação do evento Ataque Feminista.....	124

Figura 22	Card de divulgação da live.....	124
Figura 23	Card de divulgação da live.....	129
Figura 24	Aplicação de Stencil.....	130
Figura 25	1º fanzine produzido pela Coletiva Mulesta – 2018.....	131
Figura 26	Campanhas desenvolvidas na Pandemia.....	145

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CUT	Central Única dos Trabalhadores
CTB	Central dos Trabalhadores Brasileiros
UBM	União Brasileira de Mulheres
MMM	Marcha Mundial de Mulheres
AMB	Articulação de Mulheres Brasileiras
UJS	União da Juventude Socialista
OMS	Organização Mundial de Saúde
PT	Partido dos Trabalhadores
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
MAPE	Mulheres do Audiovisual de Pernambuco
ONU	Organização das Nações Unidas
ONGs	Organizações não governamentais
PSOL	Partido Socialista e Liberdade
PSDB	Partido da Social-Democracia Brasileira
DEM	Democratas
SINPRO	Sindicato dos Professores da Rede Particular
CF/88	Constituição Federal de 1988
FDR	Faculdade de Direito do Recife
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
PL	Partido Liberal
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PDT	Partido Democrático Trabalhista
MST	Movimento Sem Terra
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
RENFA	Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas
CNDM	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
SPM	Secretaria de Políticas para as Mulheres
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

INCT	Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia
PNPM	Plano Nacional de Políticas para as Mulheres
SOF	Secretaria de Orçamento Federal
MTC	Movimento Comunitário Trabalhista

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	VIA DUPLA: DA TEORIA À PRÁTICA, DA PRÁTICA À TEORIA.....	20
2.1	CONTRIBUIÇÕES DA CRÍTICA FEMINISTA À CONSTRUÇÃO DA CIÊNCIA MODERNA.....	21
2.2	A CONSTRUÇÃO DE UMA ANTROPOLOGIA FEMINISTA.....	29
2.2.1	<i>Etnografia, agência e poder.....</i>	31
2.2.2	<i>Entrelaço: Antropologia e feminismo.....</i>	34
2.3	MOVIMENTO E TEORIA FEMINISTA: POSSIBILIDADES DE DIÁLOGOS.....	35
3	TRILHAS ETNOGRÁFICAS.....	42
3.1	CONHECENDO O CAMPO: O MOVIMENTO FEMINISTA EM PERNAMBUCO.....	43
3.1.1	<i>Os eventos etnografados.....</i>	50
3.2	OLHARES FEMINISTAS: DIFERENTES CENAS E EVENTOS.....	54
3.2.1	<i>Rede local: A construção do “8 de março”.....</i>	55
3.2.1.1	Entre “históricas” e “jovens feministas”: as alianças.....	62
3.2.1.2	Controvérsias: entre o Discurso e a Prática.....	65
3.2.2	<i>1ª Reunião preparatória para o Encontro Nacional Feminista.....</i>	67
3.2.3	<i>#ELENÃO: mulheres na rua.....</i>	74
3.3	MÚLTIPLOS ATIVISMOS: AS COLETIVAS FEMINISTAS CONTEMPORÂNEAS.....	85
3.3.1	<i>Autonomia e Horizontalidade: As Coletivas Feministas no Recife.....</i>	87
3.3.2	<i>Práticas de Organização e Mobilização Política.....</i>	91
3.3.2.1	Eventos (Deboche-se).....	92
3.3.2.2	Manifestações de Rua: Um olhar sobre a Marcha das Vadias de Recife...	98
4	ENTRE CATEGORIAS CONTINGENTES, INTERCAMBIÁVEIS E CUMULATIVAS.....	103
4.1	A “MULHER” COMO SUJEITO UNIVERSAL DO FEMINISMO?.....	104

4.2	CORPO BANDEIRA.....	113
4.3	VEGANISMO.....	118
4.4	ANARCOFEMINISMO.....	125
5	“ACORDA AMOR, JÁ NÃO É MAIS PESADELO NADA”.....	133
5.1	“VOCÊ QUE INVENTOU ESSE ESTADO, E INVENTOU DE INVENTAR TODA A ESCURIDÃO”	134
5.1.1	<i>A “nova” direita no Brasil.....</i>	134
5.1.2	<i>As estratégias utilizadas pela “nova” direita no Brasil.....</i>	137
5.1.3	<i>A eleição de Jair Bolsonaro e o impacto nas políticas públicas para as mulheres.....</i>	137
5.2	“ESSA NOITE EU TIVE UM SONHO DE SONHADOR, MALUCO QUE SOU, EU SONHEI COM O DIA QUE A TERRA PAROU”.....	143
5.2.1	<i>O movimento feminista no enfrentamento da pandemia.....</i>	145
5.3	“AMANHÃ HÁ DE SER OUTRO DIA”	148
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	152
	REFERÊNCIAS.....	156
	APÊNDICE A - Roteiro de Entrevista.....	162
	APÊNDICE B - Fotos do Lançamento do Centro Cultural SOS Corpo (2019).....	163
	APÊNDICE C - Fotos da Marcha das Vadias (2019).....	164
	APÊNDICE D - Fotos reunião preparatória 8 de março (2019).....	165
	APÊNDICE E - Fotos do 8 de Março (2020).....	166

1 INTRODUÇÃO

O campo feminista pode ser estudado a partir das esferas do governo, do movimento e da academia, as quais possuem perspectivas próprias, mas que se entrelaçam e se retroalimentam (ADRIÃO, 2007). Nesse sentido, não devemos falar em feminismo no singular, pois as diferentes correntes que compõem esse campo de saberes e práticas constroem dinâmicas particulares. O feminismo precisa ser compreendido a partir da sua complexidade e polifonia.

Quando falamos sobre o movimento feminista e revisamos sua História precisamos atentar, assim como aponta Donna Haraway (1995), para a produção de conhecimento como uma construção social situada, ou seja, as reflexões e História dos feminismos estão engendradas por estruturas ontológicas que envolvem o entendimento de sujeito, de ciência, de apreensão da realidade e produção de verdades sobre sujeitos, relações sociais e econômicas. Assim, o que se torna objeto de estudo deve ser compreendido a partir de uma visão localizada e corporificada, nesse sentido, os estudos sobre o movimento feminista e sua História apresentam uma perspectiva, um olhar vinculado à “instrumentos teóricos e políticos” (HARAWAY, 1995, p.21) de nomeação e de localização.

A partir desse entendimento, optou-se por traçar a história do movimento feminista a partir de suas ondas, as quais não possuem uma divisão tão clara e delimitada, mas que nos ajudam didaticamente a percorrer essa história e apontar as mudanças que foram ocorrendo ao longo do tempo.

Seguindo as ondas feministas, as coletivas feministas estudadas nessa pesquisa, estariam situadas no que se convencionou chamar de quarta onda do feminismo, que é marcada por uma contestação da institucionalização do movimento feminista e da sua relação com o Estado. Tais coletivas feministas reivindicam a autonomia do movimento e sua horizontalidade, questionando assim as formas mais tradicionais de organização das mulheres, as quais são baseadas em uma estrutura organizacional hierárquica, na qual, são estabelecidos cargos e funções para suas integrantes (CARMO, 2016), essa forma de organização construiria hierarquias e locais de prestígio dentro do movimento, estabelecendo quais sujeitos têm maior legitimidade de falar, e mais ainda de ser ouvido.

O conhecimento, principalmente, no viés acadêmico também é outro mecanismo de prestígio e poder dentro do movimento feminista. Deter conhecimento, “saber sobre o que está falando”, conhecer teóricas feministas e seus conceitos, colocam algumas mulheres em local de destaque e dão a elas o direito de serem ouvidas pelas outras e poderem assim representar o movimento externamente nas relações com outros movimentos, como o poder público, com as redes de comunicação e até mesmo com a própria academia.

Nessa direção, essa pesquisa tem como objetivo compreender a prática política das coletivas feministas em Recife-PE a partir de suas interlocuções com a produção teórica e acadêmica e com os outros atores presentes no campo político feminista e fora dele. A partir deste objetivo orientador, os eventos foram as principais formas de compreender como se desenvolvem as práticas políticas das coletivas, bem como reuniões nos quais as coletivas estiveram presentes como participantes ou organizadoras.

Através de um estudo etnográfico dos eventos, estes ocorreram em lugares públicos como praças e ruas ou em sedes e espaços cedidos por outras entidades dos movimentos sociais, foi possível notar o trânsito das coletivas que ora realizam atividades sozinhas ora se juntam a outras coletivas e grupos feministas e de mulheres locais e nacionais, essa dinâmica constrói uma rede de relações que ocorreram de forma presencial e virtual. A escolha dos eventos se deu a partir de dois critérios: os eventos tradicionais do calendário feminista local, esses são organizados por diferentes grupos feministas e as coletivas participam da organização, a exemplo do 8 de março, e os eventos/reuniões que durante o período de campo (2019-2020) foram organizados por coletivas feministas e abertos ao público.

Entre os eventos e reuniões analisados destacamos as reuniões preparatórias para a realização do ato de rua do 8 de março e do ato do #ELENÃO, e as respectivas ações; a 1ª reunião preparatória para o Encontro Nacional Feminista; o evento *deboche-se*; a marcha das vadias (2019); a inauguração do centro cultural feminista, dentre outros eventos que ocorreram durante o período de campo. Tais eventos são marcados por uma mistura entre militância e sociabilidade, em que suas programações intercalam momentos de debates políticos e momentos de coletivização e divertimento, em que o número de participantes é variado a depender do local e organização.

Além das observações realizadas nos eventos e reuniões, foram realizadas conversas informais em momentos de confraternização que por vezes ocorreram posteriores as reuniões

de organização das atividades, ou mesmo em encontros casuais com as militantes dos movimentos e coletivas feministas, bem como a utilização das redes sociais como recurso epistemológico de acesso a produções feitas pelas coletivas como fanzines, notas de escrachos, panfletos e demais postagens, e a participação em eventos virtuais devido à necessidade do distanciamento social como medida de contenção do vírus da covid-19. Outra ferramenta metodológica mobilizada foi a realização de entrevistas semiestruturadas com cinco interlocutoras, participantes das coletivas e de outros grupos feministas que se fizeram presentes no campo.

Nesse cenário, as jovens feministas tentam construir seu espaço e estabelecer suas pautas de reivindicações, se estruturando enquanto um grupo organizado dentro do movimento, com pautas específicas e reivindicações geracionais, um formato de militância recente. De acordo com Karlla Adrião (2007), sempre houve jovens dentro do movimento, mas elas não se encontravam de forma organizada enquanto grupo, em sua pesquisa, a autora aponta o 9º Encontro Feminista Latino-Americano e Caribenho ocorrido na Costa Rica (2002), como sendo a primeira vez em que foi feita uma menção as jovens feministas enquanto grupo organizado. Já no 10º Encontro Feminista Latino-Americano e Caribenho ocorrido no Brasil (2005), um grupo de jovens feministas, no encerramento do evento, leram uma moção na qual reivindicavam maior visibilidade e participação do segmento, demonstrando aí uma consolidação desse segmento enquanto grupo organizado.

Embora relações assimétricas atravessarem o campo de luta do movimento feminista em diversos aspectos, sejam raciais, de classe, gênero ou mesmo territoriais, a questão geracional cria uma disputa entre as feministas ditas históricas e as jovens feministas. Nesse sentido, a experiência é acionada como uma categoria que denota conhecimento e poder, sendo assim, as feministas históricas por estarem a mais tempo no movimento possuem um lugar de prestígio e de respeito, pois suas experiências se sobressaem as das demais (ORTNER, 2009).

Outro campo de debate dentro do campo feminista que se faz necessário demarcar é a relação entre a academia e o movimento feminista, entre a teoria e a prática política. Por vezes, militantes feministas olham com desconfiança as acadêmicas feministas, por acreditarem que estas utilizam do movimento para realizar suas pesquisas, mas que não contribuem com sua efetiva construção, esse distanciamento do cotidiano da militância feminista ocasionaria percepções equivocadas sobre as práticas feministas. Essa percepção

acaba construindo um ambiente de difícil aproximação, mesmo sendo constatado que uma boa parte das militantes feministas possuem uma trajetória também acadêmica (CARMO, 2018).

Contudo, essa pesquisa parte da compreensão de que a relação entre academia e movimento social é de retroalimentação, no qual a academia oferece bases teóricas para fundamentar a prática feminista e o movimento provoca nas pesquisas e produções acadêmicas a necessidade de repensar seus conceitos teóricos e muitas vezes ressignificá-los a partir do campo. Nesse sentido, a discussão acadêmica seria acionada pelo movimento feminista para traçar as estratégias políticas, que consequentemente se valeria das produções acadêmicas como pontos de sustentação de uma argumentação em favor das lutas feministas. Pois, produzir conhecimento feminista é um ato político.

Com relação às coletivas feministas pesquisadas, essas se estabelecem nesse limiar entre a militância e a academia, sendo constituído majoritariamente¹ por mulheres jovens, brancas, de classe média e advindas da academia. Na prática política, as coletivas resgatam algumas bandeiras históricas do movimento feminista e as ressignificam usando de estratégias denominadas por elas como “escracho”, “chacota”, “esvaziamento de sentido”, entre outros. Elas tensionam o movimento feminista dito tradicional, por colocarem para o movimento novas formas de politizar as questões de gênero e sexualidade.

Nessa construção, as coletivas feministas e/ou militantes se alinham com diferentes ideários como o anarquismo, o veganismo e não especismo, o autonomismo, acionando ainda uma discussão acerca do corpo e do sujeito do feminismo. Utilizando eventos, shows, intervenções urbanas, marchas, pixações e panfletagem, provocam deslocamentos em dimensões variadas tanto no campo de lutas como de estudos feministas. Por exemplo no campo da linguagem, em que o uso de palavras que possuem uma conotação negativa como “vadias” e “sapatão”, são reapropriadas por algumas coletivas a partir de outro campo de significação, essas categorias antes acusatórias são supervalorizadas para reafirmar lugares de fala, “se ser vadia é fazer o que tem vontade, eu sou vadia mesmo”. Outra apropriação que ocorre no campo da linguagem é a ruptura da linguagem masculina presente na língua portuguesa como referente de generalização, a partir da substituição de termos

¹ Durante a pesquisa de campo, encontramos coletivos que apresentavam características distintas dessas apresentadas. O que ressalta, mais uma vez, a heterogeneidade presente no campo feminista de Recife.

convencionalmente usados no masculino pelo seu correlato no feminino, como exemplo temos o próprio “coletivo” sendo substituído por coletiva, outros exemplos, “sujeito” por sujeita, “presidente” por presidenta. Essa retomada linguística é compreendida pelas coletivas como uma forma de resistir aos padrões estabelecidos que provocam uma supervalorização do masculino e um apagamento das mulheres do contexto social e político.

Ao longo desta pesquisa, o contexto social e político ocasionou impactos na atuação das coletivas, dentre esses marcos podemos elencar a eleição do ex-presidente Jair Bolsonaro (2018), que chefiou o poder executivo do país até o ano de 2022, e a pandemia da COVID-19 (iniciada no ano de 2020²) seguida do isolamento social. A eleição de Bolsonaro trouxe para os movimentos sociais e, mais especificamente para o movimento feminista, uma atmosfera de insegurança em decorrência dos ataques que o movimento vinha sofrendo. Já a pandemia tirou os movimentos das ruas, sendo necessário construir estratégias criativas para atuar na internet e não permitir que a luta enfraquecesse.

Por possuírem uma aproximação com um *cyberativismo*, as coletivas feministas conseguiram organizar lives, reuniões e eventos pelas redes sociais, mas, apesar dessas estratégias, foi possível notar o impacto que o distanciamento causou na militância. Como lembra uma música frequentemente cantada pelo movimento feminista “companheira me ajude que eu não posso andar só, eu sozinha ando bem, mas com você ando melhor”, a militância é energizada nas ações cotidianas. Uma potencialidade que o movimento feminista possui de construir pontes e alianças, essa capacidade é o que Aline Bonetti (2009) denomina “capital de articulação política” e está relacionado com a capacidade de dentro de um sistema desigual de prestígio e privilégios as militantes a partir de suas posições conseguirem construir alianças estratégicas dentro do movimento.

Além de se constituírem enquanto estratégias políticas de ação, podemos compreender a capacidade de articulação dos movimentos feministas como estratégias de manutenção de vida, uma vez que os grupos e coletivas feministas se juntam por meio vínculos de amizades e pertencimentos, ou por uma “política do afeto” (CARMO, 2018), o que ocasiona uma maior fluidez entres essas coletivas.

² O fim da pandemia do Covid- 19 foi decretado pelo diretor geral da Organização Mundial de Saúde (OMS) da ONU em maio de 2023 aproximadamente 3 anos após o seu início. Fonte: [Decretado fim da emergência sanitária global de Covid-19 — Rádio Senado](#) .

Dessa forma, esta tese está dividida em quatro capítulos. Sendo o primeiro capítulo intitulado “Via dupla: da prática a teoria da teoria à prática” no qual foi realizado uma discussão sobre a crítica feminista à construção do conhecimento moderno, dado que existe uma disputa política sobre a construção do conhecimento e durante muito tempo as mulheres não fizeram parte desta, o que resultou em críticas sobre as ferramentas analíticas, os conceitos e as formas de observações que são insuficientes para dar conta das experiências e existência das mulheres em um mundo onde gênero é estruturante das relações. Este capítulo também é composto pela reflexão teórica desta pesquisa que parte da antropologia feminista como caminho para refletir as relações de poder e prestígio presentes no campo, assim como a articulação entre a academia e o movimento feminista, produzindo um conhecimento comprometido com as sujeitas de sua pesquisa.

O segundo capítulo, denominado “Trilhas etnográficas” visou percorrer as redes de relações das coletivas feministas, por meio das atividades realizadas com outras coletivas e com atores do campo feminista (Ongs, sindicatos, frentes de mulheres de partidos, feministas independentes) e das atividades realizadas pelas próprias coletivas. Este capítulo contribui para pensarmos os trânsitos das coletivas que se juntam entorno de algumas pautas e depois se separam nas pautas específicas. Assim, como refletir princípios norteadores de suas práticas como a autonomia e horizontalidade.

Nesse percurso, o terceiro capítulo que tem como título “Entre categorias contingentes, intercambiáveis e cumulativas” apresenta as referências e discussões que são acionadas no campo, passando por uma discussão sobre quem seria o sujeito do feminismo, sobre a ideia de corpo enquanto ferramenta de reivindicação, como a própria mensagem, o corpo bandeira (GOMES e SORJ, 2014), o veganismo e o anarquismo. Essas orientações ideológicas iram fomentar a atuação das coletivas.

Por fim, o quarto capítulo intitulado “Acorda amor, já não é pesadelo nada”, propõe uma reflexão sobre o impacto que o contexto político e social dos últimos anos (2018-2022) tiveram no movimento feminista, e mais especificamente nas coletivas feministas pesquisada neste trabalho. E na última seção trago a proposta de nos alçarmos a novos voos em busca de um horizonte mais esperançoso, assim refletindo os novos cenários que estão surgindo e sobre as estratégias que precisarão ser acionadas pelas coletivas feministas para que o movimento feminista continue resistente e propositivo.

2 VIA DUPLA: DA TEORIA À PRÁTICA, DA PRÁTICA À TEORIA

Pensar a produção do conhecimento científico a partir de uma perspectiva feminista é desafiar as estruturas preestabelecidas. Ao longo da história, o conhecimento científico foi construído sem a participação das mulheres, apenas com nossa presença nos espaços acadêmicos que este conhecimento foi colocado em disputa, pois suas ferramentas analíticas, conceituais e metodológicas não eram suficientes para compreender a experiência e existência das mulheres no mundo. Mas, porque a importância de discutir a construção do conhecimento científico?

A relação existente entre o movimento feminista e a academia é intercambiável e de retroalimentação. O feminismo que é mais amplo do que o seu próprio movimento se constitui enquanto teoria e prática política, como aponta Suzana Rostagnol (2018), academia e política se unem na busca de uma sociedade mais igualitária.

Nesse sentido, tomamos o caminho de uma Antropologia adjetivada, uma Antropologia Feminista (BONETTI, 2009). A antropologia feminista aproximou a relação entre conhecimento e poder, daí decorrem as críticas e necessidade de desconstruir um conhecimento androcêntrico que não compreende as mulheres enquanto sujeitos sociais. Como aponta Moore (1999), o problema não residia na presença das mulheres nas etnografias, mas na sua falta de representatividade e de voz.

Partindo desse entendimento, compreendemos o conhecimento científico como parcial e localizado como defendido por Donna Haraway (1995), em sua proposta a autora não invalida ou relativiza o conhecimento, mas propõe uma “objetividade corporificada e feminista”.

Assim, buscamos estabelecer pontes entre o movimento feminista e a academia, tendo em vista que, muitas acadêmicas feminista brasileiras são advindas do movimento feminista e muitas das militantes feministas são acadêmicas ou egressas da academia, pensar essa relação a partir de paredes nos parece imprópria, pois haveria de fato essa dicotomia? Essa separação e dissociação? Ou isso seria uma falácia?

Mônica Tarducci (2018) em “Un viaje personal por la antropología” levanta uma pergunta que julgamos importante para essa pesquisa “¿es posible separar a la antropóloga de la feminista, o solo la mirada de los y las otras nos definen como una u otra?”.

2.1 CONTRIBUIÇÕES DA CRÍTICA FEMINISTA À CONSTRUÇÃO DA CIÊNCIA MODERNA

Nesta seção, pretendo discutir como a crítica feminista apontou as lacunas existentes no conhecimento científico moderno. Passando pelas epistemologias feministas, pela geopolítica do conhecimento e pelas interseccionalidades que permeiam esse campo.

O conhecimento científico moderno, construído a partir dos paradigmas iluministas de universalidade, neutralidade e objetividade, tem orientado qual saber pode ser considerado científico e quem é o seu “verdadeiro” sujeito. O “verdadeiro” cientista, para os iluministas, é aquele guiado pela razão, o qual não seria influenciado por valores sociais e morais, e suas pesquisas não possuiriam interesses específicos mantendo assim uma total imparcialidade (ARANHA e MARTINS, 2003).

Inicialmente e ao longo dos anos, a produção do conhecimento científico era reservado aos homens, em especial, aos homens brancos, heterossexuais e de classe média. Tornando-se dessa forma um conhecimento que diz mais sobre quem o produz do que sobre o que seria “verdadeiro” ou “falso” no campo da ciência (BANDEIRA, 2008).

O homem branco ocidental foi considerado o “sujeito universal” da ciência moderna, e às mulheres foi negada a autoridade do conhecimento. A partir de uma visão androcêntrica ocorreu uma associação simbólica e prática de quais características estariam associadas ao feminino e ao masculino no campo da ciência, construindo assim dicotomias: objetividade *versus* subjetividade; neutralidade *versus* parcialidade; razão *versus* emoção. Tais categorias opõem, socialmente, tanto homens de mulheres quanto o científico do não-científico (KELLER, 2006).

Essa dicotomização não se restringiu apenas a diferenciar e categorizar, mas ela é marcada pela hierarquização de distinções masculinas e femininas. Essa hierarquização por muito tempo colocou as mulheres em um lugar de silenciamento dentro do campo científico, que se deu de diferentes formas, a presença das mulheres no campo da ciência era, e ainda podemos apontar que em algumas áreas ainda são, inferior ao número de homens.

Nesse cenário, as mulheres não eram vistas como sujeitos capazes de produzir um conhecimento científico, neutro e objetivo pelas questões subjetivas e emocionais que lhes eram atribuídas. Bandeira (2007), em sua pesquisa realizada no ano de 2006, evidência que a maioria das mulheres cientistas estavam concentradas nas áreas de ciências humanas, biologia, linguística, letras e arte, enquanto os pesquisadores homens se concentravam,

principalmente, nas ciências exatas e da terra e nas engenharias, campo marcado por um dito rigor científico e pela objetividade.

Nesse sentido, a crítica feminista à ciência vem questionar os pilares do conhecimento científico moderno colocando em debate a questão da neutralidade do conhecimento científico. Segundo Sardemberg (2001),

a crítica feminista tem avançado da mera denúncia da exclusão e invisibilidade das mulheres no mundo da ciência para o questionamento dos próprios pressupostos básicos da Ciência Moderna, virando-a de cabeça para baixo ao revelar que ela não é nem nunca foi “neutra” (p.1).

É importante ressaltar que a crítica a ciência moderna não foi realizada apenas pelas feministas, mas também movimentos anticoloniais, antimilitaristas, ecologistas e teóricos pós-modernos – em diferentes épocas e contextos – apontaram críticas ao fazer científico moderno. Já no campo feminista não podemos compreender a relação do feminismo e a ciência a partir de um único ponto de vista, pois algumas correntes se constituíram a partir dos ideais iluministas e modernos, buscando a adequação aos moldes “científicos”, e não à sua subversão (SORJ, 1992).

O movimento feminista da década de 1960, conhecido como a segunda onda do feminismo, deu seus primeiros passos junto à ideia iluminista de racionalidade, tentando explicar a subordinação das mulheres na sociedade a partir de justificativas racionais e objetivas. Apenas com o passar do tempo se questionou sobre a invisibilidade e exclusão das mulheres causada pelo viés androcêntrico que estava presente na ciência tradicional.

As correntes do pensamento feminista – liberal, socialista e radical – apesar de suas divergências estavam engajadas em construir uma prática política científica.

Enquanto para as feministas liberais a subordinação da mulher é uma questão de socialização diferenciada e discriminação com base no sexo – o que fundamenta as lutas por direitos iguais, políticas de ações afirmativas e reformas semelhantes, para as feministas socialistas e radicais essas políticas de reforma social, ainda que necessárias, não são suficientes, pois não chegam à raiz do problema. No entender das feministas socialistas e radicais, as causas da opressão e subordinação das mulheres são estruturais (SARDENBERG, 2001, p.4).

As reflexões trazidas pelas correntes feministas mesmo que partindo de macro-teorias que, por vezes, não se construíram a partir de um olhar sobre as mulheres, contribuíram para a ampliação do debate. No entanto, além de situar as mulheres como objetos de investigações científicas, o que estava em jogo era o lugar das mulheres como sujeitos legítimos da produção do conhecimento.

O principal obstáculo nesse processo estava na ideia que permeava a ciência moderna de objetividade e imparcialidade. Visto que, o conhecimento que partia das investigações

realizadas por mulheres era visto no ambiente acadêmico³ como de menor valor, ou ao menos um conhecimento comprometido, no qual, a objetividade é atacada reverberando em uma ciência de “segunda classe”.

Ao pensar sobre a ciência produzida por mulheres e para mulheres, Sardemberg (2001), coloca como objetivo maior para o projeto feminista nas ciências e na academia pensar saberes relevantes para as mulheres e suas lutas. Neste sentido, para refletir sobre as epistemologias feministas precisamos compreender que ela encontrasse em um emaranhado de pontos de vista que, por vezes, são contraditórios e em disputa. Assim, não podemos falar de uma epistemologia feminista no singular, mas podemos traçar pontos de convergências sobre o que consideramos como sendo as principais abordagens presentes.

Dentre as principais contribuições da crítica feminista à ciência moderna podemos destacar a ruptura com o ideário de uma ciência imparcial. As diversas epistemologias feministas partem da compreensão de um conhecimento formulado a partir dos contextos sociais, políticos e culturais nos quais estão inseridos. Assim, para o debate de gênero e ciência a questão da epistemologia e da política é central.

Donna Haraway (1995), defende que os conhecimentos são “situados” social e historicamente então não podemos falar de um conhecimento que não seja parcial. Para a autora o conhecimento científico e feminista será sempre parcial e incompleto (SANTOS, 1995). Ao afirmar que a construção de um conhecimento parcial não elimina a sua objetividade, Haraway (1995) “pretende conciliar a objetividade com a perspectiva ou posição do sujeito cognoscente” (SANTOS, 1995, p. 46). Para ela a ciência deve ser compreendida através da relação entre o corpo e a linguagem, sendo necessário levar em consideração a questão da corporalidade na construção do conhecimento.

Nesse contexto, a objetividade do conhecimento seria reivindicada através dos saberes localizados, estes marcados pelas experiências corporais particulares de cada sujeito e que por esse motivo não buscam a totalidade. Haraway (1995) aponta que os saberes localizados são múltiplos e potentes, mas, não são inocentes, compreendendo que a ciência não é neutra nem tão pouco desinteressada, mas envolta em relações de poder que interferem diretamente no conhecimento que se produz bem como em como se entende o conhecimento e suas formas de produção.

Desse modo, o conhecimento formulado a partir das questões de gênero problematizam as categorias de universalidade e localidade, pois

³ Apesar dos avanços que tivemos no ambiente acadêmico os estudos sobre a “questão das mulheres” ou os estudos de gênero, ainda são vistos como de menor expressão dentro da academia.

A objetividade feminista trata da localização limitada e do conhecimento localizado, não da transcendência e da divisão entre sujeito e objeto. Desse modo podemos nos tornar responsáveis pelo que aprendemos a ver (HARAWAY, 1995, p.21).

A ciência feminista seria uma ciência da tradução e da interpretação do mundo, sendo parcial e localizada ela faz parte do contexto de vida das pessoas e ela deve ser responsável pelas suas formulações teóricas. Donna Haraway (1995) em *Saberes Localizados* defende que não devemos abandonar a ciência e a ideia de objetividade, mas que é necessário disputar o conhecimento científico a partir do próprio conhecimento e que a partir de um saber situado e localizado, e consequentemente, múltiplo é que podemos atingir uma verdadeira objetividade.

O feminismo ama outra ciência: a ciência e a política da interpretação, da tradução do gaguejar e do parcialmente compreendido. O feminismo tem a ver com as ciências dos sujeitos múltiplos com (pelo menos) visão dupla. O feminismo tem a ver com uma visão crítica, consequente com um posicionamento crítico num espaço social não homogêneo e marcado por gênero (HARAWAY, 1995, p.31).

Em diálogo com Sandra Harding, Donna Haraway “aceita e quer levar adiante a proposta de Harding (1986) quanto à necessidade de um critério do “real” e assim, de objetividade “mais robusta” ...” (SARDENBERG, 2001, p.20).

Sandra Harding (1986, 2019), parte do feminismo perspectivista (feminist standpoint) para formular a sua ideia de objetividade forte. Segundo a autora, as teorias das perspectivas têm inspiração na teoria do proletariado marxista e se fundamentam na compreensão de que o conhecimento e as crenças são formuladas a partir das classes dominantes. Assim, a epistemologia trazida pelo feminismo perspectivista possibilitaria a crítica a epistemologia moderna e simbolizaria uma luta intelectual e política.

O feminismo perspectivista se fundamenta no ponto de vista das mulheres e segundo Sardenberg (2001),

De um modo geral, porém, o pressuposto básico dessas epistemologias é o de que não existe conhecimento “neutro” nem “absolutamente objetivo”; todo conhecimento se constrói a partir de um posicionamento social (histórico, cultural) específico, refletindo não a “verdade”, mas o que se pode apreender da perspectiva que tem desses diferentes ângulos (p.16).

Harding (2019), pontua que a teoria perspectivista defende que as pesquisadoras se utilizem de categorias de análise diferentes das categorias dominantes, o que levaria a obter informações mais objetivas sobre a vida cotidiana das mulheres pesquisadas. Nesse sentido, partindo de uma crítica as posições e práticas sexistas e androcêntricas, a autora formula o seu conceito de objetividade forte.

Mas, no que se basearia a ideia de “objetividade forte”? Harding (2019) compreende que à crítica a ciência precisa estar pautada na inclusão do ponto de vista das minorias que

foram silenciados e invisibilizados ao longo da história. Para ela, é fundamental a presença desses grupos subalternizados no campo da ciência para que o próprio fazer científico possa ser repensado. A objetividade forte se constituiria a partir da produção do conhecimento realizado por esses grupos, os quais não se limitariam a produzir conhecimentos sobre si próprios, mas sobre diversos campos de conhecimento.

Assim, pensar uma ciência que não seja produzida por um grupo social específico, eurocentrado, masculino, branco, heterossexual, ou seja, uma ciência exercida “a partir de baixo” possibilitaria a construção de uma objetividade mais forte. Os saberes e experiências subalternos trazem à tona questões e novas formas de construir saberes científicos que a ciência moderna não considera relevante.

É importante observar como a ideia de saberes localizados de Donna Haraway (1995) e de objetividade forte de Sandra Harding (1986, 2019) dialogam, pois para as duas teóricas a crítica feminista à ciência moderna precisa partir da perspectiva de que as experiências das minorias importam e nesse sentido é necessário pensar como os saberes localizados/ situados, constroem padrões de objetividade forte para a ciência.

A partir das reflexões trazidas uma questão que se coloca a essa pesquisa é onde ela está situada geograficamente e politicamente. De antemão, adianto que essa pesquisa tenta falar da periferia para o centro. Visto que, os estudos realizados no campo feminista ainda são na atualidade vistos como estudos de segunda classe ou menos importantes do que os estudos ditos objetivos. As pesquisadoras deste campo, assim como as pesquisadoras de outros grupos tidos como “minorias” são a todo momento acusadas de realizar uma pesquisa subjetiva, que parte apenas de suas experiências, vistas como limitadas e limitadoras, e capazes apenas de estudar os seus grupos específicos. O que impossibilitaria essas estudiosas de desenvolver uma ciência para todas e todos.

Ao longo da história, nas diversas disciplinas, podemos observar a ausência das mulheres como produtoras de conhecimento, como nos lembra Susan Bordo (2000) dificilmente vemos teóricas feministas sendo citadas ao lado de teóricos como Michael Foucault, Jacques Derrida, Edward Taylor – considerados os autores mais importantes da teoria crítica – mesmo estas tendo dado importantes contribuições para a reformulação do campo teórico de diversas áreas. As produções que discutem as questões de gênero são vistas apenas como parte, incapazes de teorizar sobre um escopo mais amplo.

Essa justaposição considera que as feministas desenvolvem uma crítica especializada, que não pode ser ignorada talvez, mas cujas implicações são contidas, limitadas e de impacto geral insuficiente para constituir um novo conhecimento sobre “o modo como a cultura opera” (BORDO, 2000, p.11).

Além da invisibilidade das contribuições científicas feita pelas mulheres, um outro problema enfrentado decorre da interpretação errônea de suas teorias. As teorias são vistas, com frequência, como construídas para atacar os homens e reforçar as dualidades entre os sexos, mas diferentemente disso as teóricas feministas não se preocupam apenas com as questões de inclusão ou representação das mulheres, elas se preocupam com uma ciência feita a partir de todas e todos (BANDEIRA, 2018).

No campo científico, as teóricas feministas ainda são vistas como o outro “continuamos sendo o Outro na autodefinição de nossa disciplina, na história intelectual em geral e até nas narrativas sobre as mudanças que nós mesmas temos provocado” (BORDO, 2000, p. 24). Diante disso, a teoria feminista, assim como suas teóricas, precisa reivindicar um lugar no centro do debate científico, o que não significa descartar todas as construções realizadas no campo científico, mas se faz necessário repensar seus pressupostos fundantes.

Outro ponto que nos coloca na periferia da circulação do conhecimento científico é a nossa localização geográfica. O Brasil, assim como os outros países da América Latina, não faz parte dos grandes centros de produção científica, o que dificulta a circulação das teorias feministas produzidas nessas regiões.

As produções das teóricas feministas da América Latina e de outros locais do Sul Global possuem dificuldades para dialogar através das fronteiras geopolíticas, principalmente, quando seus escritos não são em língua inglesa, o inglês se tornou a língua oficial da ciência e para serem ouvidas essas teóricas precisam realizar um processo de tradução das suas pesquisas. Costa e Alvarez (2013), propõem “a tradução como política e teoricamente indispensável para forjar alianças políticas e epistemológicas feministas em prol da justiça social, antirracistas, pós-coloniais e anti-imperialistas” (p.580).

O processo da tradução, nesse sentido, deve ser entendido em sentido amplo, não uma mera questão linguística, a tradução está aberta para o olhar do outro sobre o que está sendo produzido. As teorias feministas produzidas do “lado de cá” possuem dificuldade de circulação e dependem de aparatos materiais, como os periódicos, para organizar suas traduções, publicações e circulação (COSTA E ALVAREZ, 2013).

Esse processo nos faz pensar como uma teórica feminista se torna referência transnacional? De fato, podemos observar que a localização geográfica importa. Está localizado em um grande centro de produção científico pode torna a pesquisa de acesso global, outro ponto como aqui já apresentado é a língua que é usada para disseminação, e principalmente, a prática de citação

Hoje se sabe muito bem que as práticas de citação são grandemente responsáveis não apenas pela formação dos cânones acadêmicos, mas são vistas como a medida mais objetiva de mérito acadêmico (COSTA e ALVAREZ, 2013, p. 581).

As citações revelam os caminhos percorridos pela teoria e como são formadas as “grandes teorias” no contexto global. As referências usadas em uma pesquisa revelam as filiações da pesquisadora, seus pares, sua localidade, o que nos coloca em constante alerta sobre quem devemos referenciar, pois “o teórico é político”.

Nesse sentido, olhando para as questões de localidade/parcialidade presentes nesta pesquisa, ela é realizada no Nordeste, uma região periférica no âmbito científico e tecnológico brasileiro (MATOS, 2016). Pois, as regiões sul e sudeste concentram a maioria dos recursos financeiros destinadas a pesquisa, extensão e ensino no país.

No Brasil, a produção do conhecimento científico é realizada principalmente nas universidades públicas. Nesse cenário, pode-se observar uma discrepância em relação aos investimentos e infraestrutura das universidades que ficam no eixo Sul-Sudeste e universidade do Norte-Nordeste (MATIAS, 2016).

Vivian Matias (2016), em sua pesquisa realizada na região nordeste do Brasil que tinha como foco mulher e ciência, apontou que as desigualdades regionais marcam politicamente o campo de Ciências e Tecnologia, e que apesar da infraestrutura inferior da região nordeste, as pesquisadoras que atuam nessas localidades recebem grande pressão externa para manterem sua produtividade.

A alta produtividade no campo da ciência é sinônimo de financiamento e de status tanto entre os seus pares como no âmbito mais geral. As instituições financiadoras classificam os programas tendo como parâmetro principal a produtividade do seu corpo docente e discente. A busca pela alta produtividade afeta pesquisadores e pesquisadoras, mas ela recai de forma diferente com relação as mulheres (MATIAS, 2016).

As experiências das mulheres no campo da ciência são atravessadas por outras dimensões da vida social e, por vezes, elas são cobradas e culpabilizadas por não assumirem os diversos papéis que lhes são esperados. Nesse sentido, os pesquisadores homens possuem um lastro bem maior de atuação, as famílias para eles servem como base de apoio para a construção de suas carreiras, visto que, por vezes suas esposas são responsáveis por manter suas casas e vidas em “ordem” para que eles possam se dedicarem a suas carreiras (BANDEIRA, 2008). Essa discrepância se evidencia quando é observado o local ocupado pelos pesquisadores homens dentro da academia, em sua maioria, ocupando cargos

importantes na estrutura organizacional de suas instituições e coordenando grupos de pesquisas que são referência (MATIAS, 2016).

Se para as mulheres, no geral, o caminho é mais tortuoso dentro do campo da produção científica para algumas, em específico, esse lugar é demarcado por maiores invisibilidades. As mulheres que conseguem destaque no campo científico, seja na teoria feminista ou na ciência mais geral, são, em sua maioria, mulheres brancas, heterossexuais e de classe média. As mulheres negras, lésbicas, indígenas e transgênero possuem múltiplas formas de opressão que tornam sua ascensão no campo científico mais difícil.

Então ao falarmos da presença das mulheres na produção do conhecimento científico precisamos fazer um recorte para localizar quem são essas mulheres que estão conseguindo acesso a esses espaços de prestígios. Como nos lembra bell hooks (2019) as mulheres negras encontram-se na base da pirâmide social:

Como grupo, as mulheres negras estão numa posição peculiar na sociedade, não apenas porque, em termos coletivos, estamos na base da pirâmide ocupacional, mas também porque o nosso status social é inferior ao de qualquer outro grupo. Isso significa que carregamos o fardo da opressão sexista, racista e de classe (hooks, 2019, p.45).

Neste cenário, o acesso de mulheres não brancas aos espaços acadêmicos é limitado a um pequeno grupo e mesmo aquelas que conseguem este acesso sofrem com a constante desconfiança sobre o seu fazer científico. As mulheres negras têm suas produções muitas vezes desconsideradas por serem julgadas irrelevantes para um grupo maior da população, sendo conhecimento importante apenas para um pequeno grupo social.

Pensar a partir de máximas como a de que “todas as mulheres são oprimidas” ou a partir da “sororidade feminina” é colocar as mulheres como iguais, afastando assim marcadores de raça, classe e orientação sexual. Esse caminho nos levaria a uma falsa compreensão das opressões, visto que, as mulheres são demarcadas por suas posicionalidades e corporalidades. As mulheres negras, por exemplo, são marcadas por distintas formas de opressões, sobre elas recaem a questão sexista, racista e de classe, colocando-as em uma situação de desprestígio diante dos outros grupos.

Assim, a construção de uma sociedade livre da opressão e consequentemente da construção de uma ciência que vem de baixo se ampara na ideia da superação das opressões e nesse sentido “a luta para acabar com a opressão sexista que foca na destruição da base cultural desse tipo de dominação fortalece outras lutas de libertação” (hooks, 2019, p.74). É necessário pensar a luta contra o sexismo, o racismo e a desigualdade de classe de forma entrelaçada para que possamos vislumbrar uma mudança revolucionária.

No campo da antropologia, as questões sobre o patriarcado e a subordinação das mulheres, dentro e fora da academia, também foram alvos de intensos debates. Destes, resultou o surgimento de uma área denominada antropologia feminista que reuniu pesquisadoras que tinham como interesse discutir o “lugar” da(s) mulher(es) em nossas pesquisas e sociedade. A antropologia feminista possui uma visão crítica sobre a produção do conhecimento científico, partiremos dessa perspectiva para compreender o nosso campo de pesquisa. Abordaremos na próxima seção a antropologia feminista.

2.2 A CONSTRUÇÃO DE UMA ANTROPOLOGIA FEMINISTA

O feminismo é um campo de conhecimento transversal que dialoga com vários outros campos de saberes, sejam as ciências humanas, sociais, exatas ou da terra. Nesta seção, proponho usar uma lente específica, a lente da antropologia, para assim podermos pensar como dentro do campo de conhecimento antropológico se desenvolve a discussão sobre feminismo.

Para iniciar esse diálogo, partirei de uma sucinta historicização dos primeiros questionamentos realizados pelas antropólogas feministas à construção do conhecimento antropológico clássico. Segundo Henrietta Moore (2009), “La crítica feminista en antropología social, al igual que en las demás ciencias sociales, surgió de la inquietud suscitada por la poca atención que la disciplina prestaba a la mujer” (p.13). Moore (2009) pontua que o problema não estava na presença empírica das mulheres nos relatos etnográficos, mas, que o problema é de ordem política, pois as mulheres eram sub-representadas, invisibilizadas e silenciadas pelos etnógrafos.

Diante deste contexto, as antropólogas feministas começaram a questionar se seria possível construir um conhecimento etnográfico e, portanto, antropológico que não levasse em consideração as mulheres em seus estudos (BONETTI, 2009). E assim, começaram a desenvolver etnografias que demonstravam a importância fundamental das mulheres para a realização das atividades de subsistência dos grupos, apresentaram seus rituais e as relações entre mulheres e homens.

Na década de 1970, surgiu a antropologia da mulher que tinha como objetivo dar maior visibilidade as mulheres dentro da literatura antropológica, esse momento foi dedicado a situar a mulher como sujeito social e cultura que possuía voz (ROSTAGNOL, 2018). Dentro deste campo havia duas vertentes de pesquisas: as que consideravam haver uma opressão

universal da mulher e as que achavam que as formas de desigualdades eram diferentes, podendo existir sociedades mais ou menos igualitárias (ORTNER, 1989-1990).

A antropologia da mulher, ao longo do tempo, foi passando por transformações teórico-metodológicas. No primeiro momento, a discussão está centrada na existência ou não de uma opressão universal, com a inserção das discussões sobre sexualidade ocorreu um desdobramento no qual passou a se questionar se o sujeito do feminismo seria ou não as mulheres. Essa discussão tomou força, pois ocorreu um aprofundamento da crítica a biologia como marcador do que seria homem e mulher.

No pasó mucho tiempo antes de que *la mujer* que representaba una sororidad basada en la unicidad de la experiencia de la opresión en las distintas latitudes y temporalidades estallara en múltiples mujeres. El pasaje de ‘la mujer’ a ‘las mujeres’ no ahorró momentos traumáticos. Fue necesario deconstruir el sujeto femenino universal propio de los primeros años para dar paso a la multiplicidad de voces (ROSTAGNOL, 2018, p. 119).

Essas discussões foram importantes para que houvesse uma mudança de nomenclatura da Antropologia da mulher que passou a ser denominada Antropologia Feminista. Na antropologia feminista, ocorreu um deslocamento dos estudos sobre a mulher para os estudos sobre as relações de gênero. No entanto, como coloca Moore (2009), não devemos confundir a antropologia feminista com a antropologia do gênero, visto que esta estuda as relações de identidade de gênero e suas interpretações culturais e aquela estuda o gênero como organizador da sociedade.

La antropología feminista no es sencillamente el estudio de la mujer por la mujer, en cierto sentido puede y debe distinguirse de las investigaciones que examinan el género y a la mujer desde un punto de vista no feminista (MOORE, 2009, p.119).

A antropologia feminista trouxe como contribuição para a teoria feminista uma etnografia fortemente marcada por um viés crítico, que leva em consideração as relações de poder e as produções de desigualdades construídas por distintos marcadores que se apresentam no campo de pesquisa.

... a ênfase na etnografia permite revelar as complexidades das experiências culturais relativas ao gênero, as variações de sentidos atribuídos ao gênero, os contrastes entre convenções constitutivas de repertórios e as variadas formas como eles são vivenciados e ressignificados (BONETTI, 2007, p.23).

Nesse sentido, os conceitos de “mulher” e “diferença” se tornam relevantes para entendermos, a partir dos dados empíricos trazidos pelas etnografias realizadas, como as relações de gênero organizam a sociedade. A antropologia feminista propõe repensar a categoria sociológica “mulher”, partindo da compreensão de que “las diferencias entre mujeres son importantes y es preciso aceptarlas, ya que la política feminista no puede girar em torno a un grupo de mujeres que habla em nombre de outro” (MOORE, 2009, p.228).

Assim, não se trata de perder a identidade política do feminismo, mas de compreender a necessidade de criar “sororidades” a partir das diferenças e não de uma universalidade das opressões (ROSTAGNOL, 2018). É importante compreender os sentidos de gêneros, os usos situados e os contextos existentes em cada sociedade (BONETTI, 2007).

Os questionamentos realizados pelas feministas negras, lésbicas, transsexuais e latinas ao feminismo ocidental, que era predominantemente construído por mulheres brancas, de classe média e heterossexuais, colocou em evidência a necessidade de discutir as relações de gênero partindo de marcadores de diferenças, como raça, classe, gênero e geração.

O saber feminista é construído a partir de perspectivas teórico-metodológicas distintas – feministas liberais, radicais, socialistas, pós-modernas. Essas posicionalidades colocam o debate em aberto, construindo um campo interno de constante tensão. Isso leva a pensar se a partir desse campo polifônico seria possível construir uma teoria e prática única?

De certo, o contexto político e histórico, por vezes, proporciona a unificação das diversas perspectivas em volta de uma única pauta, como, por exemplo, na luta pelo direito ao voto e em um contexto atual na luta em favor da democracia e contra os ideários fascistas pregados no Brasil. Mas, nem sempre as pautas encontram-se unificadas sobressaindo pautas específicas para cada segmento do campo feminista.

Esse contexto me remete ao tema do 14 Encontro Feminista Latino Americano e Caribenho: “Diversas, mas não dispersas”, pois representa a efervescência e constante disputa presente neste campo e ao mesmo tempo reforça que as feministas possuem muitos pontos que as unem. Talvez resida aí a grande força desse movimento e sua capacidade de se reinventar. O movimento feminista e a teoria feminista, assim como as vidas das mulheres estão em constante mudança e é necessário ser inventiva para lidar com as constantes relações de poder que buscam subordinar e silenciar as mulheres.

Na próxima subseção, abordaremos três aspectos importantes do fazer antropológico feminista: a etnografia crítica, as relações de poder e a agência.

2.2.1 Etnografia, agência e poder

A antropologia feminista é marcada por uma etnografia crítica e comprometida com o estudo das relações de poder. Estas relações se revelam tanto nas relações assimétricas entre pesquisadores e pesquisados dentro do trabalho de campo, quanto nas relações dentro do próprio ambiente acadêmico.

No trabalho de campo, os pesquisadores ocupam o lugar de detentores do conhecimento e conseqüentemente do poder, estabelecendo uma relação de subordinação com o sujeito pesquisado. Já no ambiente acadêmico as relações assimétricas se apresentam quando as antropólogas feministas são vistas com desconfiança tanto pelos antropólogos como pelas feministas, pois os antropólogos questionam a existência de uma antropologia feminista, ao mesmo tempo que as feministas questionam a conciliação entre feminismo e antropologia.

Os estudos sobre poder já foram amplamente debatidos dentro do campo da antropologia, autores como Eric Wolf, Radcliffe- Brown, Pierre Clautres, utilizaram a categoria de poder para pensar como as sociedades são organizadas. Para nortear as relações de poder que se fazem presente no campo desta pesquisa, tomarei como base antropóloga Sherry Ortner (2006).

Ao pensar as relações de poder e agência a partir da antropologia feminista, me aproximo dos conceitos desenvolvidos pela Sherry Ortner (2006), em sua proposta de “jogos sérios”, para compreender como essas relações assimétricas constroem desigualdades a partir de distintos marcadores sociais. A noção de “jogos sérios” apresentada pela autora decorre dos *insights* realizados a partir da teoria da prática, a qual se sustenta no pressuposto de que a cultura constrói os sujeitos como atores sociais particulares.

Ortner (2006) na sua reelaboração da teoria da prática dá ênfase as relações de poder, agência dos sujeitos e construção das desigualdades. Para ela, a vida social, a partir da perspectiva dos “jogos sérios” é vista como “ativamente jogado”, essa noção busca “dar nitidez a formas mais complexas de relações sociais, especialmente relações de poder, e a dimensão mais complexas das subjetividades dos atores sociais -particularmente – para os fins desse texto, as que envolvem “intencionalidade” e “agência” (p.46).

Na perspectiva dos “jogos sérios” os atores sociais são vistos como agentes, e segundo Ortner (2006) o agente social está imerso em uma multiplicidade de relações sociais, nas quais ele se encontra enredado e não pode atuar de forma livre e sem restrição. Essas relações se apresentam de um lado como relações de solidariedade e de outro como relações de poder e desigualdade.

Assim, a agência pode ser entendida a partir de três vieses: no primeiro, a agência é vista como ação intencionada, a qual se diferencia das ações rotineiras (ações com pouca reflexão) dos atores sociais; o segundo viés apresenta a agência como culturalmente e historicamente construída a partir das relações e interações nos ambientes sociais; por sua vez o terceiro viés aponta a agência como ligada as relações de poder e desigualdade.

Neste trabalho, ressalto que o terceiro viés “agência como relações de poder e desigualdade” recebe maior relevância dentro do campo polifônico e de tensionamento que se encontra o movimento feminista em Pernambuco.

Em um campo de significado, “agência” tem a ver com intencionalidade e com o fato de perseguir projetos (culturalmente definidos). No outro campo de significados, agência tem a ver com poder, com fato de agir no contexto de relações de desigualdade, de assimetria e de forças sociais. Na realidade, “agência” nunca é meramente um ou outro (...). Além disso, o poder, em si, é uma faca de dois gumes, operando de cima para baixo como dominação e de baixo para cima como resistência (ORTNER, 2006, p.58).

É importante ressaltar que todos os seres humanos possuem agência, mesmo que sua distribuição seja construída culturalmente de forma desigual. A agência no sentido de poder pode ser expressa como dominação e como resistência, os sujeitos que possuem poder, normalmente detém mais agência do que os dominados, no entanto, mesmo aqueles que se encontram em uma situação de subordinação possuem agência enquanto resistência.

Ao pensarmos agência enquanto projeto culturalmente constituído nos voltamos a intencionalidade e desejos dos sujeitos. Esses atores buscam mesmo em situações desiguais de poder perseguir suas metas. Agência nos sentidos de poder e de projetos encontram-se diretamente correlacionados, não podendo estabelecer uma divisão objetiva entre eles “a agência de projeto depende implicitamente da agência de poder” (ORTNER, 2006, p. 69). Assim, agência se revela como a capacidade de realizar transformações nas estruturas sociais e muitas vezes atuam nas “margens do poder”.

Nessa perspectiva, gênero ocupa um lugar de destaque sendo construído enquanto uma categoria de prestígio que é perpassada pelas relações de poder e pela agência, “é, ele próprio, um sistema de prestígio – um sistema de discursos e práticas que constroem masculinidades e feminilidades não somente em termos de papéis diferenciais e significados mas também em termos de valor diferencial, prestígio diferencial” (ORTNER, 1996, p.143).

As desigualdades entre homens e mulheres ou entre as próprias mulheres, demarca os atores que possuem mais ou menos prestígio, podendo estes ter a capacidade de alterar o curso da ação. O prestígio dentro do campo feminista permite determinar quem são os sujeitos que podem/devem ser ouvidos e quais serão silenciados, estabelecendo hierarquias no campo.

Logo, a perspectiva de agência e poder apresentada será importante para a compreensão desse campo de pesquisa, o qual é constituído por vozes polifônicas. Pensar a construção dos saberes feministas advindos do movimento feminista recifense e da academia é um processo de idas e vindas, no qual as questões de poder e desigualdade são parte constituinte dessa produção de conhecimento.

Na próxima subseção, pensaremos as divergências e convergências dos dois campos de conhecimentos centrais para esta pesquisa: a antropologia e o feminismo.

2.2.2 Entrelaço: Antropologia e feminismo

A relação entre a antropologia e o feminismo pode ser vista, como aponta Marilyn Strathern (2009) como “uma relação incômoda”, pois as duas disciplinas partem de pontos de vistas distintos sobre um conceito fundamental para suas construções teóricas, a experiência.

Os estudos feministas não-antropológicos partem da ideia de experiência para fundamentar suas teorias e práticas. A experiência, dessa forma, é entendida como vinculada ao caráter pessoal, como um conhecimento que só pode ser compartilhado entre os semelhantes (STRATHERN, 2009).

Criar um espaço para a mulher se converteu em um espaço para o eu, e a experiência se converteu em um instrumento para o conhecimento do eu. Então, para a construção de um eu feminista é necessário a consciência do outro não feminista (STRATHERN, 2009, p.97-98).

Nesse sentido, o Outro não feminista é representado na figura do “homem”, que materializa nessa identidade o patriarcado e a dominação masculina presente nas estruturas sociais. Esse Outro é o ponto de oposição a partir do qual se constrói o Eu feminista.

Já na antropologia, o conceito de experiência para o etnógrafo está relacionado com estar aberto a experiência do outro para a partir dessa relação poder “escreve a experiência dos outros, revivendo os efeitos de sua própria experiência em campo” (MAIZZA, 2017, p. 196).

Assim, esse Outro não se encontra em oposição, se constituindo uma relação inversa que busca construir uma escrita de autoria múltipla, na qual tanto a experiência e fala dos sujeitos pesquisados estejam presentes como a experiência do antropólogo.

Apesar de partirem de pontos de vistas distintos, com relação ao conceito de experiência, a relação entre a antropologia e o feminismo não é irreconciliável. A antropologia feminista tem se proposto a dialogar com o campo mais geral da antropologia, assim como com o campo da teoria feminista, construindo pontes entre essas duas áreas de conhecimento. Nesse diálogo não se busca chegar a uma homogeneidade dos pontos de vistas, pois reside na diferença um dos motivos para a relação entre a antropologia e o feminismo.

Em o Gênero da Dádiva, Marilyn Strathern (2006) traz alguns apontamentos teórico-metodológicos importantes para pensarmos o presente campo de pesquisa. Strathern

(2006) questiona as categorias analíticas estabelecidas pelos pesquisadores, argumentando que estas são meras construções ocidentais⁴. A autora compreende que os estudos realizados na melanésia foram realizados a partir dos conhecimentos ocidentais, e tenta desvendar a forma como esse conhecimento opera nas construções de saberes (PISCITELLI, 1994). A crítica realizada por Strathern (2006) ao conhecimento ocidental presente nos escritos antropológicos sobre “outras” culturas reside no fato dos antropólogos não reconhecerem os interesses, especialmente os de natureza política, que os levam a realizar suas pesquisas. Para a autora é necessário que os antropólogos parem de buscar em outras sociedades respostas para os problemas ocidentais.

Dessa forma, ao colocar em debate as categorias analíticas dos pesquisadores, Strathern (2006) propõe um deslocamento do ponto de vista do pesquisador, no qual este deveria abandonar suas categorias analíticas pré-constituídas e permitir que o campo de pesquisa apresente suas “categorias”. Aqui reside um ponto que julgamos importante para esta pesquisa, pois “para la antropología feminista la definición de nuestro lugar en la enunciación va de la mano de definir los lugares de nuestros interlocutores” (ROSTAGNOL, 2018, p. 122), pois na produção do conhecimento antropológico feminista não deverá existir um lugar de privilégio.

Assim, é necessário um deslocamento das categorias analíticas construídas na academia para que possamos compreender como as coletivas feministas em Recife articulam suas ações políticas e assim, compreender suas pautas de reivindicações, sua forma de organização e as categorias que são elencadas como importantes para sua prática cotidiana. Neste caminho, iremos na próxima seção pensar o movimento e a teoria feminista, partindo do entendimento de que produzir conhecimento é um ato político.

2.3 MOVIMENTO E TEORIA FEMINISTA: POSSIBILIDADES DE DIÁLOGOS

A presente seção tem como objetivo apresentar as interfaces entre a produção do conhecimento acadêmico feminista e o movimento feminista e de mulheres⁵. A partir da compreensão de que essas duas esferas do campo feminista se encontram em constante

⁴ Marilyn Strathern (2006) realizou sua pesquisa na Melanésia, mais especificamente nas Terras Altas de Papua-Nova Guiné. Este é seu ponto de referência para suas discussões.

⁵ O movimento de mulheres é caracterizado como um conjunto mais amplo que o movimento feminista. Sendo composto por mulheres que nem sempre se declaram como feministas.

diálogo pensaremos os impactos que os estudos acadêmicos têm no movimento, assim como, as novas elaborações teórico-metodológicas que o movimento feminista e de mulheres coloca para a academia.

O movimento feminista é comumente marcado por “ondas”, apesar de esta demarcação não ser um consenso, visto que os demarcadores de cada “onda” não poderiam ser separados de forma clara, possuindo fronteiras fráguas, nas quais as bandeiras de luta de um período continuam existentes em períodos posteriores de forma igual ou sofrendo apenas algumas alterações. Didaticamente, tomarei as “ondas” como parâmetro para discorrer, de forma sucinta, sobre as transformações temporais pelas quais o movimento feminista vem passando.

A primeira onda do movimento feminista foi marcada pela luta pelos direitos civis e políticos, tendo como sua principal expressão as reivindicações pelo direito ao voto com o movimento sufragista. As sufragetes brasileiras fundaram a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, organização que protagonizou a luta de rua pelo direito ao voto e pressionou o Senado para aprovar o projeto de lei do Senador Juvenal Larmartine que garantia as mulheres o direito ao voto, este foi conquistado com o novo código eleitoral em 1932 (PINTO, 2010).

Na década de 1970, o surgimento da segunda onda do feminismo no Brasil está diretamente ligado a luta pela democratização do país, que entre 1964 e 1985 esteve sob o regime militar, no qual os movimentos sindicais, partidos políticos, organizações de juventude foram perseguidos e colocados na clandestinidade (PINTO, 2010). Também os ditos novos movimentos sociais tomam força nesse contexto de redemocratização (GOHN, 1997).

Durante a ditadura militar as feministas, em sua maioria, faziam parte de partidos políticos de esquerda e centravam sua militância na redemocratização do país, por vezes, como relata Joana Pedro e Marisa Barletto (2019) muitas mulheres começaram a participar do movimento feminista para cumprir tarefas partidárias, estas “passaram a participar dos grupos feministas para tentar atrair mulheres destes grupos para seus partidos” (p.8). O contexto de ditadura militar também ocasionou o exílio de muitas mulheres em países europeus e nos Estados Unidos da América e a aproximação destas com os ideais e lutas feministas em processo nesses países. Após redemocratização, essas mulheres retornaram ao Brasil e trouxeram consigo muitas discussões e teorias (PINTO, 2010).

A militância nos partidos colocou para as feministas de esquerda alguns desafios: como construir uma luta antissexista em partidos que possuem como sua principal reivindicação a luta de classes? Por vezes, os militantes de esquerda — do sexo masculino —

consideravam que as reivindicações feministas dividiam o movimento e desviavam da luta de classes. Ao mesmo tempo, as feministas viam as militantes de esquerdas com desconfiança por julgarem que estas estavam “aparelhadas” por seus partidos e não possuíam como objetivo principal a luta pela emancipação feminina. É necessário destacar que mesmo com o passar dos anos essas tensões ainda estão presentes dentro do campo de estudo, como veremos nos capítulos posteriores. Mas, a organização do movimento feminista de forma autônoma foi importante para o seu crescimento,

Ninguém melhor que o oprimido está habilitado a lutar contra a sua opressão. Somente nós mulheres organizadas autonomamente podemos estar na vanguarda dessa luta, levantando nossas reivindicações e problemas específicos. Nosso objetivo ao defender a organização independente das mulheres não é separar, dividir, diferenciar nossas lutas das lutas que conjuntamente homens e mulheres travam pela destruição de todas as relações de dominação da sociedade capitalista” (PINTO, 2003, p. 54).

A luta pela redemocratização do país também trouxe outras transformações, neste período é possível observar um crescimento do movimento de mulheres. Segundo Matos (2010),

As mulheres dos bairros populares passaram a construir sua dinâmica política própria: ainda que basicamente permeadas pelos papéis socialmente designados de “esposas” e “mães”, elas cumpriram o importante papel político de organizar parte significativa dos primeiros protestos contra o regime militar (p.84).

O movimento feminista se aproximou dos movimentos populares e de mulheres de bairro. Estes tinham uma forte influência da igreja católica que fortalecia os movimentos através das ações das pastorais que eram guiadas pela Teologia da Libertação. Neste momento histórico, movimento feminista, movimento popular e igreja se unem na luta contra a ditadura. No que tange as diferenças evidentes entre o movimento feminista e a igreja, suas discordâncias foram deixadas à margem para se construir uma unidade pontual (SARTI, 2004).

Com as conquistas alcançadas pela redemocratização do país e com as mudanças trazidas pela nova Constituição Federal (CF/1988). A terceira onda do feminismo, que surgiu entre no final da década de 1980 e início da década de 1990, foi marcada pela institucionalização do movimento feminista “houve significativa penetração do movimento feminista em associações profissionais, partidos, sindicatos, legitimando a mulher como sujeito social particular” (SARTI, 2004, p. 42).

Nesse período, o surgimento das Organizações não-governamentais – ONGs trouxe para a militância um perfil mais especializado e profissional. Com o estado de bem-estar social ainda frágil, as ONGs se tornam uma ligação entre o Estado e a sociedade civil na

promoção de políticas públicas para as mulheres. As militantes viram nas ONGs a possibilidade de fortalecer sua atuação e chegar a um número maior de mulheres. Se por um lado as ONGs conseguiram construir uma base para o movimento feminista, e principalmente, para o movimento de mulheres, por outro elas precisaram lidar com as agendas propostas pelo governo e pelas agências financiadoras.

A institucionalização do movimento implicou, assim, o seu direcionamento para as questões que respondiam às prioridades das agências financiadoras. Foi o caso daquelas relacionadas à saúde da mulher, que causaram impacto na área médica, entre as quais emergiu o campo dos “direitos reprodutivos”, que questionou, de um ponto de vista feminista, a concepção e os usos sociais do corpo feminino, particularmente pela medicina dirigida à mulher (ginecologia e obstetrícia), em torno das tecnologias reprodutivas (SARTI, 2004, p.42).

Para receber financiamento as ONGs precisavam concorrer aos editais lançados pelas agências financiadoras internacionais, essas tentavam dessa forma direcionar as temáticas que julgavam importantes para serem trabalhadas com as mulheres. A institucionalização do movimento feminista deu as ONGs um lugar de destaque dentro do campo político feminista,

...podemos dizer que esses setores mais “ONGizados” do feminismo se consolidaram e tornaram-se dominantes, quando não hegemônicos, dentro do campo feminista— ganhando acesso privilegiado ao microfone público e a muitos recursos econômicos e culturais, e assim exacerbando desigualdades já inscritas no campo do feminismo e gerando algumas novas. As inequidades nas relações de poder, sempre presentes em qualquer formação política, a partir dali ficaram explícitas e mais agudas (ALVAREZ, 2014, p. 31).

Em outros setores também pode-se observar avanços significativos. Na esfera governamental, foram criados os conselhos da mulher federal, estadual e municipal com a função de serem órgãos de controle social das políticas públicas. No ano de 1985 foi criada a primeira delegacia em defesa da mulher, na cidade de São Paulo, que tinha como objetivo combater a violência doméstica.

Esse período também foi marcado pela presença das mulheres na academia, algumas já atuavam nesse espaço, mas começaram a discutir a temática do feminismo e outras eram feministas advindas do movimento. A entrada das feministas nas universidades possibilitou o surgimento de núcleos de estudos, laboratórios, institutos, entre outros espaços, o que contribuiu para a construção de um campo de conhecimento científico feminista (BANDEIRA, 2008).

As mulheres acadêmicas que estavam dentro das universidades começaram a desenvolver estudos voltados para as questões das especificidades existentes entre homens e mulheres colocando em evidência as desigualdades. Os estudos desenvolvidos na década de 1970 ficaram conhecidos como “estudos sobre mulheres” (AQUINO e ADRIÃO, 2006).

Conforme nos apresenta Karla Adrião (2007), nas universidades norte-americanas a partir da década de 1970 as estudiosas feministas começaram a utilizar o termo gênero em suas pesquisas, substituindo os “estudos sobre mulheres” pelos “estudos de gênero”, que se consolidara, na década de 1980. No Brasil, os estudos de gênero só ocuparam lugar de relevância a partir de 1990.

Os estudos relacionais que foram introduzidos pelas socialistas e pelas mulheres negras na época dos “estudos sobre mulheres” a fim de realizar uma crítica a ideia de sororidade presente no movimento feminista se consolidou com os “estudos de gênero”. Esses “vêm tratar da compreensão da relação entre os sexos, ampliando as diferenças para uma perspectiva sócio-cultural e histórica – em que coexistem outros marcadores sociais de diferenças tais como raça, geração e classe social” (ADRIÃO, 2007, p.199).

Assim, os deslocamentos trazidos pelos estudos de gênero, feminismo e de mulheres junto às ações políticas dos movimentos feministas criaram um ambiente produtivo de debate dentro do campo feminista. As acadêmicas feministas que militavam no movimento feminista e de mulheres precisavam acionar mecanismos que legitimavam as suas produções científicas ao mesmo tempo que tentavam construir pontes entre a teoria e a prática (ADRIÃO, 2007).

Nesse sentido, as feministas acadêmicas sofriam resistência dos dois lados: as feministas ligadas aos movimentos sociais, não as reconheciam como “verdadeiras feministas” pois acreditavam haver um distanciamento entre as teorias e as práticas construídas coletivamente nos movimentos sociais; por outro lado, dentro da academia as feministas acadêmicas eram vistas como “pesquisadoras pela metade”, pois os pesquisadores do sexo masculino de forma hegemônica, mas até mesmo pesquisadoras do sexo feminino, acreditavam que suas pesquisas acadêmicas tinham a função apenas de legitimar o movimento feminista e que estavam permeadas de imparcialidade, e consequentemente, de falta de objetividade. Afinal, as ideias de que “feminismo não é ciência”, “ciência e política não devem se unir” são legitimadas pela concepção da ciência positivista.

A partir do ano de 2000 podemos situar o que se tem denominado como a quarta onda do feminismo (MATOS, 2014). Esta onda é marcada pela crítica a relação estabelecida entre o movimento feminista e o Estado neoliberal na terceira onda do feminismo. As feministas da quarta onda reivindicam à autonomia do movimento feminista tanto em relação ao Estado como em relação aos partidos políticos e apresentavam uma proposta de organização horizontal do movimento.

Matos (2014), aponta algumas características do movimento feminista de quarta onda, entre elas: a ênfase dos estudos e teorias feministas na interseccionalidade entre gênero, raça,

classe, sexualidade e geração; a ampliação das bases sociais e políticas dentro de uma perspectiva transnacional, global e nacional; o foco no “*sidestreaming*”⁶ na qual a discriminação de gênero é ressaltada mas também é dado destaque as outras formas de discriminações presentes na sociedade.

No campo das produções feministas, no período de 1981 e 1988, a Fundação Ford financiou a produção do jornal Mulherio na cidade de São Paulo; e entre 1992 e 1999 está financiou a publicação da Revista Estudos Feminista⁷ que inicialmente foi produzida na cidade do Rio de Janeiro. Em 1993, na cidade de São Paulo, é editada a revista Cadernos Pagu⁸ pela Universidade de Campinas. As presentes revistas e seus respectivos grupos de estudos são importantes instrumentos para divulgação de pesquisas no campo feminista.

Além das publicações verificamos na esfera acadêmica eventos que ao longo do tempo se tornaram espaços de troca de conhecimentos teóricos e práticos por pesquisadoras e militantes feministas. Entre eles destacamos o Seminário Internacional Fazendo Gênero que teve sua primeira edição em 1994 e vem ocorrendo a cada dois anos, tendo seu último evento ocorrido em julho de 2021 de forma *on-line* em decorrência da pandemia de COVID-19⁹.

Pedro e Barletto (1999), pontuam que desde a edição de 2017, o Fazendo Gênero vem em sua programação construindo uma aproximação entre a academia e os mais diversos movimentos de mulheres e feministas. Essa aproximação se refletiu nas mesas redondas onde ocorreu a inclusão de militantes feministas em sua composição; na construção da Tenda mundo das mulheres que foi composta pela apresentação de atividades de variados grupos; na construção da carta Mundo das Mulheres com as principais demandas do movimento; assim como nos Fóruns de debates e demais atividades integrativas que buscavam fortalecer os vínculos entre essas duas esferas do campo feminista.

Assim, quando tratamos do feminismo não conseguimos (e não pretendemos) desatrelar a teoria da prática feminista.

Apesar da diferença entre os espaços de atuação, objetivos, metodologias ou estratégias de poder que adotam, acadêmicas e militantes nutrem-se mutuamente: as militantes assinalando constantemente os pontos problemáticos que precisam ser

⁶ O termo feministas *sidestreaming* é traduzido como “fluxo horizontal do feminismo” (MATOS, 2014).

⁷ A revista estudos feminista passou a partir de 1999 a ser publicada pela Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC, e passou a receber financiamento da própria universidade de do CNPQ (PEDRO E BARLETTO, 2019).

⁸ Os Cadernos Pagu são até os dias atuais importante meio de divulgação das pesquisas científicas no campo dos estudos feministas.

⁹ Decorrerei em capítulo posterior o impacto que a pandemia teve para o movimento feminista e para a produção do conhecimento neste campo.

estudados pelas acadêmicas; as acadêmicas oferecendo saberes legitimados cientificamente para a construção de estratégias e planos de ação por parte das militantes (PEDRO E BARLETTTO, 2019, p.12).

Nesse processo de alimentação mútua o movimento feminista tem acessado os conhecimentos produzidos na academia para legitimar seu discurso e sua prática em várias esferas do campo político, principalmente, no embasamento teórico para construção dos projetos que concorrem ao financiamento de agências de fomento “os conhecimentos produzidos na academia têm instrumentalizado os movimentos sociais em diferentes situações de disputa política, na medida que é acionador como saber-poder” (PEDRO e BARLETTTO, 2019, p.12).

Na outra ponta encontramos os estudos acadêmicos que partem dos conhecimentos produzidos pelo movimento feminista para desenvolver suas teorias. O movimento tende a questionar premissas já posta e desestruturar verdades tidas como certas, apontando caminhos de transformações. O desenvolvimento do feminismo se deu por esses entrelaços entre teoria e prática política, produção acadêmica e movimento feminista.

Nesse sentido, estudar o movimento feminista se apresenta como uma fonte de renovação e de novas reflexões, pois observar como este vem constituindo suas pautas de reivindicação, como vem organizando sua atuação nas ruas e como é construído seus campos de disputas ao longo dos anos podem mostrar novos caminhos teóricos e apresentar novas perspectivas de análises.

Logo, nesta pesquisa, pretendemos levar em consideração tanto o conhecimento produzido dentro da esfera acadêmica como o conhecimento produzido na prática cotidiana do movimento feminista. Ambos os conhecimentos formam o campo feminista e se retroalimentam permitindo construir possibilidades de resistência e de enfrentamento as desigualdades de gênero que não se encontram superadas, e por assim dizer, encontram-se em ataque na atual conjuntura política do país.

3 TRILHAS ETNOGRÁFICAS

O movimento feminista é um campo polifônico, no qual estão em jogo várias concepções teóricas e formas de atuação política. Construindo, assim, um movimento emblemático que possui como uma de suas maiores fontes de crescimento as coalizões. Levando isso em consideração, este capítulo trata do campo do movimento feminista em Pernambuco, mais especificamente, no Recife.

O contato com o campo de estudo desta pesquisa se iniciou ainda no decorrer de meu curso de mestrado (2016/2017) quando realizei um estudo sobre o ativismo de mulheres populares e as organizações não governamentais (ONGs) no Recife¹⁰. Durante o mestrado estive em contato com os grupos que faziam parte do movimento feminista local e, ainda anteriormente a essa época, a partir de um projeto de extensão realizado na Faculdade de Direito da UFPE¹¹, em 2015, comecei a me aproximar das coletivas feministas no Recife, em decorrência de muitas integrantes do projeto de extensão serem da Coletiva Diadorim. A Coletiva Diadorim é uma coletiva feminista que teve sua origem na Faculdade de Direito de Recife-UFPE, formado, em sua maioria, por mulheres jovens e universitárias. No momento de realização dessa presente pesquisa a coletiva havia sido dissolvida e algumas de suas integrantes haviam migrado ou formado outras coletivas.

O contato com as integrantes da Diadorim a partir de suas concepções teóricas, suas principais reivindicações e suas formas de atuação, despertaram o interesse em tentar compreender como se organizam e atuam as coletivas feministas contemporâneas no Recife e como essas dialogam com a esfera acadêmica na produção de conhecimentos no campo do movimento feminista.

Do contato com o movimento feminista local e com o projeto de extensão surge a presente pesquisa e neste capítulo seguirei o fluxo apresentando o movimento feminista local, os eventos etnografados e as coletivas a partir de suas relações com um campo mais amplo do movimento feminista e de suas características próprias. Espero que ao final tenhamos uma

¹⁰ A dissertação defendida no ano de 2016 é intitulada “Em meio a desafios e conquistas: Ativismo feminino popular no Grupo Espaço Mulher de Passarinho”.

¹¹ Projeto de extensão realizado sobre a coordenação da professora Dr^a Marion Teodósio Quadros no ano de 2015. O projeto foi realizado com alunos de graduação da Faculdade de Direito da UFPE e tinha como objetivo realizar uma reflexão teórica sobre o feminismo a partir dos referenciais bibliográficos. Neste projeto participei como facilitadora das discussões.

percepção de como as coletivas feministas contemporâneas atuam na dinâmica do movimento feminista em Recife.

3.1 CONHECENDO O CAMPO: O MOVIMENTO FEMINISTA EM PERNAMBUCO

Quando Aline Bonetti (2007) em sua tese “Não basta ser mulher, tem que ter coragem: uma etnografia sobre gênero, poder, ativismo feminino popular e o campo do movimento feminista de Recife”, denominou Recife como a “meca do feminismo no Nordeste” isto me fez refletir sobre os caminhos que me trouxeram até Pernambuco. Alagoana, nascida no interior do estado e formada em psicologia através do projeto de interiorização das universidades federais no governo Lula em 2006, sempre estive envolvida em lutas sociais. Minha trajetória se iniciou ainda no movimento secundarista quando participei de grêmios estudantis e posteriormente de uma organização de juventude nacional a qual pertenci por quase toda a minha juventude.

O feminismo já estava presente nos meus debates de juventude, mas ainda não havia se potencializado, pois meus olhos ainda não estavam voltados para esse campo. Porém, não tardou que eu me reconhecesse como uma feminista e tivesse como um dos meus campos de militância a luta das mulheres.

Compreendo que muitos debates têm sido travados, ao longo dos anos, sobre a aproximação das pesquisadoras com seus campos de pesquisas. O ataque sofrido pelas pesquisadoras feministas que também são militantes do movimento de que suas pesquisas não possuem objetividade e portanto elas são pesquisadoras pela metade, se trata de uma tentativa de desacreditar as pesquisas realizadas nesse campo, acusando-as de serem pesquisas subjetivas e sem valor científico.

... o lugar dos estudos feministas no campo científico, a interface entre o saber disciplinar e os saberes interdisciplinares, e entre fazer militância e estar na academia, revelando a tensão entre saber científico e prática política. Estas dinâmicas, à primeira vista, dicotômicas e ambivalentes, apontam, por sua vez, elementos para uma questão mais ampla: a necessidade da compreensão dos conceitos não como opostos, mas como interdependentes, estando, necessariamente, em tensão... (ADRIÃO, 2008, p.195).

Diante disso, advogo em favor de um conhecimento parcial e politicamente engajado como nos apresentam Donna Haraway (1995) e Sandra Harding (2019), desde o momento que escolhemos o que pesquisar, quais perguntas fazer e como analisar os dados obtidos já estamos nos posicionando. Assim, situarei a minha pesquisa a partir de meus lugares

enquanto mulher branca, acadêmica, de classe popular, militante feminista e atravessada por outros marcadores sociais.

Nesse caminhar chego ao Recife no ano de 2012 para participar de alguns grupos de estudos na UFPE, me aproximando do grupo Labeshu¹² do qual participei de alguns encontros. Para além da esfera acadêmica, participei de reuniões e eventos realizados pelo Fórum de Mulheres de Pernambuco. O Fórum de Mulheres de Pernambuco foi fundado em 1989 e é “uma articulação de entidades, ONGs, grupos populares, sindicatos, secretarias de partidos políticos, núcleos universitários e feministas autônomas”¹³. Este é um dos principais espaços de construção da luta das mulheres em Pernambuco e é considerado uma referência local e nacional. Ademais, por ser composto por diferentes grupos, o Fórum é um espaço também caracterizado por disputas de poder e relações de prestígio, as quais podem ser acionadas para construir as pautas do movimento feminista e suas agendas.

A partir do Fórum de Mulheres, da União Brasileira de Mulheres e dos grupos de pesquisas na academia conheci os grupos que viria a pesquisar tanto no mestrado quanto no doutorado e assim fui construindo as redes para chegar até o campo. A aproximação com os grupos para a presente pesquisa foi marcada por algumas dificuldades, sendo necessário acionar uma rede de contatos pessoais para alguns acessos.

E por que Pernambuco e mais especificamente o Recife? Comungando com as impressões de Bonetti (2007) sobre Recife ser a “meca do feminismo no Nordeste”, Pernambuco é visto como um estado no qual as discussões e práticas acerca do feminismo encontram-se bem avançadas. Com um grande associativismo político, aqui encontramos diferentes frentes de atuação.

Os partidos políticos de esquerda, em sua maioria, possuem frentes de mulheres com atuação tanto interna aos partidos como com atuação nas frentes sindicais (CUT/CTB) e no movimento feminista local. Posteriormente trataremos os tensionamentos que envolvem essa participação das mulheres ligadas aos partidos no movimento feminista local.

Em Pernambuco também existe um grande número de ONGs feministas, possuindo três das mais antigas do país: o SOS Corpo Instituto Feminista para a democracia, fundado em 1982 e que atua principalmente nas questões voltadas a saúde da mulher; a Casa Mulher do Nordeste, fundada em 1980 e que tem como suas principais pautas a geração de renda; e o

¹² Laboratório de Estudo da Sexualidade Humana – LABESHU é um grupo de pesquisa ligado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFPE. Na época coordenado pela professora Dra. Karla Adrião e pelo professor Dr. Felipe Rios.

¹³ Fonte: [Instituto Papai - Redes - Fórum de Mulheres de Pernambuco](#)

Centro de Mulheres do Cabo, fundado em 1984 e que atua principalmente na promoção da cidadania. Com atuações junto ao movimento feminista e de mulheres local, essas ONGs receberam muitos investimentos das agências de fomento internacionais e nacionais para desenvolver seus projetos (Fundação OAK, Fundação Ford, Organização das Nações Unidas Mulheres (ONU Mulheres), Ministério da Saúde, etc):

Associado à existência de muitos grupos feministas antigos e ao grande investimento de agências de financiamento nos seus projetos de intervenção está um reconhecido acúmulo na reflexão feminista e uma forte produção na área. O que reforça o processo de constituição, analisado anteriormente, de Recife como a Meca política do Nordeste, foco de investimentos políticos e materiais. O reconhecimento da centralidade e importância de Recife para o feminismo da região pelos diferentes grupos do Nordeste corrobora a sua característica de cidade pólo também do feminismo (BONETTI, 2007, p. 73).

Podemos ainda encontrar no cenário do movimento feminista de Pernambuco vários grupos de mulheres de bairros que atuam junto as associações de moradores na luta por melhoria da qualidade de vida em suas comunidades. Esses grupos podem ou não se autodenominarem feministas (MELLO, 2017).

No cenário da academia desde a década de 1990, ocorreu o surgimento de grupos de estudos sobre feminismo, gênero e sexualidade ligados aos departamentos das universidades de Pernambuco, os quais se concentram principalmente na área das ciências humanas. Trago com destaque o grupo de estudo Família, Gênero e Sexualidade (FAGES)¹⁴ ligado à pós-graduação em antropologia da Universidade Federal de Pernambuco-UFPE, da qual faço parte.

Dentro do cenário pernambucano, a partir dos anos de 2010, vimos o surgimento crescente de grupos feministas, compostos por jovens universitárias que passaram a se denominar como “coletivas”, colocando o termo coletivo no feminino. Estas coletivas têm dado novas roupagens e tensionado de forma teórica e prática o movimento feminista mais amplo. Muitas dessas coletivas têm surgido nas universidades ou quando fora delas tem uma predominância de mulheres jovens e universitárias.

Durante o mapeamento inicial e a pesquisa de campo entramos em contato com várias coletivas feministas: Coletiva Diadorim, Coletiva Periféricas, Coletivo de Mães Feministas Ranússia Alves, Coletivo Vida Maria, Slam das Minas, Filhas do Vento, entre outras, mas ao

¹⁴ Fundado em 1983, o FAGES é um dos grupos de estudos mais antigos. Este é um grupo multidisciplinar de pesquisadores, professores, profissionais e estudantes, dedicado à realização de discussão, pesquisa, ações, cursos, capacitações e assessorias que contribuem para o conhecimento e promovem os direitos múltiplos da população em relação a estes temas.

decorrer do trabalho algumas coletivas se fizeram mais presentes o que possibilitou um aprofundamento sobre suas práticas de atuação. Segue tabela:

Tabela 1 - Coletivas/grupos Feministas de Recife

Coletivas	Descrição
Mulheres no Audiovisual de Pernambuco	O movimento Mulheres no Audiovisual Pernambuco (MAPE) nasceu em junho de 2016, ano marcado por diversos embates e retrocessos políticos e sociais que vêm se agravando desde então. Entendendo o audiovisual como campo e instrumento de luta, nos colocamos como aliadas na busca por igualdade de direitos e relações equânimes não apenas no audiovisual, mas na sociedade como um todo. Pensamos as nossas ações e diretrizes políticas a partir da interseccionalidade entre gênero, sexualidade, raça e classe e elegemos como prioritárias as seguintes frentes de atuação: formação teórica, política e técnica para mulheres das diversas área do audiovisual; produção de filmes coletivas do movimento; divulgação de obras audiovisuais realizadas por mulheres; defesa de políticas institucionais afirmativas para maior representatividade das mulheres no audiovisual; denúncia de comportamentos machistas, fascistas, racistas, classistas, LGBTQIAfóbicos e preconceituosos que envolvam violência física ou simbólica. Com reuniões periódicas e abertas, o MAPE tem como horizonte construir pontes entre mulheres diversas, formar uma rede de afetos e de compartilhamento de vidas e saberes que se inscrevem na luta por uma sociedade mais justa para todes. Fonte: MAPE – Mulheres no Audio Visual PE – Mulheres no Audio Visual PE
Coletiva da Mulesta	Coletivo de perspectiva feminista interseccional que tem como foco o fortalecimento das mulheres cis e trans e não-binárias na cena underground de PE. Fonte: Instagram Coletiva da Mulesta

Coletivo Marcha das Vadias – Recife / Coletiva das Vadias	Tentamos ao longo desses anos construir uma luta política comprometida com as problemáticas a respeito da autonomia dos corpos. Da interdição do Estado e suas políticas proibicionistas que impedem o nosso direito ao aborto legal e seguro, por exemplo, ou a culpabilização das vítimas em casos de violência e lucram a consolidação dessas políticas. Nesse sentido, compreendemos que defender a libertação dos corpos como nosso front de batalha atrela-se, sobretudo, a uma perspectiva antiproibicionista de sociedade, a derrocada desse Estado capitalista, racista e misógino que nos mata todos os dias. Enquanto Coletivo e através desses pontos, que nos são muito caros, estamos atuando de uma forma honesta, horizontal e combativa não só no dia da Marcha. Pelo contrário, construímos nossas ações ao longo do ano, com mulheres jovens, de periferia, nas escolas, nas universidades junto a outros coletivas e movimentos feministas. Nossas pernas, braços e corações alcançaram uma proporção muito maior do que imaginávamos e hoje tentamos focar em outras ações políticas, no comprometimento real com a vida das mulheres. Diante desses caminhos e após intensos debates internos, junto às nossas companheiras, em um movimento dialógico, intenso, doloroso e forte compreendemos que não mais caberia a vinculação exclusiva do Coletivo com a Marcha, ou seja, a expressão política e artística na rua. Mediante todo esse contexto, somos hoje Coletiva das Vadias. Fonte: Instagram Coletiva das Vadias.
UJS Feminista	O avanço das forças neoliberais colocam em cheque a participação das mulheres nos espaços públicos e sua contribuição ao desenvolvimento nacional. As taxas de desemprego no Brasil e o projeto de desregulamentação das relações de trabalho alavancam o retorno das

	mulheres ao espaço privado, para cumprir o papel do Estado no que se refere ao cuidado para a manutenção da vida. É insuficiente libertar de forma individual as mulheres, precisamos emancipar coletivamente a sociedade da opressão de gênero, raça e classe e isso, para a UJS é indissociável da luta da emancipação das mulheres, a construção de um feminismo popular e do socialismo. Fonte: Frente Feminista – UJS
Pixie Girls	A Coletiva PixeGirls é uma Crew composta apenas por mulheres. Emerge como um comando de pixação na Região Metropolitana de Recife em 2014. “Começou há cerca de 2 anos atrás quando uma pixadora sofreu preconceito num rolê, só pelo fato de ser mulher. Hoje em dia somos muitas e provamos a todos e a nós mesmas que mulheres são muito bem capazes de fazer o que bem querem, e muito bem feito. E pra nós é uma honra fazer parte desta forma de protesto contra o capital que é a Pixação ao mesmo tempo protestando contra o machismo que oprime mulheres diariamente! "Pixação é uma forma de protesto contra a propriedade que utiliza-se do vandalismo pra impor a existência do indivíduo que é esquecido pelo estado. Nas periferias a pixação surge como alternativa de arte e lazer, onde os indivíduos que praticam encontram uma forma de auto-promoção diferente dos meios que o capitalismo proporciona. O correto seria só pixar fora das comunidades, para que só as pessoas q tenham condição financeira sejam afetadas. Por outro lado, pra quem aprecie, a pixação é uma forma de arte que se utiliza da caligrafia”. Fonte: Instagram Pixie girls.

Fonte: elaborado pela autora, 2023.

Além das observações dos eventos e atividades também realizei uma catalogação dos materiais disponibilizados na internet, principalmente, durante a pandemia, na qual essa presença se intensificou, assim como, foram coletados outros materiais etnográficos como panfletos, fanzines, cartas convocatórias e letras de músicas. Participei também de formações e reuniões on-line que ocorreram durante o período do isolamento social e foi a forma de permanecer em contato com as coletivas.

Nesse contexto, também foram realizadas 5 (cinco) entrevistas semiestruturadas via internet com participantes das coletivas que estão presentes no campo feminista local e conversas informais com outras participantes durante os eventos presenciais, visto a necessidade de aprofundamento de algumas temáticas e dinâmicas que foram sendo acionadas no campo..

As entrevistas foram realizadas via plataforma do zoom e tiveram duração entre 45 min e 1 hora e 20 min. Estas objetivavam compreender a trajetória política dessas mulheres dentro do movimento feminista, assim como, suas filiações teóricas e práticas políticas. Na tese foram usados nomes fictícios para garantir o anonimato das participantes.

Tabela 2 - Entrevistadas

Nome ¹⁵	Coletiva/grupo
Joaquina	UJS Feminista
Clara	Mulheres do Audiovisual de Pernambuco
Quitéria	Coletiva da Mulesta
Camarão	Liderança do movimento #ELENÃO
Maria	Coletiva universitária ¹⁶

Fonte: elaborado pela autora, 2023.

As coletivas feministas, como poderemos ver ao longo desta pesquisa, não são um grupo uniforme e que comungam dos mesmos ideais, estas possuem atuações diversas e são guiadas por referenciais distintos. Dentro dessa dinamicidade, algumas características comuns se sobressaltam, como a questão geracional e o percurso acadêmico.

A maioria das integrantes das coletivas são universitárias ou egressas da universidade, gerando uma aproximação entre a academia e a militância política. Esta relação, apesar de

¹⁵ Os nomes das entrevistas foram alterados para garantir o anonimato. Os pseudônimos têm alusão as heroínas da batalha de Tejucupapo.

¹⁶ Apenas o nome dessa coletiva foi modificado por solicitação da entrevistada. A referência será feita de forma genérica, usando a nomenclatura “coletiva universitária”.

seus tensionamentos, estabelece um campo propício para a elaboração e reelaboração analítica das categorias presentes no campo. Sendo um campo de via dupla no qual o movimento feminista coloca para a esfera acadêmica novas categorias para serem teorizadas e a academia fornece ao movimento feminista o embasamento teórico que fundamenta a sua prática.

Assim, diante de caráter polifônico e de um forte associativismo político o movimento feminista em Pernambuco se torna campo rico para realização de pesquisas sobre feminismo e suas diferentes atuações. Esta pesquisa estará centrada na cidade do Recife, mas como veremos nas seções seguintes quando trataremos de eventos mais amplos do movimento feminista como o “8 de março”, teremos a participação de grupos que atuam em toda a região metropolitana do Recife e ao etnografar alguns eventos como o Encontro Nacional Feminista dialogaremos com o campo do movimento feminista nacional.

Na próxima seção, apresentaremos os eventos etnografados nos quais poderemos observar as alianças e trânsitos existentes no campo para construir a agenda local do movimento feminista e para a construção de atividades individuais dos grupos.

3.1.1 Os eventos etnografados

A realização do trabalho de campo desta pesquisa se deu, principalmente, através do acompanhamento de eventos, reuniões e atos de rua organizados pelas coletivas feministas e por outros grupos do campo feminista local. Ao longo dos anos de 2018, 2019 e início de 2020, percorri os eventos ligados ao calendário tradicional do movimento feminista local, para compreender como se dava a participação e atuação política das coletivas feministas nesses espaços, assim como acompanhei eventos que foram organizados pelas próprias coletivas de forma individual ou em parceria com outras coletivas.

Em março de 2020, com o agravamento da pandemia do Covid-19 e consequente isolamento social, passei a acompanhar os eventos de forma online através de *lives*, reuniões virtuais, redes sociais (*facebook*, *instagram*, *whatsapp*) e listas de e-mail. Em seguida, trago os eventos acompanhados durante o campo.

Tabela 3 - Eventos observados

Data	Local	Eventos	Objetivo do Evento
23 de setembro de	Recife-PE	Reunião preparatória	Organizar o ato

2018		#ELENÃO	#ELENÃO
29 de setembro de 2018	Praça do Derby, Recife-PE	Ato #ELENÃO	Dia do Ato
17 de fevereiro de 2019	Casarão, Recife-PE	2ª Reunião preparatória 8 de março	Organizar o ato do 8 de março
17 de fevereiro de 2019	SINPRO, Recife (PE)	3ª Reunião preparatória 8 de março	Organizar o ato do 8 de março
21 de fevereiro de 2019	Casarão, Recife (PE)	4ª Reunião de comissões - preparatória 8 de março	Organizar o ato do 8 de março
8 de março de 2019	Concentração Praça do Derby, Recife (PE)	Ato 8 de março 2019	Dia do ato
9 de março de 2020	Concentração Praça do Derby, Recife (PE)	Ato 8 de março 2020	Dia do ato
19 e 20 de outubro de 2019	Armazém do Campo	1º Reunião preparatória do Encontro Nacional Feminista	Organizar o Encontro Nacional Feminista
25 de Maio de 2019	MTC	Deboche-se	Discutir as formas de ativismo feminista.
06 de Outubro de 2019	SOS Corpo	Lançamento do Centro Cultural Feminista	Lançar o CCF
24 de agosto de 2019	Concentração Praça Osvaldo Cruz	Marcha das Vadias 2019	Dia da Marcha das Vadias
23 de Outubro de 2019	Armazém do Campo	Reunião MAPE	Organizar as atividades e formações da coletiva
01 de junho de 2020	Reunião virtual	Reunião Online MAPE	Organizar atividades e projetos do Funcultura.
01 de julho de 2020	Transmissão via jitsu	Live: Ferramentas à luta anticapitalista e antissistêmica	Debater as ferramentas utilizadas para lidar

			com o Estado.
04 de julho de 2020	Portal Revoluta	Live: Ativismo contra o especismo com Carla Falcão da Cozinha abolicionista e da Coletiva Mulesta.	Discutir as formas de atuação a partir de referências não especistas.
09 de julho de 2020	Portal Revoluta	Live: Mulheres no underground pernambucano e nacional com Carla Falcão da Cozinha abolicionista da Coletiva Mulesta.	Discutir a presença das mulheres no underground de PE. Levanto em consideração as características sexistas dessa cena.

Fonte: elaborado pela autora, 2023.

A escolha pela análise dos eventos do movimento #ELENÃO, do Dia Internacional da Mulher - 8 de março e das reuniões preparatórias para o Encontro Nacional Feminista se justifica pela representatividade e importância que esses eventos tiveram na agenda feminista local, sendo pontos de unificação dos diversos campos do movimento feminista. Já as atividades individuais realizadas pelas coletivas, como as reuniões (presenciais e virtuais), o evento Deboche-se e a Marcha das Vadias foram escolhidas por serem importantes vias de compreensão da forma de atuação política das coletivas, suas bandeiras e formas organizativas.

Com relação a inserção nos eventos essa se deu de diferentes formas: estive presente nos eventos abertos ao público os quais ocorriam através de chamamento via redes sociais, e nas oportunidades de apresentação, me apresentei enquanto pesquisadora. No entanto, em alguns eventos não houve formalidades de apresentação. Nos eventos mais específicos organizados pelas coletivas como reuniões ou formações, a inserção foi realizada com entraves. Apesar das coletivas feministas apresentarem uma forma de organização flexível e serem compostas por mulheres que em sua maioria eram vindas da academia, no primeiro contato pude observar que havia certa preocupação na aproximação de uma pesquisadora em suas atividades. Algumas coletivas afirmaram que já haviam recebido pesquisadoras em momentos anteriores e que a experiência não tinha sido satisfatória, mas levariam a proposta para a reunião e passariam sua disponibilidade.

Diante do cenário, a forma de acesso aos grupos que se apresentou mais eficiente foi através das redes de relações pessoais. Assim, acionei algumas amigas que faziam parte das

coletivas ou possuíam amigas que faziam parte das coletivas e a partir destes contatos fui me introduzindo no campo.

Como aponta Carmo (2019), as coletivas feministas contemporâneas são baseadas na “política do afeto” nas quais suas integrantes se aproximam e se afastam por meio de um fluxo das relações de sociabilidade. Nestas coletivas, sociabilidade e ativismo se encontram emaranhados e não podemos detectar exatamente onde um termina e o outro começa. Isto justifica a forma de acesso mais facilitada através das redes de relações e confiança.

Apesar dos caminhos abertos pelas redes de relações pessoais, o campo apresentava algumas dificuldades, estas mais relacionadas ao contexto político do momento. O impeachment da presidenta Dilma (2016) trouxe uma certa retração do movimento feminista local, um sentimento de derrota se fazia presente nas falas das militantes e ocorreu uma certa desmobilização no funcionamento orgânico dos grupos. Após uma intensa mobilização do movimento feminista local e nacional contra o impeachment de Dilma, o movimento enfrentava um sentimento de “ressaca” e precisava se reidratar.

Preciso ressaltar que ao longo desta pesquisa que passou pelo impeachment de Dilma, pela eleição do presidente Jair Bolsonaro (2018), pela pandemia causada pelo coronavírus e pelo isolamento social decorrente do alto número de pessoas contaminadas e do número crescente de óbitos¹⁷, o movimento feminista de forma geral e as coletivas feministas mais especificamente passaram por vários processos de reformulação das suas práticas e formas de atuação, principalmente, no que diz respeito as ações de rua. Em capítulo posterior apontarei os impactos que o cenário pandêmico teve para o campo do movimento feminista.

Assim, nas reuniões realizadas pelo campo mais amplo do movimento feminista, as atividades tiveram uma forma de organização tidas como “tradicionais”, sendo realizadas em forma de plenária nas quais algumas organizações eram responsáveis pela construção da pauta e condução da reunião. Em um primeiro momento, era solicitado das participantes uma apresentação, com nome e entidade a qual pertencia. Posteriormente, era apresentada a pauta da reunião e abertas as inscrições para fala seguindo os pontos da pauta. Em algumas etapas as mulheres eram separadas em grupos para discutirem e elaborarem propostas para sempre apresentadas no plenário.

Com relação aos eventos realizados pelas coletivas feministas analisadas neste trabalho, podemos observar pontos semelhantes a forma de organização dita mais “tradicional” como, por exemplo, o formato de apresentação. Mas, os eventos seguiam uma

¹⁷ O Brasil foi um dos países com o maior número de mortes registradas durante a pandemia, no momento atual, setembro de 2023, temos cerca de 705.172 mil mortos.

programação que integrava rodas de discussão, oficinas e momentos festivos. Os dois tipos de organizações possuem fluxos distintos, não podendo em princípio determinar, qual deles seria mais eficiente para atingir os propósitos pretendidos.

Nas seções seguintes, retomarei de forma mais aprofundada alguns eventos, entre as atividades mais amplas do movimento feminista, as reuniões preparatórias e ato de rua do “8 de março”, no ano de 2019, a primeira reunião do Encontro Nacional Feminista e as reuniões preparatórias e do ato do “ELE NÃO”, que aconteceu em todo o país contra o então candidato a Presidente da República Jair Bolsonaro. Em Pernambuco o ato foi organizado e impulsionado pelo movimento feminista e de mulheres local.

No que tange as atividades mais específicas das coletivas feministas colocarei em destaque dois eventos que julgo importante: a “Marcha das Vadias” do Recife 2019 e o evento “deboche-se”, que ocorreu no mesmo ano e foi organizado pela coletiva das vadias, mesma coletiva que organiza a marcha.

3.2 OLHARES FEMINISTAS: DIFERENTES CENAS E EVENTOS

Nesta seção, buscarei situar as coletivas feministas dentro do campo feminista mais amplo e através de seus trânsitos investigaremos as alianças e disputas que estão presentes. Para isso, analisarei três eventos: as reuniões e ato do 8 de março em alusão ao Dia Internacional da Mulher; a 1ª reunião preparatória para o Encontro Nacional Feminista e o ato do #ELENÃO. A escolha por esses eventos se deu em decorrência de suas relevâncias para o movimento feminista nacional e local, pela presença das coletivas feministas em suas organizações e pela sua forma de organização, que é composta por diferentes campos feministas.

Os grupos, organizações e coletivas que compõem o movimento feminista do Recife possuem suas próprias agendas direcionadas para seus campos de atuação e para as pautas que julgam serem prioritárias. Nesse sentido, alguns grupos possuem uma atuação mais presente no campo da “mulher e trabalho”, outros nas questões de “saúde da mulher e reprodução”, dentre outros. No entanto, eles possuem algumas agendas compartilhadas e uma das principais é o ato de rua do “8 de março” em alusão ao Dia Internacional da Mulher.

O ato do 8 de março - evento em alusão ao Dia Internacional da Mulher - faz parte do calendário do movimento feminista nacional e em Recife é realizado anualmente. Antes da realização do ato ocorrem reuniões organizativas, nas quais são definidos o tema do ato e os

eixos de debates. A organização é realizada majoritariamente por organizações feministas, mas também fazem parte organizações mistas.

Já o Encontro Nacional Feminista, evento etnografado em 2019 passa por um momento de retomada, tendo sua última edição ocorrido em 2004. Este se propõe a ser um encontro amplo com a presença de vários segmentos do campo feminista e de mulheres.

Por fim, o movimento #ELENÃO não integra o calendário fixo e tradicional do movimento feminista. Este resultou do contexto político, foi uma ato contra o então candidato a república Jair Bolsonaro e foi protagonizado pelas mulheres. Em Recife o movimento chegou a ir às ruas em dois momentos e contou com uma ampla participação popular.

3.2.1 Rede local: A construção do “8 de março”

A construção do “8 de março” ocorre de forma coletiva, na qual estão presentes feministas das organizações não-governamentais, grupos de mulheres de bairros, frentes sindicais, mulheres ligadas a partidos políticos, coletivas feministas, acadêmicas feministas, e mulheres independentes¹⁸. Esse universo plural é um campo de tensionamento e disputa constante, no qual é colocado em jogo, como aponta Bonetti (2007), o “capital político” das entidades para formar alianças e determinar a estrutura organizativa do ato de rua.

No ano de 2019, acompanhei as reuniões preparatórias para o “8 de março”, nas quais é decidido o percurso do ato, sua programação, o tema e demais demandas organizativas. Relatarei algumas reuniões organizativas para compreendermos a dinâmica de construção do evento.

A segunda reunião organizativa do “8 de março” contou com aproximadamente 70 mulheres de diversas entidades e mulheres independentes. O ponto de pauta era a discussão dos “nós”, que aqui diz respeito aos entraves, no sentido semântico de “nó” como entrelaçamento ou emaranhado de linhas. Nesse sentido, a reunião teria o objetivo de desatar os “nós” que ocorreram entre os grupos no último ato do “8 de março”, ocorrido em 2018.

Um dos pontos de divergência levantado estava na presença ou não de homens nas batucadas que acompanhariam o percurso do ato. No ano anterior, algumas batucadas tiveram composição mista e isso foi motivo de embate entre as entidades que fizeram parte da organização do evento.

¹⁸ O termo “mulheres independentes” se refere aquelas que não possuem filiação a nenhum partido político ou entidades de mulheres.

Durante a reunião esse ponto suscitou grande debate, tendo duas vertentes de defesa: as entidades compostas só por mulheres e que não possuíam filiação partidária explícita defendiam que aquele deveria ser um espaço de protagonismo das mulheres e que não deveria haver homens nas batucadas. Já as entidades mistas, as mulheres sindicalistas e as entidades dirigidas por mulheres de partidos políticos defendiam que a presença dos homens na batucada não representava uma falta de protagonismo das mulheres, visto que elas eram maioria e eles apenas completariam a batucada. Esse impasse se perdurou por quase toda a reunião:

Essas divergências das várias correntes feministas, aquelas que acreditam sobre o papel do homem nesse processo, a gente acredita que o papel do homem nesse processo ele é importante, ele é necessário para apoiar a luta feminista, mas tem correntes que não veem dessa forma e acaba que nesse momento da construção do 8 de março essas divergências surgem muito fortes né (Entrevista com Joaquina, UJS Feminista).

A presença dos homens dentro do movimento feminista, sempre levantou debates. A discussão remete às ideias de “quem é o sujeito do feminismo?”, “homens podem ser feministas?”. Durante o ato os homens estiveram presentes na concentração e no percurso, alguns ficaram responsáveis pela creche móvel que acompanhou o percurso.

Outro impasse recorrente no campo, decorre da dicotomia estabelecida entre mulheres integrantes de entidades feministas x mulheres feministas filiadas a partidos políticos e frentes sindicais. As mulheres das entidades feministas veem as feministas que também são ligadas aos partidos políticos e frentes sindicais como “menos feministas”, ou feministas que não tem como sua pauta de reivindicação central a luta pela igualdade de gênero.

Pinto (2010), nos aponta que na década de 70 e 80 o movimento feminista ressurgiu na luta pela redemocratização do país e a maioria das feministas eram militantes de partidos políticos de esquerda. Desde esse momento, já havia um ambiente de desconfiança quanto a essas mulheres, pois de um lado as feministas não partidárias julgavam que as feministas filiadas aos partidos estavam se aproximando do movimento feminista para cooptar militantes para suas organizações partidárias ao mesmo tempo que os militantes de esquerda acreditavam que a luta feminista trazida pelas mulheres acabava por dividir e enfraquecer a luta de classes. O tempo passou, mas ainda é possível encontrar este tensionamento presente no campo do movimento feminista local: de um lado feministas das ONGs, coletivas feministas e do outro lado mulheres sindicalistas, de frentes de mulheres de partido, de entidades dirigidas por militantes partidárias e de entidades mistas.

O debate que teve sobre a prioridade de fala entre movimento misto como é o caso da minha organização, que é um movimento que tem mulheres e homens e tem sua vertente feminista dentro disso. Acaba que muitas vezes o debate gira em torno da

não participação ou não prioridade de fala dessas organizações nesses espaços o que é muito ruim porque o fato de a gente ser mulher é independente da gente construir a política num ambiente só de mulher ou num ambiente de mulheres e homens, não nos torna menos feministas do que quem constrói apenas no ambiente de mulheres e isso é muito duro porque inclusive a gente trava a luta feminista na sociedade. Mas acaba travando também dentro das nossas organizações e essa falta até de sororidade, né.? Nesse quesito, particularmente, nos incomoda muito porque a gente precisa poder construir a nossa luta da forma que a gente acredita e, nesse sentido, eu acho que o que perde de fato é a construção da luta feminista no Recife. Assim, como exemplo, a nossa bateria que a gente tem uma bateria que se organiza a partir de meninos e meninas, mas a gente tá ali pra luta e a gente ter nossa bateria barrada e não poder participar por causa disso é algo que nos incomoda bastante e a gente tem travado uma luta, as vezes, a gente consegue participar, as vezes, não. Mas, tem sido um tema de fato recorrente e isso é um dos temas recorrentes nesse processo (Entrevista com Joaquina, UJS Feminista).

Ao longo das reuniões organizativas, representantes de alguns partidos, a exemplo do PSOL, se fizeram presentes e foram bem recepcionados pelas ONGs Feministas históricas e pelas jovens feministas. A questão da presença de representantes partidários nas reuniões organizativas e no ato do 8 de março é alvo de tensionamentos e algumas vezes arbitrariedades. No campo é disputado quais partidos e sujeitos políticos são vistos como aliados e, assim, podem participar e ter voz e quais não possuem esse direito.

Os tensionamentos também ocorriam entre as mulheres integrantes das organizações feministas e as representantes das Frentes Sindicais, a exemplo da CUT, e de entidades que são tidas pelo movimento como geralmente associadas a partidos como Marcha Mundial de Mulheres ao PT e a União Brasileira de Mulheres ao PCdoB que em alguns momentos foram alvos de ataques.

E esses movimentos que se dizem independentes, muitas vezes não são inclusive, eles também tem partidos. A gente tem tido muita dificuldade na participação das nossas bandeiras, a União da Juventude Socialista - UJS é uma bandeira que a gente carrega, quando a gente é filiada a um partido é uma bandeira que a gente carrega e a gente acredita que a luta é plural, é coletiva, é democrática e quando você não tem a democracia colocada no centro acaba excluído a participação do todo e quem perde é a luta (Entrevista com Joaquina, UJS Feminista).

Na 3ª reunião organizativa, que contou com a participação de aproximadamente 32 mulheres, a problemática da oposição partidárias x “independentes¹⁹” esteve presente na definição do tema do “8 de março”. A referida reunião ocorreu no Sindicato dos Professores de Pernambuco – SINPRO, e contou com grupos ligados ao movimento de mulheres negras,

¹⁹ Utilizarei as aspas por compreender que no campo feminista local não haveria uma independência partidária, apenas não existe uma filiação formal aos partidos políticos. A nomenclatura “independentes” será usada para as mulheres que participam do movimento feminista, mas não se encontram filiadas oficialmente a nenhum partido. Já a nomenclatura “autônomas” será usada para as mulheres que participam do movimento feminista, mas não estão ligadas a nenhum grupo feminista ou partido político.

grupos ligados aos partidos políticos e uma minoria composta por mulheres das coletivas feministas e organizações “independentes”.

A disputa se desenhava da seguinte forma: As feministas partidárias²⁰ defendiam que o tema deveria tratar da “defesa à Democracia”, por julgarem que essa era a principal pauta do cenário político; as feministas sindicalistas defendiam o tema da “Previdência Social” e as mulheres negras defendiam que o tema deveria pautar a questão do racismo e o assassinato da vereadora Marielle Franco²¹.

Diante das divergências e buscando criar um consenso, o tema aprovado foi “Marielles: Livres do Machismo, do Racismo e pela Previdência Pública!”. Ocorreu ainda na ocasião a escolha de eixos temáticos que foram estampados em faixas ao longo do ato: “Contra o Racismo: vidas negras importam”; “Pelo direito a proteção social: não às reformas trabalhistas e previdenciária: Por uma democracia justa e participativa para e pelas mulheres”; “A proibição das drogas mata e encarcera o povo negro. Pelo fim da guerra!”; “Legalização do aborto: pela autonomia e proteção das mulheres”; “Em defesa dos territórios e da agroecologia: margaridas do campo, das florestas, das águas e da cidade”; “Em defesa dos direitos e dos territórios das populações indígenas e quilombolas; Não foi tragédia ambiental! Punição para os crimes de mineração”; “Pelo direito das mulheres com deficiência a uma vida plena. Abaixo a discriminação! Pela vida das mulheres! Não ao feminicídio!”

²⁰ Utilizarei essa nomenclatura apenas para diferenciar as feministas que se encontram formalmente filiadas aos partidos políticos das demais.

²¹ Marielle Franco, mulher negra, periférica, vereadora do Rio de Janeiro. Foi assassinada em 2018. Seu assassinato não foi solucionado até os dias de hoje.

Figura 1 - Card de convocatória para o 8 de março



Fonte: Instagram 8 de março, 2023.

A 3ª reunião organizativa além de tratar do tema do ato de rua, teve como foco a questão da segurança tanto das reuniões organizativas como do dia do ato em si. Como discutiremos com mais detalhe em capítulo posterior, a eleição do presidente Jair Bolsonaro (2018), que se elegeu com um discurso conservador e fundamentalista, construiu uma situação propícia para os constantes ataques aos movimentos sociais e ao movimento feminista em particular, instaurando um contexto de insegurança que se refletiu neste ato que foi o primeiro após sua eleição.

Era perceptível o clima de insegurança presente nas falas das militantes que alegavam receber ataques virtuais e desconfiavam que suas redes sociais e telefones poderiam ser alvos de monitoramento. Diante deste cenário, a coletiva feminista mulesta, que vem desenvolvendo uma discussão no campo da segurança virtual apresentou suas propostas para proporcionar um ambiente mais seguro. Foi indicado que nas próximas reuniões todas as mulheres desligassem suas localizações 1 (um) km antes de chegar ao local, pois caso estivesse ocorrendo algum monitoramento não seria possível cruzar as localizações de várias militantes. Outro procedimento adotado foi a construção para a próxima reunião de uma gaiola²² na qual seriam colocados todos os telefones no início da reunião.

Com relação ao dia do ato ficou encaminhado que seria montada uma comissão de segurança que definiria o percurso da atividade e construiria um manual de orientações sobre como proceder para garantir a segurança de todas as integrantes, sendo o material divulgado

²² Caixa envolta em papel-alumínio que cria uma barreira bloqueando os sinais telefônicos.

dias antes do ato. Me integrei a essa comissão que era formada, em maioria, por integrantes das coletivas feministas.

Ainda no que tange às questões de segurança, principalmente no campo da segurança digital, podemos perceber que as feministas das coletivas contemporâneas possuem maior compreensão das medidas que devem ser adotadas, já as feministas “mais antigas” ou “históricas”, como costumam ser denominadas pelas outras militantes, possuem um certo distanciamento dessa discussão e, por vezes, uma descrença de que esses métodos possam ser de fato eficientes. A utilização de plataformas de comunicação segura, a utilização de estratégias de agrupamentos, ainda constituem um debate distante da maioria das feministas.

Figura 2 - Manual de Segurança para o “8 de março”



Fonte: Instagram do 8M Recife, 2023.

As coletivas feministas durante as reuniões e no dia do ato de rua tiveram participação ativa. Durante as reuniões, apesar de suas diferenças, eram as que, majoritariamente, defendiam posições contra a participação dos homens nas batucadas, se posicionavam contra

o governo e partidos aliados, conduziam as questões de segurança e de condução do ato de rua.

O ato do dia 8 de março teve como ponto de concentração a praça do Derby, espaço que costumeiramente serve como local de encontro para as atividades dos movimentos sociais. O local não havia sido usado em anos anteriores como local de saída do ato, que tinha tradicionalmente sua concentração e saída no Parque 13 de maio²³.

A partir das 15 horas é possível perceber um aumento no número de pessoas, as quais sentam em rodas para confeccionar os cartazes que serão levados durante o ato. No coreto, vê-se alguns varais com a exposição de blusas para vendas. Em outro ponto da praça a batucada ensaia algumas músicas e algumas falas são feitas em trios que encontram-se parados na lateral da praça.

O ato do 8 de março coloca em destaque as diferentes formas de organização e estratégias de visibilização dos grupos. Vestidas com blusas com suas identidades visuais, portando bandeiras e faixas de suas organizações vai se montando um cenário que ao mesmo tempo que é coeso apresenta divisões.

A comissão de segurança é formada, em maioria, por jovens feministas que estão vestidas de preto para que sejam facilmente identificadas. Antes do início do ato o grupo é dividido em duplas e são fornecidos walkie talkies (rádios comunicadores) para facilitar a comunicação e nesse momento também são repassadas as orientações de como proceder em situações que representem algum risco para as participantes.

Durante o ato podemos perceber algumas performances acontecendo, que eram sempre cercadas por um público que se dispersava rapidamente. Existia ainda a presença de fotógrafos que registravam o ato. Não ocorreram problemas durante o percurso que passou pela avenida Conde da Boa Vista e foi finalizado na Praça do Arsenal.

O fim do ato foi marcado por falas, performances e recital de poesias, as mulheres faziam uma grande roda em volta das apresentações.

²³ O local de concentração do ato foi alterado, pois na ocasião ocorreria uma cerimônia de entrega do título de cidadão recifense ao então vice-presidente do Brasil general Hamilton Mourão na câmara dos vereadores que fica ao lado do tradicional local de concentração do ato.

Figura 3 - Ato do 8 de março - Recife 2019



Fonte: arquivo pessoal, 2023.

3.2.1.1 Entre “históricas” e “jovens feministas”: as alianças

Gostaria aqui de retornar um pouco às reuniões organizativas do “8 de março”, a fim de explorar as alianças e tensões entre as feministas históricas e as jovens feministas. Em alguns momentos, no qual a coordenação de determinada reunião ficou sob o comando de algumas jovens feministas, podemos perceber uma certa intransigência na condução, intransigência esta que também era observada quando a condução era realizada pelas feministas históricas.

Uma vasta bibliografia (FACCHINI, RODRIGUES, 2017; CARMO, 2018; ARAÚJO, 2013; ADRIÃO, 2008) apresenta os tensionamentos e coalizões existentes entre as feministas históricas e as jovens feministas. Raissa Araújo (2013), rememora o X Encontro Latino Americano e do Caribe (2005) no qual pela primeira vez as jovens feministas se apresentaram no cenário enquanto grupo organizado e reivindicaram a inclusão de pautas que atendessem às suas especificidades.

As jovens feministas colocam em debate as questões hierárquicas que atribuem mais poder decisório às mulheres mais antigas no movimento, ou seja, às feministas históricas. Esse segmento do movimento feminista “vem questionar o nível de participação, a igualdade de participação e de poder decisório quanto a pautas, já que propõe temas de debate que nem sempre estão na ordem do dia para o movimento” (ADRIÃO, 2008, p.88).

Carmo (2019), apresenta como as questões intergeracionais foram tensionadas no seu campo de pesquisa, no qual a forma de atuação das jovens feministas era vista pelas feministas históricas como “baderna” e ineficaz politicamente, ao mesmo tempo que as jovens feministas realizavam críticas as formas tradicionais de atuação do movimento feminista, por considerá-las com capacidade reduzida para atingir um número maior de participantes.

Apesar dos embates apresentados nas pesquisas citadas, no campo do movimento feminista em Recife, pude observar outro cenário. As jovens feministas que estavam presentes nas reuniões organizativas do “8 de março” possuem uma relação próxima das feministas históricas, em especial as feministas ligadas ao Fórum de Mulheres de Pernambuco, que atualmente possui na sua coordenação colegiada uma mulher jovem o que pode marcar também uma mudança na própria organização do Fórum. Durante as atividades elas se alinhavam nas proposições e defesas de propostas contra as “feministas partidárias”. Em entrevista realizada, uma integrante da Coletiva Mulesta fala sobre as possibilidades de diálogo, no que se refere a construção do ato “8 de Março”

Eu acho que o movimento feminista aqui tem uma qualidade muito valiosa que é a vontade do diálogo, sabe? O “8 de março” mesmo é um espaço que é um quebra pau do caralho e tem que ser porque são muitas concepções políticas que tem ali o feminismo interseccional como pauta, mas que tem milhões de outras coisas, então tem que ser quebra pau mesmo, a gente tem que conversar, faz parte do processo (Entrevista com Quitéria – Coletiva Mulesta).

É de se observar uma espécie “amadrinhamento” entre as feministas históricas e as jovens feministas que, em sua maioria, foram inseridas no ativismo político organizado a partir de cursos de formação feminista desenvolvidos pelas organizações não governamentais tradicionais de Recife, a exemplo do SOS Corpo Instituto para a Democracia. Isso é reiterado também pela entrevistada da Coletiva Mulesta:

Como a gente veio muitas de vários espaços de militância diferentes, essas figuras históricas, essas feministas históricas são figuras que a gente já tinha um diálogo, já conhecia e principalmente a gente respeita, porque assim, pô meu máximo respeito porque essas mulheres que estão há 40 anos aí no rolê. Independente de fazer parte de uma coletiva que eu me aproximo mais ou de uma que eu tenha menor proximidade, porque está a sua vida inteira dentro da militância feminista é foda. Assim, porque não é fácil, é um processo inclusive sofrível, porra é foda. Porque a partir do momento que você coloca os óculos do feminismo você não consegue enxergar o mundo sem ele. Eu acho que tem esses dois fatos a gente já conhecia a história dessas mulheres, porra é isso eu posso até discordar, mas eu vou respeitar ela absurdamente e a gente vai conversar (Entrevista com Quitéria – Coletiva Mulesta).

O surgimento de algumas coletivas posteriores aos cursos de formação construiu entre as feministas históricas e as jovens feministas uma ligação que vai se fortalecendo através da realização de atividades conjuntas. As organizações mais antigas tendem a possuir uma estrutura organizacional mais estruturada financeiramente e acabam apoiando e construindo conjuntamente atividades com as coletivas feministas contemporâneas.

Apesar dessa relação de proximidade, não podemos descartar os embates intergeracionais que estavam presentes no campo. No entanto, eles eram revelados quando do outro lado encontravam-se feministas históricas ou “mulheres mais velhas” que não pertenciam a base aliada. O termo “feminista histórica” traz uma certa reverência a história de militância dessas mulheres, já a ideia de que aquela mulher é mais velha não denota prestígio, pois o fator da idade não remete, necessariamente, a uma experiência militante.

Na 3ª reunião preparatória a condução foi realizada por uma jovem feminista, esta apresentava uma postura energética que, as vezes, extrapolava e se configurava em uma postura intransigente e em determinados momentos agressiva com as mulheres mais velhas.

Durante a reunião, as mulheres se inscreviam para poder falar e uma integrante ligada a um partido de esquerda se inscreve. Esta é uma militante feminista com uma longa trajetória dentro do movimento, se enquadrando dentro da ideia de “feminista histórica”. Em sua fala ela defende que a pauta principal daquele momento político é a democracia, que não seria possível evoluir nas outras pautas caso isso não fosse garantido, sugerindo que este deveria ser o tema do ato. A fala da participante foi várias vezes interrompida pela jovem que conduzia a reunião, esta parecia impaciente em ouvir as argumentações e após o encerramento da fala encaminhou a reunião direcionando para outros debates.

A cena apresentada nos remete as alianças e disputas presentes no campo, pois a questão intergeracional era acionada contra determinados grupos de feministas históricas, deixando claro o campo dos aliados e dos adversários. A questão intergeracional tomava o lugar de “respeito” ou de “ataque” a depender do campo político no qual estava localizado a

feminista histórica. Caso fossem aliadas, eram vistas com “respeito” pelas jovens feministas, caso fossem de grupo opositor poderiam ser “atacadas”.

Assim, as observações apresentadas revelam que o tensionamento entre as feministas jovens e históricas, parece não residir necessariamente nas questões intergeracionais, sobressaindo as questões relacionadas aos tipos de filiação política como norteadoras das relações estabelecidas no campo.

Na próxima subseção discutiremos uma premissa importante para o movimento feminista na atualidade, a questão da horizontalidade. A horizontalidade busca romper com hierarquizações presentes no campo feminista e propõe uma forma de organização que reduz as relações de poder e prestígio.

3.2.1.2 Controvérsias: entre o Discurso e a Prática

As reuniões preparatórias do “8 de março” são divulgadas na página do *instagram* criada para o evento e o *card* digital é disponibilizado para divulgação em outros meios virtuais, como os grupos de *whatsapp*. As plenárias são abertas para todas as entidades de mulheres, organizações, sindicatos, frentes de mulheres de partido político e independentes.

Figura 4 - Card da Reunião Preparatória



Fonte: Instagram do evento, 2023.

Apesar do chamamento amplo, a maioria das mulheres que participam da construção do 8 de março são velhas conhecidas do campo feminista local. As mulheres se conhecem e já possuem alianças seladas de outros espaços políticos.

O discurso feito no início de todas as reuniões é que ali é um espaço de horizontalidade e que as decisões deverão ser realizadas por meio de consenso entre todas. A cada reunião uma pessoa fica responsável pela condução das atividades, sendo essa pessoa normalmente designada pela comissão responsável pela metodologia.

Na 2ª reunião preparatória que tratou sobre os “nós”, como já exploramos aqui, a condução foi realizada por uma feminista histórica representante de uma ONG. A condução no início foi direcionada dentro da ideia do consenso, no entanto, com a dificuldade para entrar em um consenso sobre o debate se as batucadas deveriam ser compostas apenas por mulheres ou se poderiam ser mistas, pôde-se observar uma postura intransigente na condução.

As feministas da MMM e mulheres autônomas faziam a defesa das batucadas mistas e muitas vezes tiveram suas falas cortadas ou não atendidas quando levantavam a mão para solicitar a palavra. Por vezes, a condutora direcionou o final da discussão para que o consenso fosse realizado no direcionamento de não ter a presença de homens na batucada, mesmo estando evidente que a maioria das mulheres não concordava com o encaminhamento. Ao sugerirem que fosse realizada uma votação para decidir o encaminhamento, a condutora afirmou “aqui a gente resolve no consenso, se não temos consenso deixaremos a decisão para outra reunião”. Depois da referida fala, pude ouvir várias mulheres no entorno “cochicharem” que a condutora não queria instaurar a votação, pois sabia que perderia.

O clima de horizontalidade proposto no início da reunião toma outros contornos quando os embates começam a tomar proporção ao decorrer das reuniões. As condutoras que em sua maioria são figuras que possuem prestígio no campo político feminista tentam conduzir os encaminhamentos das pautas para o que julgam “melhor” a partir de sua compreensão.

Para que uma proposta seja aprovada é necessário que se construam alianças políticas, e no processo de aliança a categoria de capital de articulação política ganha destaque: “a obtenção do capital de articulação política pelas agentes do campo feminista local revela o reconhecimento público do seu lugar de distinção no campo que pode ser sintetizado na brincadeira de se referenciarem mutuamente como *grã-mestras*” (BONETTI, 2007, p. 102).

O capital de articulação política das feministas históricas decorre principalmente de dois fatores que estão interligados: a experiência e o conhecimento. A experiência advém dos anos de militância no campo feminista local e o conhecimento é construído tanto dessa

experiência militante quanto de um acúmulo acadêmico, pois saber falar sobre o feminismo e sobre suas correntes dão a estas um lugar de prestígio e de reverência dentro do movimento.

Ter conhecimentos confere uma posição de prestígio no campo, seja para grupos que possuem um notório saber – aqueles que fazem parte do processo histórico de constituição do movimento feminista local e nacional, seja para militantes em específico. Nesse sentido, é curiosa a expressão de reverência que ouvi recorrentemente no campo. Em tom jocoso, algumas militantes se referiam entre si e chamavam-se de *grã-mestras*. Associado a isso está a habilidade em articular e construir alianças estratégicas (BONETTI, 2007, p. 99).

Os pontos apresentados a partir do evento “8 de março” nos permitem perceber o campo dinâmico e efervescente do movimento feminista em Recife, sua composição plural é permeada de tensionamentos e alianças em favor de um projeto de emancipação feminina. Reconhecer as dinâmicas desse campo não o coloca em um lugar de fragilidade, pois reside nos engendramentos da construção cotidiana o potencial de reformulação do movimento. As coletivas feministas contemporâneas oxigenam o campo e trazem novas e velhas reflexões à tona.

Na próxima subseção, vamos abrir o leque trazendo um evento que contou com a participação de organizações locais e nacionais, a reunião preparatória para o Encontro Nacional Feminista. Nessa ocasião, é possível observar as redes nacionais e o trânsito das coletivas com outros sujeitos do campo.

3.2.2 1ª Reunião preparatória para o Encontro Nacional Feminista

Nesta seção, tratarei da 1ª Reunião Organizativa do Encontro Nacional Feminista²⁴, em 2019. A escolha por esse evento decorre da sua significância para o movimento feminista nacional, que na sua organização agrega entidades, grupos, ONGs, coletivas feminista e frentes partidárias de mulheres todo o país. Além disso, Pernambuco foi eleito como sede do próximo Encontro o que faz com que o movimento feminista local tenha uma forte representação em sua organização, como pode ser percebido na 1ª reunião organizativa.

O primeiro Encontro Nacional Feminista ocorreu no ano de 1979 em Fortaleza - CE e teve sua 14ª edição no ano de 2004 na cidade de Porto Alegre – RS. Do ano de 2004 até o atual momento não ocorreu nenhum encontro, mas no ano de 2019 durante a 6ª Marcha das

²⁴ Durante a reunião não foi decidido se o evento receberia a nomenclatura de 15º Encontro Nacional Feminista ou se receberia outro nome. Ambas as propostas foram defendidas durante a reunião organizativa, mas esse ponto ficou para ser decidido em reunião posterior.

Margaridas²⁵ foi lançada pelo movimento feminista uma carta convocatória para a realização de um novo Encontro Nacional Feminista, a ser realizado em Pernambuco. Assim, ocorreram duas reuniões preparatórias, uma em outubro de 2019 e outra em fevereiro de 2020. Contudo, em decorrência da pandemia não foi possível realizar outras reuniões nem o encontro, sendo mantido apenas um grupo de *Whatsapp* para informações gerais. As reuniões concentraram militantes de várias entidades locais, assim como representantes nacionais, fornecendo um cenário interessante para compreender a dinâmica do movimento feminista de Pernambuco e mais especificamente as redes de relações das coletivas feministas. Nesta seção, analisarei a 1ª reunião organizativa do encontro.

A 1ª Reunião Organizativa do Encontro Nacional Feminista ocorreu nos dias 19 e 20 de outubro de 2019. A reunião contou com a participação de 60 mulheres vindas de vários estados do país para representarem suas entidades. Até mesmo as entidades de caráter nacional que possuíam militantes no Estado de Pernambuco enviaram suas dirigentes nacionais para participarem da reunião. Dentre as entidades representadas estavam as seguintes organizações:

Lista das organizações participantes da 1ª reunião preparatória para o Encontro Nacional Feminista
Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas (RENFA)
Coletiva Mulesta
Coletiva das Vadias
Coletivo de Mulheres Defensoras de Direitos Humanos
Movimento Nacional das Cidadãs Positivas
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)
Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado de Pernambuco (FETAPE)
Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG)
Mulheres Olga Benário
Marcha Mundial de Mulheres (MMM)
Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB)

²⁵ Marcha das Margaridas é uma ampla ação estratégica das mulheres do campo e da floresta, promovida pela Contag, Federações e Sindicatos que se consolidou na agenda do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais - MSTTR e de diferentes organizações parceiras movimentos e organizações feministas e de mulheres trabalhadoras e centrais Sindicais e organizações internacionais que articulam e mobilizam mulheres em torno de diferentes questões que nos permeiam. Fonte: [Marcha das Margaridas 2023](#)

Casa da Mulher do Nordeste
Coletivo Mana a Mana
União Brasileira de Mulheres (UBM)
Núcleo Jurema
União da Juventude Comunista
GT de gênero da Articulação Brasileira de Agroecologia
Movimento de Pequenos Agricultores (MPA)
Mulheres do PSOL
Secretaria de Mulheres do PT
Movimento de Mulheres Camponesas (MMC)
Consulta Popular
Central Única dos Trabalhadores
Coletiva Nacional Resistência Feminista, União Nacional de Cidadãs Positivas (MNCP)
Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ)
Coletivo Nacional das Vadias
Coletiva Rua das Vadias
Amotrans-PE
Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)
Rede de Mulheres Negras de Pernambuco
Coletivo Sem Nome
Espaço Feminista
Coletivo de Mulheres Negras
Coletivo de Mulheres Lésbicas e Bissexuais de Pernambuco (COMLESBI)
Encontro Gangaça
Coletivo de Mulheres Feministas
Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas

A reunião aconteceu no auditório do Armazém do Campo do Nordeste²⁶ espaço administrado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. O Armazém do Campo desde a sua criação tem servido como local de aglutinação e apoio para militantes, partidos e organizações de esquerda.

O Encontro Nacional Feminista mobilizou o movimento feminista e de mulheres nacional, ponto que foi a primeira reunião com essa amplitude que acompanhei em Pernambuco. Assim, a partir das entidades que estiveram presentes na reunião organizativa do Encontro Nacional Feminista, podemos observar uma diferença com relação ao evento “8 de março” que foi apresentado na seção anterior, pois o número de entidades feministas partidárias, frentes de mulheres de partidos e sindicalistas que estavam presentes era bem maior do que o número de feministas não partidárias. Esse fator foi importante para determinar o tom da reunião, sua pauta e os encaminhamentos tomados. Nesta reunião também foi observada a ausência de entidades e organizações históricas do movimento feminista local, como o SOS Corpo, o Centro de Mulheres do Cabo, entre outras.

A condução da reunião ficou sob responsabilidade das mulheres da Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas de Pernambuco (RENFA-PE). Na ocasião não foi possível compreender como previamente se deu tal escolha, mas a entidade tinha ficado responsável pela construção da infraestrutura para a reunião e no início desta apresentou os gastos e fundos arrecadados até aquele momento.

O ambiente heterogêneo presente na reunião foi se moldando através das falas das integrantes e da análise da conjuntura política do momento. Frases como: “*A conjuntura para o ano que vem será mais difícil e por isso o lançamento de uma plataforma durante a Marcha das Margaridas. Olhar para o encontro para demarcar nosso espaço na atual conjuntura*”, “*O golpe tirou a primeira presidenta e segue com os mesmos atores para intensificar a retirada de direitos. Como construir a unidade no movimento feminista?*” e “*Os pilares para enfrentar e debater no encontro são: capitalismo, racismo, neoliberalismo e o machismo*” (DIÁRIO DE CAMPO) marcaram o tom da discussão e demarcaram que ali estavam presentes feministas que não apoiavam o então presidente Jair Bolsonaro.

Nesse contexto, as falas mais enfáticas com relação a conjuntura política partiam das feministas partidárias. Mas, quando o foco era a construção do Encontro Nacional Feminista, as proposições se alinhavam na construção de um evento plural e horizontal. As falas eram

²⁶ O Armazém do Campo de Pernambuco é a primeira loja do MST no nordeste. O espaço localizado em um antigo casarão no centro da cidade virou ponto de encontro durante o dia e a noite. Além dos produtos do MST, ponto forte dessa loja são as apresentações culturais que tomam as ruas do entorno.

direcionadas para a construção de um consenso entre as participantes, a proposta era de se guiarem pelas pautas de unidade, como vemos nas falas a seguir: *“É importante que o Encontro seja construído sem hierarquização”*; *“Encontro é um momento de demonstrar a nossa força e radicalidade política e pode servir para capilarizar ainda mais as lutas anticapitalista e antirracista dentro dos feminismos brasileiros. É importante que a construção do encontro seja feita de forma e respeitando as diferenças existentes dentro do campo”*; *“Vivemos um momento de expansão de coletivas de mulheres, um momento rico do feminismo brasileiro, porém de profunda repressão. O encontro deve ser plural, antipatriarcal, antirracista, anticapitalista. Deve abarcar a diversidade das mulheres e ser um espaço de diálogo e troca de diversas pautas. É um momento importante para marcar a força do feminismo no Brasil”* (DIÁRIO DE CAMPO).

Após a apresentação das participantes e a análise de conjuntura ocorreu a leitura da carta convocatória do Encontro Nacional Feminista, segue abaixo a carta.

Por um Encontro Nacional do Movimento Feminista

Brasília, 13 de agosto de 2019.

Marcha das Margaridas 2019

Estamos vivendo um momento muito difícil no Brasil. O governo Bolsonaro, eleito com base em desinformação e manobras no judiciário, é a continuidade do golpe parlamentar e midiático contra Dilma Rousseff, primeira mulher eleita para a presidência do país. Ele opera subordinando o país ao capital transnacional, liquidando patrimônio nacional, retirando direitos e atirando sobre as costas de nós mulheres os custos da crise. É um governo que se expressa por deboche e cultua o ódio às mulheres, ao povo negro e LGBT, aos povos indígenas, a classe trabalhadora e incita a violência contra aqueles e aquelas que lutam pela democracia. Contra isso, nos levantamos todas. Em todo o mundo e na América Latina, nós mulheres resistimos ao crescimento da extrema direita fascista, ultraneoliberal e fundamentalista.

O movimento feminista está nas ruas, com mobilizações multitudinárias. Está nas periferias, denunciando o genocídio da juventude negra. Está nos territórios dos campos, das florestas e das águas, resistindo ao desenvolvimento predador. Preservando as sementes, semeia alternativas e constrói novos modos de viver, e viver bem. Está nas greves somando forças e reivindicando os direitos das mulheres. Está entre os povos tradicionais, resistindo para existir. Está nas ocupações de terra, nas ocupações urbanas, nas ocupações de escolas e universidades, enfrentando a mercantilização de tudo e reivindicando os comuns como projeto de sociedade. Está nas redes de solidariedade entre nós mulheres, cuidando umas das outras, protegendo nossas vidas, acolhendo nossas dores, cultivando a nossa autonomia, a liberdade para desejar e o irrefreável desejo de ser livre. Está nas atitudes e nos sonhos das meninas e adolescentes, está nas artes das

novas gerações, está nas torcidas de futebol. O feminismo é uma força política em expansão.

Isso começou há muito tempo. Na resistência à ditadura, surgiram os primeiros grupos feministas, assim denominados. Em 1979, fizemos o primeiro encontro nacional feminista. De lá para cá, muita coisa mudou. O movimento cresceu, mas estamos enfrentando uma conjuntura tão difícil quanto aquela. Nunca tivemos uma democracia que nos contemplasse. Mas neste momento resistir é defender a democracia, os direitos, nossos territórios e modos de viver. Esse desafio nos exige muita organização de nossos movimentos e a capacidade de nos articularmos horizontalmente para fazer as lutas que possam alterar a vida cotidiana de nós mulheres e transformar a história.

A história nos desafia a construção de um encontro de todos os movimentos feministas nacionais e regionais, setoriais de mulheres de outros movimentos sociais, de partidos e coletivas locais que se sentem convocados a responder a este momento político. Um encontro capaz de reunir todas as forças coletivas que constroem o feminismo antipatriarcal, antirracista e anticapitalista. Um encontro capaz de mobilizar e ampliar a força política das mulheres para enfrentar o desmonte do Estado, a criminalização das nossas lutas, a violência sistêmica, o controle sobre nossos corpos.

Em 2020, em Pernambuco, faremos deste encontro um território das mulheres capaz de expressar a força política feminista, vivenciar nossa criatividade, impulsionar as nossas lutas e apontar caminhos para um projeto coletivo de emancipação que alimente nossa ousadia e esperança.

Em Brasília, nesta semana em que nos juntamos na Marcha das Mulheres Indígenas e na Marcha das Margaridas, convidamos todos os movimentos de mulheres do campo de Esquerda a se juntarem nessa jornada, rumo a um Encontro Nacional do Movimento Feminista no Brasil.

Posterior a leitura da carta convocatória, as participantes foram divididas em subgrupos para que pudessem realizar algumas discussões de forma mais aprofundada. Apesar de buscarem o consenso, a reunião contou com momentos de tensionamentos entre as participantes, pois distintos projetos políticos estavam em disputa e em negociação.

Desta forma, havia um embate para definir se o encontro seria uma continuação dos anteriores carregando consigo uma história ou se deveria assumir uma nova nomenclatura e em certo ponto fundar um novo encontro. Após as argumentações, esse ponto ainda ficou em aberto para ser decidido em reunião posterior.

Outra tensão presente no campo estava relacionada aos critérios de participação do encontro, duas propostas estavam em debate: a primeira defendia que o encontro deveria ser aberto para qualquer mulher que quisesse participar, o que demandaria maior capacidade estrutural. Por outro lado, algumas mulheres defendiam que o evento deveria ser voltado para

as feministas, em particular as que atuavam de forma organizada, isso reduziria a necessidade de estrutura e possivelmente possibilitaria um clima de maior segurança para as participantes.

As visões acerca da estrutura e do público que iria compor o Encontro revela em suas entrelinhas os posicionamentos macropolíticos das organizações que estavam presentes. Apesar de não haver uma posição dicotômica fortemente demarcada, pode se observar que haviam inclinações: as mulheres de partido, em sua maioria, faziam a defesa da democracia como ponto de pauta principal e a partir disto julgavam que era momento de agregar o maior número de mulheres em torno dessa luta, defendendo que o evento deveria ser amplo; já as mulheres que compunham os grupos/entidades/coletivas feministas refletiam que em decorrência da estrutura necessária para a realização de um evento grande, talvez fosse necessário realizar um evento menor nessa retomada, focado nas militantes feministas.

O cenário de tensões e disputas de projetos políticos para uma sociedade igualitária é característico do movimento feminista pelas vozes polifônicas que o compõem. Se por um lado isso pode parecer um perigo para que sejam traçadas bandeiras de luta unificadas, por outro, acredito que nas divergências e congruências residam a capacidade criativa para se pensar novas estratégias e ferramentas de resistências frente a um contexto social e político que se encontra em constante mudança.

Finalizados os grupos de discussões, as participantes voltaram a se concentrar no grande grupo, apresentando as devolutivas do que foi discutido nos subgrupos. O objetivo da atividade não era chegar a respostas fechadas sobre o formato e data da atividade, mas iniciar os debates para que ele fosse amadurecendo ao longo das reuniões, ficando a decisão final para uma próxima reunião.

No encerramento da reunião ficou acordado entre as entidades presentes que elas reforçariam a convocatória para outras entidades e que a próxima reunião ocorreria no mês de fevereiro de 2020.

Figura 5 - 1ª Reunião Organizativa do Encontro Nacional Feminista



Fonte: Whatsapp do Encontro, 2023.

Na próxima subseção, percorreremos mais uma atividade do que temos denominado como campo mais amplo do feminismo. Fazer esse percurso nos possibilita realizar um mapa do campo feminista, compreendendo como as coletivas estabelecem distintas relações entre si e com os outros sujeitos presentes no campo e fora dele como, por exemplo, o Estado e seus governantes. Abordaremos o ato realizado pelo movimento #ELENÃO, que foi protagonizado pelas mulheres e em Recife levou centenas de pessoas para as ruas.

3.2.3 #ELENÃO: mulheres na rua

O #EleNão foi um movimento que surgiu, inicialmente, na internet (via *facebook*) através do grupo “Mulheres Unidas contra Bolsonaro”. Tal movimento foi tomando proporção e no dia 29 de setembro de 2018 se tornou um ato que levou para as ruas cerca de 100 mil pessoas em mais de 114 cidades do Brasil²⁷.

O ato liderado pelas mulheres é considerado, por algumas estudiosas do movimento feminista e de mulheres como Céli Pinto²⁸, a maior manifestação organizada por mulheres no

²⁷ Dados obtidos no site da BBC News Brasil. Disponível em: [#EleNão: A manifestação histórica liderada por mulheres no Brasil vista por quatro ângulos - BBC News Brasil](#)

²⁸ Céli Regina Jardim Pinto é professora do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e autora do livro intitulado “Uma história do Feminismo no Brasil” de 2003.

Brasil. A manifestação ocorreu em oposição ao então candidato à presidência da República Jair Bolsonaro sendo considerada uma das maiores realizada contra um candidato.

O ex-presidente e na época candidato à presidência da república se elegeu com um discurso fundamentalista e conservador que incentivava ataques sexistas, homofóbicos, racistas e de outras ordens. Tais discursos e a negação de direitos envolta a eles, são acionados na seguinte fala, presente na entrevista realizada com Camarão:

Aí você vem com a candidatura de Bolsonaro que reafirma que nem o PT nem quem estava com ele, que o Brasil precisa estar acima de tudo e Deus acima de todos. Essa é uma máxima muito lembrada na ditadura militar né? Nas marchas que prepararam a ditadura militar e buscaram resistir.

...aí Bolsonaro se elege com essa pauta anticorrupção né? um cara oriundo das forças armadas, expulso pelas forças armadas e que estava na política há um pouco mais de 30 anos sem ter um projeto aprovado no congresso nacional. Essa figura não foi a um debate televisionado, sofreu e eu coloco todas as aspas e as aspas são minhas, uma tentativa de homicídio em uma das únicas atividades públicas que foi participar, aí culpou a oposição por isso. Utilizou um mecanismo utilizado em longa escala que foi as fakenews, fazendo ataques pessoais, já apresentando uma agenda ultraliberal, que nem no PSDB nem o DEM que se apresentavam como a direita consolidada pautava. Ele tinha uma agenda negando direitos sociais, alimentando o racismo, alimentando uma agenda antipopular, antidemocrática, já atacando as estruturas do estado. Então, era um cara retrógrado nos direitos, retrógrado na economia e de caráter fascista (Entrevista com Camarão, liderança do #ELENÃO).

A fala trazida pela entrevistada, assim como o movimento #ELENÃO, mostra como a pauta da democracia está presente nas lutas feministas. Apesar da centralidade nas pautas mais específicas para as mulheres, outras pautas são acionadas para que se construa um ambiente favorável para a luta por direitos iguais.

Com a proximidade do período eleitoral e com o alto índice de aprovação que o candidato possuía antes das eleições, as mulheres e posteriormente outros setores da sociedade se juntaram para realizar um levante contra Bolsonaro, que mesmo com toda a mobilização se elegeu no segundo turno contra o então candidato do PT, Fernando Haddad.

No contexto de Recife, assim como em outras capitais do Brasil, o “#EleNão” foi coordenado por um grupo de mulheres que realizaram as reuniões organizativas antes do ato. Destas reuniões participaram mulheres de vários segmentos: mulheres de organizações feministas, mulheres de frentes partidárias, acadêmicas e uma presença massiva de mulheres dos movimentos populares. Como podemos observar na fala de uma das entrevistadas:

O #EleNão vem dentro de uma paleta colorida por várias forças, ele nasce a partir do movimento de mulheres, liderado por mulheres e não é só o movimento tradicional de mulheres são mulheres que estão no ambiente da política, mulheres que estão organizadas na sociedade em vários setores de forma muito ampla, muito diversa e aí tanto é que ele não é protagonizado só pelas entidades de mulheres, ele é protagonizado por essa pluralidade, diversidade que a gente chama de movimento de

mulheres que não é o movimento tradicional feminista. Essa é uma diferença importante que a gente precisa pontuar, o movimento #EleNão não é um movimento puxado apenas pelo tradicional movimento feminista, ele é puxado pelo movimento de mulheres que nasce do movimento de mulheres de torcida, mulheres empresárias, mulheres trabalhadoras, mulheres liberais, mulheres socialistas, mulheres anarquista que no primeiro momento defendem o não Estado, mas naquele momento até as anarquistas foram pra rua né, mulheres que estão envolvida em setores de conselho de política pública, profissionais liberais (Entrevista com Camarão, lideranças do ato #ELENÃO).

Diferentemente dos eventos apresentados nas sessões anteriores (“8 de março” e a 1ª reunião organizativa do Encontro Nacional Feminista) o #EleNão contou com uma predominância de mulheres advindas dos movimentos populares na condução do ato, o que foi importante para a definição de suas pautas e de sua estrutura.

Quando tratamos de feminismo, seja ele no campo político ou teórico, comumente nos referimos aos “movimentos de mulheres” e “movimentos feministas” de forma conjunta, sem dar uma devida atenção aos pontos de semelhanças e afastamentos entre estes. O movimento de mulheres é um movimento mais amplo do qual os movimentos feministas fazem parte.

Os movimentos de mulheres seriam compostos pela luta das mulheres em vários ambientes da vida social, seja em suas comunidades através das associações de moradores, nas igrejas, nas torcidas organizadas de times de futebol, nos grupos de mulheres artesãs e empreendedoras. Ao tratarmos dos movimentos de mulheres somos compelidas a gerar uma aproximação quase que instantânea entre os movimentos de mulheres e as lutas das mulheres das camadas populares. Compreendo o caráter reducionista dessa visão e como ela estabelece uma separação entre os movimentos de mulheres construídos pelas mulheres das camadas populares e os movimentos feministas que estariam ligados a uma prática e teoria feminista.

A luta das mulheres populares estaria centrada na emergência da vida cotidiana em decorrência da falta de políticas públicas para propiciar o acesso a segurança, educação, saúde, moradia, entre outras necessidades básicas. A luta dessas mulheres não está centrada nas discussões sobre as relações desiguais entre os sexos ou na subordinação das mulheres no sistema patriarcal. Cabendo aos movimentos feministas a proposta de transformação das relações de desigualdades entre homens e mulheres.

É importante ressaltar que o uso do termo movimentos de mulheres e movimentos feministas no plural é uma tentativa de manter a característica diversa existente dentro desses movimentos que não podem ser vistos como um todo unificado apesar de suas semelhanças.

O ato “#EleNão” construído no Recife revela essa composição plural, mas que se concentrou para sua realização em torno de pautas unificadas que buscavam a defesa da democracia e do Brasil:

Foi um movimento imenso, complexo na sua constituição, mas unificado em uma bandeira. Todos naquele momento entendiam que a eleição de Bolsonaro seria mais nociva ao Brasil que a direita tradicional ou o partido dos trabalhadores, ou candidaturas de meio termo digamos assim poderiam ser chegando a presidência da república. O #EleNão em Recife ele tem uma marca plural, diversa e com uma agenda unificada, agenda essa que teve uma grande manifestação na virada do primeiro para o segundo turno e ainda levou a eleição para o segundo turno, porque a eleição poderia ter terminado do primeiro turno. O movimento #EleNão foi simbólico e importante nessa ideia de levar a eleição para segundo turno porque a sociedade estava muito dividida e levou inclusive a candidatura de Haddad e de Manuella D'avilla ao segundo turno tendo uma votação expressiva (Entrevista com Camarão, liderança do ato #ELENÃO).

O “#EleNão” foi coordenado pelas mulheres, mas, atingiu um campo bem mais amplo da população Recifense: homens, militantes de partidos políticos de esquerda e centro-esquerda, torcidas de futebol, frentes cristãs aderiram ao movimento e conseguiram colocar nas ruas do Recife aproximadamente 30 mil pessoas.

Figura 6 - #EleNão Recife



Fonte: BBC News Brasil, 2018.

A partir do apresentado, é importante observar que apesar do movimento #ELENÃO não ter conseguido reverter os votos necessários para que Jair Bolsonaro fosse derrotado nas eleições, ele representou um passo importante para a coalização de forças, colocando o movimento feminista e de mulheres em destaque no cenário, como apontado por Pinto (2019)²⁹

²⁹ Artigo publicado na coluna do site Sul21. Disponível em: [8 de março: #elenão - Sul 21. Acesso em: colocar a data aqui](#)

Por outro lado, precisamos ter também muito claro que nós, mulheres brasileiras, somos, neste momento, o grupo mais organizado, mais público e mais forte na sociedade civil, inclusive dentro dos partidos políticos de esquerda, para fazer frente ao descalabro. Não estou fazendo autoelogio, mas nos chamando à responsabilidade. Fomos nós as responsáveis pela organização do #elenão, a maior e mais emblemática manifestação contra o candidato capitão.

Por fim, na próxima seção percorreremos os caminhos das coletivas feministas. Se em um primeiro momento tentamos compreender como essas se inseriram, de forma mais ou menos marcante, no que temos denominado de campo mais amplo do movimento feminista, agora analisaremos os eventos realizados por estas enquanto principais protagonistas.

3.3 MÚLTIPLOS ATIVISMOS: AS COLETIVAS FEMINISTAS CONTEMPORÂNEAS

*“Companheira me ajuda
que eu não posso andar só.
Eu sozinha eu ando bem,
mas com você ando melhor”
(Autoria desconhecida).*

Nesta seção, buscamos compreender a atuação política das coletivas feministas através dos eventos organizados por estas e dos princípios norteadores de suas práticas. Para isso, num primeiro momento, por meio de pesquisas realizadas com coletivas feministas, traçaremos algumas características presentes nestas coletivas que estão situadas, geograficamente, em vários estados do Brasil e em um segundo momento nos focaremos nas coletivas feministas de Recife.

Para compreendermos as coletivas feministas que atuam na contemporaneidade, precisamos partir do entendimento de que “as jovens” que compõem estas coletivas não se caracterizam como uma categoria universal, coerente e engessada. Isso nos leva a perceber as coletivas como espaços de heterogeneidades, pois apesar das características similares que atravessam esses grupos, como o funcionamento em rede, a fluidez e as filiações desencadeadas pela “política do afeto”³⁰, estes possuem referenciais diversos.

As coletivas feministas no Brasil são demarcadas por questões de regionalidade, fazendo com que suas pautas de reivindicações e formas de organização sejam distintas a depender da localidade. No entanto, podemos encontrar pontos de semelhança entre estas,

³⁰ Segundo Carmo (2016), a relação de filiação estabelecida entre as ativistas dessas coletivas não se resume apenas ao fazer político. Estas coletivas são em sua maioria constituídas por relações de amizade e afinidades, o que poderia também caracterizar a fluidez em seu surgimento e desaparecimento.

principalmente, nos referenciais que conduzem suas práticas políticas e nas estratégias de atuação.

Assim como no presente estudo, as pesquisas desenvolvidas por Iris do Carmo (2018) e Laura Martello (2015), sobre o campo feminista contemporâneo apresentam alguns princípios basilares que norteiam as práticas políticas dessas coletivas, tais quais: o funcionamento em rede, que tem abrangência local, nacional e internacional; a militância marcada pela política do afeto; a premissa do faça-você-mesma, que tem forte influência do anarquismo; e a construção de uma prática que vise a autonomia e horizontalidade, rompendo com práticas mais tradicionais e verticalizadas.

Para além dessas características, encontramos novos-velhos referenciais como: o anarquismo, que dá origem às coletivas feministas que se denominam enquanto “anarcofeministas”; o veganismo e/ou vegetarianismo que pregam o não-especismo e o debate em torno das concepções sobre o corpo, sexualidade e a mulher enquanto sujeito universal do feminismo. Dedicarei um capítulo posterior à problematização desses referenciais.

Como estratégia de atuação as coletivas feministas funcionam em redes locais, nacionais e internacionais, dando origem ao que CARMO (2018) denomina “rôle feminista”, os rôles são marcados pelo trânsito dos corpos que vão seguindo a trilha dos eventos. Não é difícil encontrar integrantes de coletivas de estados diferentes em trânsito pelo país ou até mesmo em países próximos.

Essa rede de relação se estabelece também via internet, através de parcerias para as realizações de lives, entrevistas e listas de e-mail, dinâmica que foi muito observada durante a pandemia. Nos eventos presenciais podemos observar que um padrão de estrutura é seguido. As programações são compostas por oficinas que ocorrem durante todo o dia e culminam em shows e atividades culturais à noite (FACHINNI, 2011; CAMARGO, 2011; MARTELLO, 2015; CARMO, 2018).

Carmo (2013) aponta que o tipo de ativismo apresentado pelas coletivas não possui uma barreira delimitada de quando termina a militância e onde começa a diversão, tornando os ambientes de ativismos e sociabilidades híbridas. Baseada na política do afeto, as coletivas surgem a partir das relações de amizade e interesses em comum, podendo se dissolverem com mais facilidade a partir do momento em que os interesses se tornem distintos. Esse princípio permite uma maior fluidez, e, como foi percebido no campo, as coletivas se formam e se dissolvem dando origem a outras coletivas.

Nas ações políticas as coletivas se utilizam de atividades lúdicas, atrelando política e cultura, além da realização de oficinas de lambe-lambe e *stencil*³¹, de produção de *fanzines*³² com versões em papel e on-line, produção de material áudio-visual e da forte atuação na internet através de *blogs*, *fotologs* e redes sociais (CAMARGO, 2011). Utilizam-se da prática do faça-você-mesma, na qual as participantes são responsáveis tanto pela estrutura dos seus festivais, eventos e marchas, como produzem os materiais de divulgação e transmissão de ideias e conceitos norteadores que servem como estratégias de empoderamento feminino.

Assim, as múltiplas formas de ativismos marcam essas coletivas que buscam uma atuação autônoma e horizontal. Em sua formação, as coletivas são compostas, em sua maioria, por mulheres jovens, universitárias ou graduadas, e de classe média. Mas, também encontramos no campo coletivas que se denominam enquanto periféricas e com recortes de classe e raça distintos desse perfil predominante.

Na próxima subseção, voltaremos nosso olhar para as coletivas feministas de Recife e para os eventos que estas atuaram enquanto protagonistas. Analisar os eventos permitiram que possamos ver como esses princípios basilares são acionados na prática. Assim como poderemos observar as especificidades das coletivas locais quanto a alianças, trânsitos e reivindicações.

3.3.1 *Autonomia e Horizontalidade: As Coletivas Feministas no Recife*

A partir de 2010, podemos observar várias manifestações públicas organizadas por jovens no Brasil, como a Marcha das Vadias que teve início em 2011, as jornadas de julho (em 2013), as ocupações das escolas por estudantes secundaristas (em 2015/2016), mas é

³¹ *Stencil* é uma técnica que se utiliza do papel vazado e tinta para realizar aplicações de ilustrações em paredes ou blusas. É utilizado em arte de rua pelos grafiteiros, e tem sido utilizado pelos movimentos, principalmente, na confecção de camisas.

³² O termo *fanzines* ou *zines* é formado da contração das palavras em inglês *fanatic* e *magazine*. Estes são veículos de comunicação livre de censura, e que não visam uma grande tiragem ou a lucratividade. Em sua maioria são editados e produzindo por grupo de amigas(os), e as pessoas que o produzem são conhecidas como zineiras (os).

após a “Primavera das Mulheres³³”, em 2015, que ocorre um crescente surgimento das coletivas feministas em Pernambuco.

Para compreender como as coletivas do Recife atuam politicamente no seu cotidiano, principalmente no que se refere à sua presença nas redes sociais (o que algumas autoras têm denominado ciberativismo³⁴); à materialização da autonomia e da horizontalidade e à presença do movimento nas ruas, utilizarei as observações dos eventos e atividades individuais realizadas pelas coletivas feministas, mas especificamente farei menção ao evento Deboche-se e ao ato de rua Marcha das Vadias ambos realizados em 2019 e organizados pela coletiva das vadias.

Os eventos ocorrem, normalmente, em locais públicos ou locais parceiros, costumam ter duração de um dia inteiro ou até mesmo de um final de semana. Durante o dia são realizadas oficinas, rodas de debate, feiras de artigos produzidos pelas próprias mulheres, venda de alimentos que normalmente são veganos e ao final do encerramento ocorrem apresentações musicais e culturais.

As coletivas feministas buscam pautar sua atuação política a partir dos princípios da autonomia e horizontalidade, como já apontado anteriormente. A ideia de autonomia vem ao longo dos anos ocupando sentidos diferentes dentro do movimento feminista. Durante o período da ditadura militar a autonomia servia para demarcar a independência dos partidos e organizações de esquerda. Na década de 1980, a autonomia estava em oposição a categoria acusatória “feministas institucionalizadas”, sinalizando de um lado as feministas autônomas e de outro as feministas pertencentes às organizações não governamentais (ONGs) ou pertencentes ao quadro funcional do governo (PINTO, 2010; SARTI, 2004).

Atualmente, a ideia de autonomia está associada tanto a não filiação aos partidos políticos como a um afastamento das estruturas do Estado. Como apresentado na seção anterior, um dos pontos de tensionamento do movimento feminista local ocorre entre as feministas autônomas ou não partidárias e as feministas filiadas a partidos políticos.

Com relação a horizontalidade, esta é uma premissa importante para as coletivas feministas que rejeitam as lideranças formais e hierarquizações. Quando tratamos das questões intergeracionais e da relação entre as coletivas feministas e as feministas históricas a questão da horizontalidade vem à tona:

³³ Movimento ocorrido em 2015 e que tomou as ruas do país. As mulheres foram as ruas e as redes sociais/virtuais lutar pela igualdade de gênero, o movimento ficou conhecido como “Primavera das Mulheres”.

³⁴ Prática de militância realizada através da internet, por meio de redes sociais, e-mails, blogs entre outros. A internet é usada tanto para divulgação de atividades e mobilização como para a realização de protestos.

Acho que é isso também, acho que existe na coisa do intergeracional tem também uma coisa de hierarquia né? E a minha coletiva é uma coletiva que entende que não existe hierarquia entre as idades o que existe é respeito pela pessoa mais velha, pela pessoa mais nova, pela criança, a gente entende isso. A gente tenta colocar tudo na maior horizontalidade possível, sabe? E a gente referenciar essas mulheres também talvez seja um pouco ambíguo, isso né? ao mesmo tempo que a gente referência muito essas mulheres a gente colocar nosso espaço num diálogo horizontal, num diálogo de igual pra igual porque afinal somos isso né. O feminismo traz isso, ela lição da horizontalidade bem antes de qualquer movimento (Entrevista com Quitéria, coletiva mulesta).

A visão trazida por Quitéria, integrante de uma das coletivas feministas, nos coloca a questão da horizontalidade como uma prática que o feminismo busca manter em sua essência. No entanto, é percebido nos eventos etnografados que a horizontalidade ainda é uma meta a ser alcançada, pois as relações de poder e de prestígio (ORTNER (2006)) presentes no campo verticalizam as relações e determinam quem são os sujeitos que podem falar e principalmente quais sujeitos devem ser ouvidos.

O discurso da horizontalidade que está presente na maioria das atividades feministas é ameaçado quando temos defesas de perspectivas diferentes, pois os diferentes projetos políticos que estão em jogo oferecem estratégias distintas de ação. Apresentarei algumas notas de campo para ilustrar a problemática, resalto que algumas já foram trazidas ao longo do texto, mas agora são apresentadas com um maior detalhamento.

Cena 1

As reuniões organizativas do 8 de março foram marcadas por muitos embates nos quais não foi possível construir um consenso. Um dos pontos de discordância era com relação a presença de homens nas batucadas, de um lado feministas históricas e jovens feministas defendiam que a batucada deveria ser formada só por mulheres; de outro lado, as entidades mistas e partidárias defendiam que os homens poderiam participar, pois eles não seriam os protagonistas. Após uma ampla discussão com falas e defesas não se chegava a um consenso, a condutora da reunião (representante de uma ONG feminista local), tentou encaminhar a discussão para que os homens não estivessem presentes na batucada, afirmando que esse era um espaço para mulheres e não levando em consideração os apontamentos trazidos outras participantes, mas foi por várias vezes impedida pelas demais mulheres que não concordavam e a acusavam de impor um consenso que não existia entorno da pauta. Foi sugerido que se fizesse uma votação, mas foi rejeitado ríspidamente pela condutora que alegava que aquele era um espaço de construção do consenso e a pauta foi levada para a próxima reunião.

Cena 2

Durante a construção da lista de pessoas públicas que poderiam discursar nos mini-trios elétricos presentes no ato de rua do “8 de março”, ocorreu um grande embate, pois além das entidades que

participavam algumas figuras políticas poderiam falar. As entidades foram apresentando as suas propostas de convidadas para falar e observou-se uma rejeição por parte das feministas históricas das ONGs com relação a algumas mulheres que faziam parte do governo³⁵, mesmo aquelas sendo figuras conhecidas pelo movimento feminista local e, por vezes, aliadas em algumas lutas. Por outro lado, elas concordavam que outras figuras políticas ligadas a outros partidos e alinhadas com suas ideias pudessem falar. A situação apresentava as relações políticas implícitas que estavam presentes no campo. Ao não entrarem em consenso com relação às falas públicas, as feministas históricas das ONGs acusavam as mulheres advindas dos partidos políticos de não construírem o ato e participarem apenas nos dias de decisões, nos quais mobilizavam várias mulheres de suas organizações. As mulheres que se encontravam presentes na reunião opinavam em pequenos grupos sobre o que estava ocorrendo, algumas apoiando e outras criticando a postura intransigente. No fim, as mulheres que se consideravam lideranças na construção do ato tentaram impor sua posição e não ter pessoas ligadas ao governo com direito a fala.

As duas cenas apresentadas nos revelam como a horizontalidade é afrontada na prática cotidiana pelas diversas perspectivas presentes no movimento e como o “consenso” por vezes pode ser imposto por quem possui mais poder de articulação e prestígio político no campo.

É interessante observar também o elemento da transgressão, pois nem sempre o que é pactuado nas reuniões entre as entidades presentes ocorrem no dia dos eventos de rua. As ativistas possuem suas identidades próprias e chegam aos eventos carregando bandeiras, cartazes e até bonecos de Olinda³⁶ mesmo isso não sendo consenso nas reuniões. A fala nos mini-trios eletrônicos também fogem do controle, assumindo muitas posições individuais que não são opinião coletiva.

Cena 3

Durante o ato do 8 de março de 2019, escutei a fala de uma ativista que depois fiquei sabendo ser uma militante do PSOL, que chama ao trio para fazer uma fala a ex-candidata ao governo Dani Portela³⁷. No chamamento a ativista falava “Gostaria de chamar aqui a nossa governadora Dani Portela”, a fala da ativista causou burburinho entre as mulheres que estavam no ato e não se sentiram representadas

³⁵ Na época, o governador do estado de Pernambuco era Paulo Câmara do PSB e sua vice-governadora era Luciana Santos do PCdoB.

³⁶ Os bonecos de Olinda são bonecos caricaturados de tamanho gigante de figuras conhecidas, seja artistas locais, políticos, entre outros.

³⁷ Dani Portela é filiada ao PSOL e atualmente deputada estadual em Pernambuco. Foi candidata ao governo do estado de Pernambuco no ano de 2018, tendo perdido a eleição para o então governador Paulo Câmara do PSB.

pela mesma, a qual colocava a ex-candidata ao governo como representante de todas que ali estavam presentes.

A relação do movimento feminista local com os partidos políticos é ambígua. Apesar do campo ser composto por mulheres de frentes partidárias, sindicalistas e entidades ligadas a partidos políticos, existe um ideário de “feminista legítima” na qual as mulheres partidárias parecem não serem enquadradas. Esse ideário permeia o imaginário das mulheres que consideram aquelas que atuam apenas na frente feminista como “mais” feministas. No entanto, uma atuação prioritária na frente feminista não rompe com alianças estabelecidas com os partidos, apenas ocorre uma predileção de partidos e figuras políticas com quem se pode estabelecer parcerias.

A horizontalidade enquanto premissa da prática política das coletivas feministas guiará a sua forma de atuação política, o que inclui a forma de organização das coletivas, divisões de atividades, mobilização e organização dos eventos. Na próxima subseção, abordaremos as práticas de organização e mobilização política destas.

3.3.2 *Práticas de Organização e Mobilização Política*

Nesta subseção, abordarei a forma de organização e de atuação política das coletivas feministas. É importante ressaltar que estas possuem formas de atuação semelhantes, mas que não se confundem, visto que cada coletiva terão pautas específicas que receberam mais destaque.

A mobilização para os eventos ocorrem, principalmente, via internet sejam em suas redes sociais (*instagram, facebook*), *blogs, sites* ou listas de *e-mails* e grupos de *whatsapp*. Normalmente, as atividades são abertas às mulheres e as crianças, não sendo permitida a entrada de homens no local. Nos eventos observados, foi percebido que a maioria das participantes já faziam parte do circuito feminista de Pernambuco e já se conheciam de outras atividades, ressaltando assim a ideia da “política do afeto” percebida neste campo.

Os eventos, como já explorando, são uma das principais formas de organização das coletivas por permitirem construir um ambiente de debate e sociabilidade para as mulheres. Estes utilizam de várias estratégias pedagógicas para se tornarem mais atrativos para as participantes, assim encontraremos atividades como rodas de conversa que buscam horizontalizar o domínio da fala, oficinas e eventos culturais e festivos.

Na próxima subseção, abordarei o evento Deboche-se que foi organizado pela coletiva das vadias em parceria com a coletiva pixie girls. Neste evento poderemos observar a rede local em ação, assim como as ferramentas utilizadas na realização das discussões.

3.3.2.1 Eventos (Deboche-se)

A Marcha das Vadias vem ocorrendo desde o ano de 2011 no Recife, mas no ano de 2019 tendo em vista o cenário que se apresentava com a eleição do ex-presidente Jair Bolsonaro a organização da marcha comandada pela coletiva das vadias³⁸ decidiu adiar a sua realização, que costumeiramente ocorria no mês de maio, para o segundo semestre daquele ano. Em comunicado a Coletiva das Vadias informou:

A Marcha das Vadias Recife foi, para muitas mulheres, o primeiro contato com o feminismo. É revigorante receber relatos de mulheres que hoje se encontram na luta feminista graças ao contato com a Marcha das Vadias Recife em algum ponto de sua trajetória.

Há 9 anos a Marcha das Vadias acontece em Recife. Nos últimos anos ela tem sido no último sábado de maio.

Em 2019 a data mudará e portanto a Marcha das Vadias Recife NÃO acontecerá em maio.

Não é difícil perceber que estamos em um momento político muito delicado no país (e no mundo) e nunca foi tão importante estar nas ruas, na luta, na resistência, bem como nunca foi tão importante estarmos juntas e bem para permanecermos na ativa e vivas.

³⁸ Tentamos ao longo desses anos construir uma luta política comprometida com as problemáticas a respeito da autonomia dos corpos. Da interdição do Estado e suas políticas proibicionistas que impedem o nosso direito ao aborto legal e seguro, por exemplo, ou a culpabilização das vítimas em casos de violência e lucram a consolidação dessas políticas. Nesse sentido, compreendemos que defender a libertação dos corpos como nosso front de batalha atrela-se, sobretudo, a uma perspectiva antiproibicionista de sociedade, a derrocada desse Estado capitalista, racista e misógino que nos mata todos os dias. Enquanto Coletivo e através desses pontos, que nos são muito caros, estamos atuando de uma forma honesta, horizontal e combativa não só no dia da Marcha. Pelo contrário, construímos nossas ações ao longo do ano, com mulheres jovens, de periferia, nas escolas, nas universidades junto a outros coletivos e movimentos feministas. Nossas pernas, braços e corações alcançaram uma proporção muito maior do que imaginávamos e hoje tentamos focar em outras ações políticas, no comprometimento real com a vida das mulheres. Diante desses caminhos e após intensos debates internos, junto às nossas companheiras, em um movimento dialógico, intenso, doloroso e forte compreendemos que não mais caberia a vinculação exclusiva do Coletivo com a Marcha, ou seja, a expressão política e artística na rua. Mediante todo esse contexto, somos hoje **Coletiva Vadias**.

Fonte: <https://www.facebook.com/coletivadasvadias/>

Hoje um dos grandes desafios de pessoas que, como nós, fazem do seu dia a dia uma ferramenta de mudança social é manter a saúde mental/física e seguir tendo fé e forças pra continuar.

Analisamos o cenário, o calendário e nossas possibilidades e disponibilidades e verificamos que seria estratégico e prudente alterar a data e colocar a Marcha das Vadias Recife no segundo semestre.

Nós, da Coletiva das Vadias, acreditamos e trabalhamos em conjunto com organizações e movimentos de mulheres há muito tempo por entender que assim podemos construir um movimento atuante e diverso e sendo assim trabalharemos na construção de uma Marcha das Vadias forte e plural.

Contamos com o seu apoio, seja você organizada coletivamente ou não e adiantamos que estaremos, como sempre, na ativa. Organizaremos eventos e construiremos tantos outros com demais movimentos e pedimos que estejam conosco nesse caminho.

Enquanto a Marcha das Vadias Recife não vem, acompanhe as demais ações que compartilharmos aqui nas nossas redes e chegue perto. Nunca foi tão importante saber e sentir que não estamos sozinhas.

Juntas somos mais fortes, mesmo!

[#MarchaDasVadiasRecife2019](#)
[#DebocheSe](#)
[#VadieSe](#)

Com a Marcha adiada e visando realizar uma atividade que aglutinasse as mulheres e não deixasse o mês simbólico de maio passar sem uma intervenção, a coletiva das vadias realizou um evento intitulado Deboche-se que ocorreu na sede do Movimento dos Trabalhadores Cristãos – MTC, localizado no centro do Recife lugar de grande trânsito de pessoas. O chamamento para o evento realizado nas redes sociais e grupos de *whatsapp* se deu a partir do seguinte texto:

Deboche-se!

Ainda que a Marcha das Vadias Recife NÃO vá acontecer no último sábado de maio, nós estaremos juntas!

Nós lutamos pelo direito de celebrar e sendo assim, celebraremos o direito de lutar!

A Marcha das Vadias Recife, enquanto ato de rua, ao longo de todos

esses anos, expressou formas de protestos debochados e escrachados!

Com um contexto político cada vez mais conservador e reacionário a Coletiva das Vadias realiza, junto com o Pixe Girls, o evento político-artístico DEBOCHE-SE! O objetivo É nos tirar do lugar da "normalidade" e abrir nossas mentes e corações para formas mais debochadas de protesto.

Vamos nos encontrar para conversar sobre ARTIVISMO e DEBOCHE com TAB... Vamos balançar nossas rabas ao som de Lady LAAY e ainda terá DJ botando aquele som nos intervalos ... Vamos fortalecer as manas numa feirinha com produtos da Coletiva das Vadias entre outras... Vamos ter umas as outras nessa troca essencial pra renovar as energias e as forças!

Venha simbora, chama as miga, traz as crias (teremos creche), deixa os boy em casa (evento pra elas cis, trans, não-binárias) e vamos dizer na cara deles:

É TUDO NOSSO, NADA DELES!

O evento iniciou às 13 horas e contou com aproximadamente 100 mulheres que passaram pelo local ao longo do dia. A primeira atividade foi uma roda de conversa intitulada “Artivismo e Deboche” que contou com a participação de Tab, integrante da Coletiva PixeGirls³⁹, a discussão foi conduzida para refletir como através das intervenções artísticas é possível construir uma militância política feminista. Em sua fala Tab⁴⁰ apresentou o movimento de grafiteagem do Recife como majoritariamente composto por homens e como espaço de disputa para que as mulheres possam atuar e serem respeitadas dentro deste campo. Após a fala de Tab, que foi mediada por uma integrante da coletiva das vadias, a discussão foi aberta para as outras participantes. Entre as falas mais recorrentes, estava a dificuldade de colocar a pauta feminista dentro do campo underground recifense.

A partir das intervenções ficou perceptível que na busca por uma atuação mais politizada e longe do olhar “policiador” dos homens, muitas coletivas com atuação nesses ambientes, majoritariamente masculinos, estavam optando em fazer os seus “roles” só com mulheres.

No segundo momento do evento, foram realizadas duas oficinas: uma sobre a construção de fanzine e outra sobre lambe-lambe. As oficinas se diferenciam da ideia de

³⁹ A Coletiva PixeGirls é uma Crew composta apenas por mulheres. Emerge como um comando de pixação na Região Metropolitana de Recife em 2014. Fonte: Instagram Pixegirls.

⁴⁰ Tab é uma grafiteira integrante da coletiva PixeGirls.

mini-cursos ou palestras comumente encontradas em eventos ligados ao movimento feminista “histórico”, nessas atividades as oficinas não precisam possuir titulação acadêmica ou um lugar de “autoridade” reconhecida dentro do Movimento Feminista, que as deleguem um lugar de saber superior. Em sua maioria, elas são reconhecidas como portadoras de conhecimento naquele assunto pela sua atuação no campo. A oficina de lambe-lambe apresentou a sua oficina com o seguinte texto:

Cecília em casa, na rua Cona. Ilustradora, grafiteira e arte educadora. Integrante da crew de mulheres artistas @pixegirls. Suas primeiras experiências, há 6 anos, foram para rua através do lambe-lambe. Da arte à militância: Cona explora o espelho, o mundo que dá pra ver e o que dá pra criar, sem limites de ideias, dimensões e/ou suportes (Instagram da Coletiva das Vadias).

Há de se observar que na programação inicial do evento não estava presente a oficina de *fanzine*, sendo que possivelmente ela foi pensada ao longo do evento em decorrência do número de participantes e da dificuldade em realizar uma oficina com muitas pessoas. Essa situação evidencia uma prática recorrente nos eventos organizados pelas coletivas, pois sua programação não é rígida podendo sofrer modificações ao longo do processo.

Após a finalização da oficina de lambe-lambe foi proposto uma intervenção urbana na rua ao lado de onde estava ocorrendo o evento, na qual as organizadoras escolheram um muro para que os lambe-lambes fossem fixados. Antes de saírem à rua, já havia anoitecido e as participantes da oficina foram orientadas sobre como deveriam agir na ocasião. Era necessário que ficassem atentas se nas proximidades havia força policial ou algum sujeito que pudesse oferecer perigo para as participantes. Orientou-se ainda que a atividade deveria ser realizada com rapidez e que algumas mulheres ficariam responsáveis por levar o preparado de cola para fixar os lambe-lambes enquanto as outras iam colocando os seus materiais.

A intervenção urbana ocorreu com tranquilidade, apesar de notoriamente as participantes, pela inexperiência, estarem preocupadas com os riscos que a atividade poderia oferecer. Enquanto algumas fixavam os materiais as outras ficavam olhando ao redor e observando se alguma situação de risco estava presente, após finalizar a intervenção retornamos para o local do evento.

O evento foi finalizado com uma festa, na qual ocorreram intervenções artísticas e musicais. Esses espaços de socialização presentes nos eventos organizados pelas coletivas feministas colocam em evidência a transitoriedade entre a militância política e a sociabilidade pautada na política do afeto.

Há, portanto, uma “política do afeto” sobre a qual as coletivas se apoiam e que de certo modo explica a vida curta de muitos coletivas e a efemeridade dessas agrupações, que se fazem e refazem conforme as relações de afeto são remodeladas dentro de um campo bastante conflitivo (CARMO, p.198, 2018).

As festas representam o momento de “liberação” na qual as participantes podem se sentir mais à vontade para dançar, performar e interagir. Nesse momento foi percebido que a maioria das participantes que ficaram para a festa já se conheciam de outros eventos e atividades, estabelecendo assim uma rede de relações e confiança. As coletivas feministas possuem como característica o funcionamento em rede, no qual estas se apoiam na execução das atividades, elas possuem um fluxo de apoio e participação. Quando uma coletiva realiza um evento, integrantes de outras coletivas participam tanto para ajudar com a infraestrutura e logística como para facilitar as oficinas ou mesmo como participantes.

Na divulgação do evento, a convocação anunciava que não seria permitida a presença de homens: “Venha simhora, chama as miga, traz as crias (teremos creche), deixa os boy em casa (evento pra elas cis, trans, não-binárias) e vamos dizer na cara deles: É TUDO NOSSO, NADA DELES!”, a participação de homens nos eventos organizados pelas coletivas a depender do formato pode ser permitida ou não. Em alguns eventos não é permitida a participação de homens durante a programação do dia, mas os shows ao final das atividades podem ser abertos para um público mais amplo.

Acho que criar um ambiente só pra gente, onde a gente possa dançar, brincar, fazer o que quiser é importante. Acho que têm as questões de segurança também, de ninguém ficar com medo, de ficar achando que algum boy pode chegar junto e tal. É importante esse espaço nosso, normalmente, o espaço da rua é sempre deles né (Conversa com Maria. Coletiva Universitária).

A fala da interlocutora aponta a questão da segurança como um dos motivos para os eventos não permitirem a presença de homens. O espaço da rua, que costuma ser ocupado prioritariamente por homens, por muito tempo foi negado às mulheres, as quais deveriam ocupar apenas os espaços domésticos/privados. Mesmo no contexto atual, o espaço público ainda é um ambiente de risco para as mulheres, seja por violação dos seus direitos, seja por violação dos seus próprios corpos.

Ao anunciar “É tudo nosso, nada deles”, o evento propõe às participantes a ocupação dos espaços como forma de fortalecimento coletivo das mulheres.

No decorrer do evento também foi observado a presença de uma feirinha com artigos vendidos pela própria coletiva das vadias, na qual podia ser encontrado blusas, broches e bolsas da coletiva, e onde também havia a venda de alimentos, que em sua maioria eram veganos.

É comum encontrarmos nesses eventos a venda de alimentos produzidos pelas próprias coletivas ou por pessoas parceiras. Em sua maioria, essa alimentação é de origem não animal, colocando em pauta a luta não especista, que é defendida por algumas coletivas ou

por suas integrantes de forma independente. O veganismo assume múltiplas formas de ativismos relacionados com a dinâmica alimentar, que inclui o processo de aquisição, preparo e consumo dos alimentos. Iremos abordar a temática em maior profundidade no próximo capítulo.

O evento Deboche-se traz em sua descrição e programação o uso do riso, da chacota, da ironia e do humor como ferramentas de resistência e luta feminista. O uso de uma linguagem que ao mesmo tempo busca chocar e ressignificar palavras que são usadas em tom acusatório é uma estratégia muito usada pelas coletivas.

Às vezes, é importante gerar um desconforto. Tipo, colocar umas palavras que vão chocar as pessoas, assumir o “sapatão”, “viado”, “vadia” que muitas vezes foram usados para nos atacar. Mas, também a gente quer zombar com a cara dos preconceituosos. É uma mistura, sabe? (Entrevista com Maria, integrante da coletiva universitária).

O uso da arte como ferramenta de militância não é uma prática recente dentro do movimento feminista, mas continua tendo uma força potente na comunicação das demandas feministas com a sociedade e entre as próprias feministas. Seja ela por meio de performances teatrais, pintura, poesia, audiovisual, suas disseminações atingem um público que seria inacessível por outros meios.

Assim, a prática do deboche, do uso de palavras acusatória e da arte são evidenciados, principalmente, na Marcha das Vadias que usa, além da linguagem, formas de vestimentas e performances “afrontosas”, como veremos na próxima subseção.

3.3.2.2 Manifestações de Rua: Um olhar sobre a Marcha das Vadias de Recife

Hoje é dia de Vadiar
contra o machismo se rebelar
vamos as ruas se quiser nuas
e ninguém pode reclamar
e muito menos violentar
(Loucas de Pedra Lilás)

É datada de 2011 a primeira marcha das vadias que ocorreu na cidade de Toronto no Canadá. A marcha teria surgido após um policial, em um fórum universitário sobre segurança na universidade, afirmar que a maioria dos casos de estupros poderiam ser evitados se as mulheres não se vestissem como *shuts*, termo que foi traduzido como vadias, vagabundas,

putas. A culpabilização das vítimas em decorrência das roupas que usavam se tornou bandeira na luta por autonomia dos corpos e pelo fim da violência sexual.

Figura 7 - Primeira Marcha da Vadias (Slutwalks) em Toronto, 2011



Fonte: Anton Belousov, 2011.

Desde a primeira marcha, a ideia foi propagada por várias cidades do mundo, as quais construíram suas marchas pautadas na autonomia do corpo, mas carregadas de características e demandas próprias. No Brasil, ainda em 2011, ocorreu a primeira “Marcha das Vadias” na cidade de São Paulo. Já em 2013, mais de 23 cidades realizaram a marcha, a rápida propagação e articulação ocorreu, principalmente, através das redes sociais *facebook*s, *blogs*, *youtube* e *e-mails*.

A marcha das vadias no Brasil é fortemente marcada pela atuação na internet, a qual serve como espaço de articulação, organização e mobilização das participantes. Essa característica possui uma relação direta com o seu principal público, que é constituído por mulheres jovens que em sua maioria são brancas, de classe média e escolarizadas (GOMES e SORJ, 2014).

Entre as principais pautas de reivindicações estão a autonomia do corpo, dos direitos sexuais e a descriminalização do aborto. As bandeiras da marcha se aproximam das reivindicações trazidas pela dita “segunda onda do feminismo”, mas colocam para os movimentos feministas uma nova forma de explorar esse tema inscrevendo nos próprios corpos suas demandas, as mulheres tornam seus corpos objetos de luta e utilizam das táticas do escracho e do deboche para protestar.

Assim, nas *marchas*, a sensualidade dos corpos é celebrada; os padrões de beleza feminina são questionados por corpos que reivindicam pelos e diferentes formatos; a menstruação é positivamente assumida. A nudez, importante instrumento de impacto nas *marchas*, parece condensar a um só tempo a capacidade de criticar as normas de gênero e de expressar este modo subjetivo de “libertação” do corpo (GOMES e SORJ, p.438, 2014).

Na marcha o termo “vadia” é utilizado como uma forma de afronta ao machismo e busca-se esvaziar o sentido que é compartilhado socialmente para poder apresentar uma nova perspectiva que aproxima o termo “vadia” de “dona do seu corpo” (Gomes e Sorj, 2014). Ao longo das marchas é possível observar várias frases pintadas nos corpos e cartazes que tentam ressignificar o termo e apresentam outras demandas do movimento “se ser vadia é sinônimo de liberdade, somos todas vadias”, “eu sou minha”, “De saia longa ou pelada eu não mereço ser estripada”, “Pelo fim da violência obstétrica”, “Pelo fim da cultura do estupro”, “Meu corpo, minhas regras”, “Nosso sangue está nas mãos da igreja, do Estado e de todos os homens”.

Figura 8 - Marcha das Vadias - Recife 2019



Fonte: Instagram, 2023.

Em Recife a primeira Marcha das Vadias ocorreu em junho de 2011 e foi organizada de forma coletiva pelos movimentos feministas locais. A partir de 2013 surgiu o coletivo Marcha das Vadias Recife que hoje é denominado Coletiva das Vadias e é a principal responsável pela organização da Marcha.

Durante a minha pesquisa de mestrado (2014-2016) acompanhei, enquanto participante, algumas edições da marcha, tendo a marcha de 2016 sido uma das mais numerosas e potentes. A marcha daquele ano ocorreu logo após uma jovem de 16 anos ter sofrido um estupro coletivo realizado por 33 homens que foi gravado e divulgado na internet, o caso ocorreu no Rio de Janeiro. O estupro coletivo foi alvo de protesto durante toda a marcha e simbolizava o quanto a sociedade estava marcada pelo machismo e a violência sexual ainda estava presente.

Figura 9 - Vídeo da Marcha das Vadias Recife 2016



Fonte: Folha de Pernambuco, 2016.

A marcha é organizada pelas coletivas de mulheres. Também observamos a presença de pessoas transsexuais e de mulheres lésbicas, bissexuais, não binárias. Isso traz uma diversidade para a marcha que parece ampliar a ideia do legítimo sujeito do feminismo. No entanto, é possível observar nas manifestações de rua a presença de homens heterossexuais e homossexuais que afirmam se identificarem com o feminismo. Durante o doutorado acompanhei mais algumas edições da marcha e trago como destaque a marcha realizada em agosto de 2019, primeiro ano depois da eleição do ex-presidente da república Jair Bolsonaro. Em capítulo posterior irei me debruçar nos impactos que a eleição de Bolsonaro teve para os movimentos feministas e para a vida das mulheres. No entanto, ressalto que o ano de 2019 foi um ano permeado por instabilidades e inseguranças. Os eventos que tradicionalmente ocorriam no Recife mantiveram suas atividades, mas sofreram alterações na sua articulação e forma organizativa.

A marcha das vadias que ao longo dos seus 9 anos ocorreu no mês de maio, como já dito anteriormente, em decorrência do contexto político foi transferida para o segundo

semestre daquele ano sobre justificativa de tentar preservar a segurança e a saúde física e mental de suas integrantes. Outra alteração ocorrida foi a mudança do lugar de concentração do ato, que desde o seu surgimento se concentrava na praça do Derby, mas em 2019 se concentrou na praça Oswaldo Cruz no bairro da Soledade, região central do Recife, mas com menor movimentação e visibilidade.

A praça do Derby é um importante ponto da cidade do Recife, na qual ocorre um grande trânsito de pessoas ao longo do dia, sendo ponto de embarque e desembarque de pessoas que residem em vários locais da cidade. Historicamente, a praça do Derby se constituiu como um local de resistência, muitas das manifestações de rua ocorridas no Recife, sejam elas organizadas pelas mulheres ou não, têm como ponto de concentração/encontro esta praça. No ano de 2016, a praça foi o local escolhido para o Acampamento pela Democracia que lutou contra o impeachment da então Presidenta Dilma Rousseff.

O Acampamento pela democracia permaneceu na praça do Derby entre 25 de abril e 10 de maio e contou com cerca de 500 pessoas acampadas em caráter permanente⁴¹, além das que participavam das atividades durante o dia. O acampamento era composto por militantes de partidos de esquerda, sindicalistas, mulheres dos movimentos feministas, entidades dos movimentos estudantis, entre outras organizações. Assemelhando-se com outros espaços públicos, a praça do Derby é um ambiente majoritariamente habitado por homens, podemos encontrar nesse espaço a presença de taxistas, ambulantes, flanelinhas e outros sujeitos. Assim, ao ocupar esse espaço as mulheres estabelecem um diálogo com a sociedade recifense e afirmam que os espaços públicos também devem ser ocupados por elas.

Em 24 de agosto de 2019, a marcha sai à rua com o lema “Dias Mulheres Virão”, que pretendeu dar destaque aos avanços que a luta das mulheres teve ao longo dos anos, apesar de naquele momento estar enfrentando um retrocesso em decorrência do contexto político. A Coletiva das Vadias, principal responsável pela organização do evento contou com a colaboração da Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas – RENFA⁴² além de outras coletivas e grupos de mulheres para a organização do evento. A partir das 13 horas foi possível observar o início das movimentações na praça, as mulheres utilizaram de diferentes meios de transportes (bicicleta, ônibus, transportes de aplicativos) para chegar ao local. A organização do evento em card publicado na página da marcha forneceu instruções de quais

⁴¹ Dados obtidos do site Brasil de Fato – Uma visão popular do Brasil e do mundo [Acampamento pela democracia no Recife fortaleceu e integrou | Geral \(brasildefato.com.br\)](https://brasildefato.com.br)

⁴² A RENFA é uma organização política feminista, antirracista, supra partidária e anticapitalista, criada para atuar em rede na luta pelos direitos humanos e fortalecimento político das mulheres e pessoas trans.

itinerários fazer para realizar o percurso. Na concentração as mulheres puderam confeccionar os seus cartazes e pintar seus corpos, também ocorreu a pintura da faixa que seria levada a frente da marcha essa foi confeccionada pelo grupo *pixegirl*⁴³ em parceria com a organização não-governamental Cores do Amanhã.

Figura 10 - Card da Marcha das Vadias 2019



Fonte: Instagram da Coletiva das Vadias, 2019.

⁴³ Crew composta apenas por mulheres. Emerge com intervenções de escrita urbana na região metropolitana de recife em 2014.

Figura 11 - Pintura da faixa de abertura da Marcha 2019



Fonte: arquivo da autora, 2019.

O momento da concentração é marcado pela descontração e reconhecimento entre as participantes, muitas delas são pessoas conhecidas dentro do movimento feminista local e se encontram nas atividades conjuntas. Na praça também foi reservado um espaço para o recolhimento das doações de produtos de higiene, beleza e roupas que seriam destinadas às mulheres privadas de liberdade da Colônia Penal Feminina do Recife, ação realizada em conjunto com a RENFA.

Durante a concentração também eram ouvidos os últimos ensaios da batucada que era formada pelo Fórum de Mulheres de Pernambuco e pelo Cordão de Bruta Flor. As batucadas são um elemento importante na construção dos atos, elas dão visibilidade às manifestações de rua e são um dos mecanismos de transmitir para a população o que é reivindicado. As músicas tocadas são conhecidas do movimento feminista como “Triste, louca ou má⁴⁴” de

⁴⁴ Triste, louca ou má/Será qualificada ela/Quem recusar/Seguir receita tal/A receita cultural/Do marido, da família/Cuida, cuida da rotina/Só mesmo rejeita/Bem conhecida receita/Quem, não sem dores/Aceita que tudo deve mudar/Que um homem não te define/ Sua casa não te define/ Sua carne não te define/Você é seu próprio lar/Um homem/não te define Sua casa não te define/Sua carne não te define/Você é seu próprio lar/Ela desatinou/Desatou nós/Vai viver só

Francisco El Hombre, “Maria de Vila Matilde⁴⁵” interpretada por Elza Soares, além de paródias de funks e músicas tradicionais de Pernambuco.

Figura 12 - Ensaio da batucada na concentração da Marcha 2019



Fonte: arquivo da autora, 2019.

Além da batucada, outras expressões artísticas foram acionadas durante o ato de rua. Na concentração houve a performance “Nós Mulheres” de Camila Mendes, na qual, a atriz saía do meio do público, se dirigia ao centro de uma roda que havia sido formada e performava uma violência sexual. A cena aparentemente forte gerou sensibilização nas mulheres que a assistiam, era possível ouvir os comentários “*essa cena chega deu uma coisa, uma coisa ruim, uma angústia*” (DIÁRIO DE CAMPO). O tema da violência doméstica ainda é uma das principais pautas do movimento feminista e gera uma sensibilização entre as mulheres. Mesmo com os avanços trazidos pela Lei Maria da Penha e por outros instrumentos de repressão a esse crime, esta ainda é uma realidade presente e um desafio posto na busca por uma sociedade sem desigualdades.

⁴⁵ Cadê meu celular? Eu vou ligar pro 180/Vou entregar teu nome e explicar meu endereço/Aqui você não entra mais, eu digo que não te conheço/E jogo água fervendo se você se aventurar/Eu solto o cachorro e, apontando pra você Eu grito: Péguis-ss-ss-ss/Eu quero ver você pular, você correr na frente dos vizin/Cê vai se arrepender de levantar a mão pra mim/E quando o samango chegar/Eu mostro o roxo no meu braço/Entrego teu baralho, teu bloco de pule/Teu dado chumbado, ponho água no bule/Passo e ainda ofereço um cafezin/Cê vai se arrepender de levantar a mão pra mim/E quando tua mãe ligar/Eu capricho no esculacho/Digo que é mimado, que é cheio de denço/Mal acostumado, tem nada no quengo/Deita, vira e dorme rapidin/Cê vai se arrepender de levantar a mão pra mim.

No percurso da marcha também ocorreram outras intervenções, entre elas a coletiva rua das vadias realizou a performance “Rojas”, na qual suas integrantes ficavam na frente do público e derramavam um balde com tinta vermelha sobre seus corpos, simbolizando sangue e os casos de feminicídios ocorridos. A cena foi assistida pelas participantes do ato e por pessoas que passavam nas ruas ou estavam nas sacadas dos seus apartamentos. No final da marcha essas mulheres tiveram seus corpos lavados para simbolizar o fim da violência contra as mulheres.

Figura 13 - Performance “Nós Mulheres”



Fonte: arquivo da autora, 2019.

Figura 14 - Performance “Rojas”

Fonte: arquivo da autora, 2019.

A Marcha das Vadias 2019 também teve um percurso diferente do que ocorreu nos anos anteriores, sendo finalizada na Rua da Aurora. As diferenças da marcha não estavam apenas na concentração e no percurso, foi observado que o contexto político e o estado de insegurança refletiram na expressividade do ato que não contou com uma participação tão grande de mulheres como vinha ocorrendo nos anos anteriores. Estavam presentes algumas coletivas feministas, feministas tradicionais e algumas mulheres ditas “autônomas”, mas foi notório uma participação mais tímida.

Apesar disto, a Marcha não perdeu suas características de irreverência e subversão. Durante a marcha a questão das vestimentas estão em destaque, muitas mulheres que estavam presentes usavam sutiãs e shorts curtos, outras usavam minissaia, blusas decotadas, calças coladas ou roupas com transparências.

Na Marcha das Vadias Recife, o processo de ressignificação da ideia da “vadia” passa por dar novos sentidos à vestimenta usada pelas mulheres. Cotidianamente, quando uma mulher opta por usar uma roupa mais curta ou decotada ela é lida como se “estivesse pedindo” o assédio, como se estivesse “afim” de sexo, ou “insinuando” afetiva ou sexualmente para os homens. No protesto as mulheres vão às ruas para defender o direito de usar qualquer tipo de roupa sem que isso seja interpretado com conotação sexual (TAVARES, 2020).

Nesse contexto, as roupas são usadas como forma de subverter os padrões estabelecidos socialmente, no qual, vestir roupas “compostas” está atrelado à ideia de

“mulheres direitas e respeitadas”, enquanto as roupas curtas e “atrevidas” são utilizadas por mulheres da “vida” ou aquelas que não se dão ao respeito e, por isso, estão sujeitas a vários tipos de violências.

Figura 15 - Concentração Marcha das Vadias – Recife 2019



Fonte: arquivo da autora, 2019.

Ao longo da marcha, muitas pessoas se aglomeram nas ruas, portas de lojas e varandas para assistir. Apesar dos olhares e cochichos percebidos entre os homens que viam a marcha passar, não percebi, neste ano, atitudes mais agressivas, como as já presenciadas em versões anteriores da marcha.

Na chegada à Rua da Aurora, as mulheres fizeram um grande círculo e ficaram concentradas por bastante tempo. Cantaram músicas simbólicas para os movimentos feministas, fizeram gritos de guerra e afirmaram através de músicas e falas a sua oposição a Jair Bolsonaro que se elegeu a partir de um discurso machista, fascista, racista e homofóbico.

Figura 16 - Roda no encerramento da Marcha das Vadias 2019



Fonte: arquivo da autora, 2019.

Figura 17 - Manifestação contra o presidente Jair Bolsonaro durante a Marcha



Fonte: manifestons, 2019.

A Marcha das Vadias é uma forte expressão de como as coletivas feministas atuam nas intervenções urbanas na atualidade. A busca de uma expressão e uma linguagem que se desloque do que se tem tido como “tradicional” se afastando das ideias de passeatas e buscando uma atuação que mescla arte, música, deboche e provocação. Vê-se isso através das frases estampadas nos cartazes e corpos, pelas vestimentas utilizadas, pelas letras das músicas.

As práticas políticas das coletivas feministas são demarcadas por diferentes referências. Nessa pesquisa, no próximo capítulo, me debruçarei sobre velhos-novos debates e referenciais: a discussão sobre o sujeito do feminismo, sobre o corpo enquanto meio de inscrever uma luta, o anarquismo e o veganismo. Nomeei-os como velhos-novos debates por

compreender que essas discussões já são de longas datas realizadas dentro do campo feminista, mas que vêm passando por reformulações e tomando outras dimensões no campo, como veremos a seguir.

4 ENTRE CATEGORIAS CONTINGENTES, INTERCAMBIÁVEIS E CUMULATIVAS

Este capítulo tem como objetivo refletir sobre os debates presentes no feminismo contemporâneo que estão relacionados com questões políticas da atualidade. Através da experiência com as coletivas feministas, pude compreender que as mesmas têm como ideário central a questão da autonomia e da horizontalidade e que possuem referências diversas, destacando-se o anarquismo, o veganismo e não-especismo, o direito ao corpo, entre outros. Essas referências constroem as práticas políticas desses coletivos e podem direcionar suas filiações.

Neste contexto, é importante observar que outras categorias políticas foram acionadas tanto nas atividades realizadas pelas coletivas como nas entrevistas. Então uma pergunta que se faz presente aqui é: “porque essas categorias receberam uma maior atenção?” Respondo à questão formulada fazendo um resgate de como surgiu o interesse por esse objeto de estudo.

Como relatado anteriormente, durante o mestrado integrei a equipe de facilitadores do projeto de extensão “Grupo de Estudos Feministas Tejucupapo” realizado com estudantes da faculdade de direito da Universidade Federal de Pernambuco (FDR-UFPE). O grupo era formado por aproximadamente 15 alunos, dentre eles sendo a maioria mulheres. As integrantes do grupo, em grande parte compunham a Coletiva Feminista Diadorim⁴⁶, a qual surgiu na FDR, mas posteriormente, expandiu sua atuação para toda a Universidade.

Durante a realização dos encontros, as pautas de reivindicações e a forma de organização das coletivas foram chamando minha atenção e despertando o interesse de entender mais sobre a atuação política dessas coletivas. O Diadorim encerrou sua atuação em 2016 e algumas ex-integrantes deram origem a outras coletivas.

Para além do projeto de extensão, durante o campo de pesquisa do mestrado participei das reuniões organizativas e da realização do evento #Ocupepassarinho, realizado pelas integrantes do Grupo Mulheres de Passarinho em parceria com outras organizações e coletivas feministas, este evento trouxe à tona a forma de atuação política das coletivas feministas, que ficaram responsáveis durante o evento pela organização das oficinas de *stencil* e lambe-lambe.

No dia do evento, a questão da comensalidade chamou a minha atenção, pois havia sido combinado entre a organização do evento que as mulheres do Grupo Mulheres de

⁴⁶ É um coletivo feminista universitário que teve sua origem na Faculdade de Direito de Recife-UFPE. Formado, em sua maioria, por mulheres jovens e universitárias. Fonte: <https://www.facebook.com/coletivadiadorim/>

Passarinho fariam uma feijoada para ser vendida por preço simbólico e que seria ainda o alimento da equipe organizadora. Ao transitar pela lanchonete da praça onde o evento seria realizado fui questionada pela vendedora “porque que muitas pessoas estão vindo procurando comida sem carne?”. Isso ressaltou a importância da alimentação para as coletivas feministas presentes e como esses acionavam essa discussão. A discussão sobre quem seria o sujeito do feminismo esteve presente em alguns momentos durante a pesquisa de campo. Mas, se acentuavam em duas direções: na primeira e mais comumente debatida estava a questão da presença dos homens nas atividades, como podemos observar na disputa travada sobre a participação de batucadas mista no ato do 8 de março; a segunda direção era sobre a presença de mulheres transsexuais e travestis como sujeitos do feminismo, esse debate apresentava-se de forma mais velada ao longo do campo.

Outra categoria percebida foi a do corpo enquanto ferramenta de luta, ocupando um lugar-meio onde as opressões são escritas. A marcha das vadias, no contexto do campo, foi onde essa discussão mais se evidenciou, através das vestimentas, dos corpos nus, das frases escritas no corpo, as mulheres a partir da ideia “os nossos corpos nos pertencem” os utilizavam para visibilizar as suas reivindicações.

Por fim, o anarquismo surge no cenário como oposição ao Estado, tido como opressor e burocrata. O debate ficou mais evidenciado no campo através das lives e da discussão sobre o Estado democrático de direito que encontrava-se ameaçado durante o governo de Jair Bolsonaro.

Diante do apresentado, percebemos que as categorias: **sujeito do feminismo**, **corpo**, **veganismo** e **anarquismo** foram muitas vezes acionadas no campo como discussões em negociação, tanto entre o movimento feminista mais tradicional e as coletivas feministas contemporâneos como dentro das próprias coletivas, que como afirmado em outrora são marcadas por uma heterogeneidade externa e interna. Por essas categorias serem estruturantes das práticas políticas destas coletivas optamos por elencá-las para maior aprofundamento, compreendemos que estas não são únicas, mas relevantes no contexto estudado e estão marcadas também por questões de classe e raça como perceberemos ao longo das seções.

4.1 A “MULHER” COMO SUJEITO UNIVERSAL DO FEMINISMO?

A discussão sobre quem é o sujeito do feminismo advém de longa data dentro das discussões feministas e envolvem debates no campo teórico, metodológico e político. A ideia

construída entorno da “mulher” enquanto sujeito universal do feminismo é questionada por vários segmentos, por esta apresentar uma homogenização desta mulher, apagando as especificidades (e as diversidades) que acompanham esse substantivo.

As tentativas das feministas para construir um sujeito político feminista universal, buscando uma base comum entre as mulheres, receberam críticas das feministas negras e latino-americanas, das feministas dos países de Terceiro Mundo e das ex-colônias e das feministas lésbicas (MARIANO, 2005, p.489).

Ao colocar em debate a categoria universalizante “mulher”, as feministas negras, latino-americanas e lésbicas realizam uma crítica ao feminismo branco, de classe média, eurocêntrico e heterossexual que é visto por elas como hierarquizado, excludente e opressor. A ideia de uma mulher universal, vem acompanhada da compreensão de que todas as mulheres são atravessadas pelo patriarcado e pelo machismo de forma semelhante gerando uma máxima universal da opressão feminina que acaba por apagar as distintas formas de opressão que atravessam as mulheres em seus cotidianos.

Um preceito central do pensamento feminista moderno tem sido a afirmação de que “todas as mulheres são oprimidas”. Essa afirmação sugere que as mulheres compartilham a mesma sina, que fatores como classe, raça, religião, preferência sexual etc. não criam uma diversidade de experiências que determina até que ponto o sexismo será uma força opressiva na vida de cada mulher (hooks, 2019, p. 197).

Dentro dessa perspectiva, algumas perguntas emergem: “O que é ser mulher?”, “Como uma mulher se constitui?”. A escritora Simone de Beauvoir, no seu livro *O Segundo Sexo*, diz a sua celebre frase “Não se nasce mulher, torna-se” deslocando a categoria mulher do determinismo presente na ideia do sexo biológico para o entendimento do sexo como uma construção social. Em contraponto, Judith Butler (2018) em *Problemas de Gênero*, questiona a frase de Beauvoir ao entonar quando de fato se torna mulher, se esse tornar-se teria um fim ou se seria uma constante que não poderia ser alcançada.

Butler (2018), aponta que a categoria universalizante “mulher” enquanto sujeito político do feminismo se constitui a partir de pressupostos teóricos e epistemológicos que teriam como pano de fundo um campo de conhecimentos baseados no modelo masculino. A autora também questiona o caráter representacional desta categoria, pois quem seria essa mulher representada? Quem seria essa mulher pensada como sujeito do feminismo? Como é que essa categoria representacional se organiza no interior das práticas de representação?

A crítica realizada por Butler (2018), como já demonstrado anteriormente, não é uma crítica inaugural, visto que, as mulheres negras, lésbicas, latinas já haviam colocado em debate quem seria esse sujeito privilegiado da luta feminista, pois as mulheres e suas questões são distintas.

Em sua essência a teoria feminista tem presumido que existe uma identidade definida compreendida pela categoria de mulheres que não só deflagra os interesses e objetivos feministas no interior de seu próprio discurso, mas constitui o sujeito mesmo e em nome de quem a representação política é almejada (BUTLER, p. 15, 2018).

Adriana Piscitelli (2002), aponta que as feministas de perspectivas desconstrutivistas receberam muitas críticas das teóricas voltadas para o ativismo, pois a desconstrução do sujeito político “mulheres” reestabeleceria um afastamento entre o movimento político e a teoria. Visto que, na busca por não apagar a multiplicidade de vozes dentro do feminismo, estas supervalorizam a questão da diferença e as feministas do ativismo buscavam uma teoria que fosse útil para pensar e sustentar as práticas políticas do movimento feminista “perspectivas que oferecessem meios para reconhecer essas diferenças e, ao mesmo tempo, formar uma base para a solidariedade das mulheres” (p.19). Assim, Piscitelli (2002) afirma:

Várias dessas feministas afirmam que, no passado, foram teóricas e ativistas, mas, no presente, sentem-se apenas ativistas. Na atualidade, dizem as perspectivas teóricas lhes resultam “pouco úteis”, inacessíveis, esotéricas, de difícil compreensão, excessivamente destacadas da prática e conduzindo a uma paralisia (p.19).

Diante deste cenário, Piscitelli (2002) aciona algumas autoras como Linda Nicholson, Cláudia Costa e Chantal Mouffe para propor a recriação da categoria “mulher”. Segundo a autora essa recriação buscaria dessencializar a categoria mulher.

Segundo Nicholson, a categoria mulher nos termos por ela propostos ofereceria uma dupla vantagem. Possibilitaria o reconhecimento de diferenças entre mulheres, mas, uma vez que também permite mapear semelhanças, não inviabilizaria a prática política..”(p.21)

Outra contribuição importante que o texto de Piscitelli (2001) nos traz é o questionamento sobre as tensões existentes entre o campo teórico e a prática feminista, pontuando que no interior do movimento feminista as ativistas tiveram que lidar com as diferenças “Isto é óbvio para as que participaram do movimento feminista e lembram o delicado trabalho realizado para lidar com as diferenças no cotidiano do movimento e, ao mesmo tempo, a articulação dessas diferenças entorno de objetivos” (p.22).

Neste sentido, reitero a pergunta trazida por Piscitelli (2002): Estaria o movimento “mais avançado” que a teoria feminista? Para refletir sobre a categoria mulher como sujeito universal do feminismo, e em particular para pensar quem seria essa mulher representada pelo feminismo trarei alguns dados de campo. Mas, de antemão é importante salientar que a produção feminista acerca desse tema é vasta, e que a pretensão desse trabalho não é explorá-la por completo nem tentar responder a essa pergunta de forma objetiva. Ao contrário,

esse trabalho busca problematizar sobre a construção desse sujeito diverso e as tensões e possibilidades envolvidas neste tema se dá dentro das coletivas feministas de Recife.

Em sua apresentação nas redes sociais a Coletiva Mulesta se define como: *“Coletivo de perspectiva feminista interseccional que tem como foco o fortalecimento das mulheres cis e trans e não-binárias afeminadas na cena underground de Pernambuco, buscando dar visibilidade a produção feminina e estimular a solidariedade entre elas. Em movimento desde maio de 2016”* (Página do Facebook da coletiva, grifos meus).

Em sua definição a Coletiva Mulesta aciona vários conceitos que estão em disputa dentro do campo teórico e prático do feminismo. A interseccionalidade vem sendo amplamente debatida, principalmente, a partir das reivindicações trazidas pelas mulheres negras que questionam a ideia de “sororidade” trazida pelo movimento feminista marcadamente branco, de classe média, cisgênero e eurocêntrico. Como trazido por bell hooks (2019)

Um dos pressupostos fundamentais do pensamento feminista moderno é a afirmação de que “todas as mulheres são oprimidas”. Isso implica dizer que as mulheres dividem um fardo comum, que fatores como classe, raça, religião, orientação sexual etc. não criam experiências distintas em que a intensidade da força opressiva do sexismo na vida da mulher varia de caso a caso (p.32).

É importante salientar que a interseccionalidade diz respeito a uma ferramenta analítica desenvolvida por Kimberle Crenshaw a fim de compreender como os sistemas de opressão (raça/etnia, classe social, gênero, localidade, capacidade física e mental, etc.) se relacionam entre si, recaindo sobre distintos grupos em formas diversas de opressão. Essa ferramenta é importante para pensar, inclusive, políticas públicas específicas. No entanto, após a intensa disseminação e popularização do termo “interseccionalidade” este têm sido usado de maneira diferente a essa proposta, inclusive como forma de “auto-denominação” de grupos e coletivas feministas que buscam, através deste termo “abarcas” as diversidades.

Assim, garantir presença de diversos e distintos sujeitos num grupo ou coletiva, não necessariamente garante uma “análise interseccional” do mundo e das opressões.

há outros momentos em que penso que as pessoas pensavam que a interseccionalidade era apenas sobre quem está em pé lá em cima. Não necessariamente o que elas estão dizendo. Você pode ser uma mulher racializada ou pode ser uma mulher queer e não necessariamente ter uma análise interseccional.... Você pode ser uma mulher branca ou um homem racializado e ter uma análise interseccional. É uma das razões pelas quais mantenho distância da ideia de que

você pode dizer se um movimento ou uma organização é interseccional apenas com base em quem está liderando. Isso nem sempre é o caso (CRENSHAW, 2020⁴⁷).

Dessa forma, a proposta da interseccionalidade trazida por esta coletiva se enquadra no uso popularizado tratado anteriormente que busca a partir deste termo compreender a luta das mulheres a partir dos distintos marcadores sociais. No entanto, o campo nos apresenta que a inclusão das mulheres negras e transsexuais nestas coletivas ainda se encontra em processo, como revelado em entrevista:

Nossa coletiva não é uma coletiva grande né, isso é uma coisa importante de frisar e também não é uma coletiva que tem muitas mulheres negras, e como eu disse antes não é uma coletiva que tenha nenhuma mulher trans no momento, porém temos pessoas não binárias, afeminadas. E eu acho que isso é um processo, pra gente ele é principal, pra gente não existe uma luta feminista, se não houver uma luta antirracista e uma luta antitransfobia, não é feminismo já começa por aí (Entrevista com Quitéria, Coletiva Muleta).

Pensar um feminismo para todas, segundo esta coletiva feminista, requer também um afastamento da essencialização e da compreensão do sexo biológico enquanto marcador do que é ser mulher e homem. Pois, esta compreende que os sujeitos do feminismo podem ser diversos:

Eu acho que a *sujeita* do feminismo ela não é uma só elas são várias, para mim a sujeita do feminismo ela não precisa ter útero, ela não precisa estar na universidade, ela pode ser uma mulher trans, uma mulher cis, ela pode nem ser mulher, ela pode ser uma pessoa não binária, afeminada que sofreu todos os processos que o patriarcado coloca por cima da gente. Eu acho na verdade é isso, a *sujeita* do feminismo é a *sujeita* que teve sua vida invadida pelo patriarcado e pelo machismo, que teve sua vida impedida de continuar por causa disso e por isso eu retiro desse processo as mulheres neoliberais, as feministas neoliberais, brancas burguesas, porque ok a vida delas também foram invadidas pelo patriarcado, porém elas estão ali segurando aquele sistema, fazendo parte dele e eu não me compadeço dessas pessoas (Entrevista com Quitéria. Coletiva Muleta).

A compreensão trazida de que a “sujeita” do feminismo não é determinada pelo seu sexo biológico e sim como uma “sujeita” que foi atravessada pelo patriarcado e o machismo se encontra com o que relata Letícia Nascimento (2021) quando aciona momentos da sua infância para descrever as implicações que uma sociedade orientada por um regime de generificação machista, misógino e cisheterocentrado exige em termos de autonegação: “Particularmente como travesti, tive, desde a infância, uma experiência cruel com o machismo

47

Entrevista realizada com Kimberle Crenshaw.
<https://qgfeminista.org/entrevista-kimberle-crenshaw-fala-sobre-interseccionalidade/>. Acesso: 25/05/2023

e o sexismo, que cerceavam o meu poder de autoidentificação, já que não me reconhecia no papel de gênero masculino que me era imposto” (NASCIMENTO, 2021, p.19).

No campo de construção das análises feministas, o conceito gênero se estrutura enquanto central para elaboração do que se entende enquanto a sujeita da luta feminista contra as opressões sexuais, sendo assim, para se caracterizar enquanto tal sujeita do feminismo seria necessário viver a experiência da mulheridade e da feminilidade. Nesse sentido, Letícia Nascimento resgata o discurso de Sojourner Truth⁴⁸ quando a mesma interroga “E eu não ou uma mulher?”, e reescreve tal questionamento “E não posso ser eu uma mulher?” (NASCIMENTO, 2021, p.20). Ao levantar tal questionamento o que Letícia traz para o campo de disputa da teoria feminista é o cerne de elaboração do transfeminismo, que aponta para a necessidade de atentar para as pluralidades de vivências que são atravessadas pelas opressões e violências de um sistema machista, patriarcal e cisheterocentrado.

Ao pensarmos o processo de materialização dos corpos através de uma prerrogativa binária pautada pelas definições biológicas, se estabelecem fixações de gênero que se instituem enquanto verdades das diferenças sexuais, que como aponta a perspectiva transfeminista, limitam as vivências e as possibilidades de trajetórias de mulheridades e feminilidades diversas. Nesse sentido, recusar uma universalidade da sujeita do feminismo serve ao mesmo tempo para desessencializar a categoria de gênero, que por sua vez oferece um potencial conceitual e político de enfrentamento a naturalização das mulheridades e das feminilidades que sustenta a engrenagem do sistema patriarcal e cisheteronormativo, mas também possibilita a construção de um movimento em aliança garantindo que “outsiders” (LORDE, 2020) ocupem o campo feminista.

Nas atividades realizadas classificadas como mais amplas do movimento feminista, como o 8 de março e a reunião organizatória do Encontro Nacional Feminista, já apresentados anteriormente, a participação das mulheres negras e transsexuais foram mais presentes. A terceira plenária de organização do 8 de março ocorrida no Sindicato dos Professores de Pernambuco – SINPRO, contou com a participação das mulheres da Rede de Mulheres Negras de Pernambuco, com pauta voltada para a construção do lema e dos eixos temáticos do ato.

Neste ponto da pauta, as mulheres de entidades feministas de esquerda defendiam que a principal pauta do momento era a defesa da democracia, já as sindicalistas julgavam importante dar destaque para a questão da previdência social que encontrava-se em ataque; por sua vez, as feministas negras defendiam que o lema precisava conter a luta contra o

⁴⁸ E não sou uma mulher? – Sojourner Truth (geledes.org.br)

racismo e destacar a morte da então vereadora do Rio de Janeiro Marielle Franco assassinada de forma violenta.

A fala das mulheres da Rede de Mulheres Negras de Pernambuco pontuava a importância de dar visibilidade as questões de raça no ato, como ponto central para se atingir outras pautas inclusive a democracia. Os embates para se chegar ao lema durou toda a reunião e foi seguido de várias defesas realizadas pelas participantes.

Construir consenso nesses espaços envolve acionar o que Bonetti (2007) denomina capital político de articulação e as categorias de prestígio e poder como apresentada por Ortner (2002). As alianças que se estabelecem dentro do movimento feminista local estão em constante negociação e, nos eventos mais amplos, é possível perceber como essas relações são engendradas na construção de alianças entorno da defesa das pautas e da organização do evento.

É importante notar que a presença das mulheres transsexuais e lésbicas nessas reuniões não foi marcante, as que estavam presentes não se apresentaram enquanto grupo organizado com pautas reivindicatórias.

Um outro evento, a 1ª Reunião Organizativa do Encontro Nacional Feminista, contou com representantes da Rede de Mulheres Negras de Pernambuco, do Coletivo de Mulheres Lésbicas e Bissexuais de Pernambuco e uma representante da Articulação e Movimento para Travestis e Transexuais – Amotrans, entre outras coletivas e organizações feministas e de mulheres de locais e nacionais.

É importante observar que apesar dos eventos mais amplos do movimento feminista reunir organizações representativas do sujeito mulher diverso, as mulheres ainda se organizam de forma segmentada, por meio de grupos de mulheres negras, mulheres transsexuais, mulheres brancas, mulheres jovens, entre outras. Este fato nos levar a refletir sobre os locais de pertencimentos, porque as mulheres negras, transsexuais, lésbicas ainda se organizam em grupos separados? Talvez a resposta resida no fatos de que estás não sintam que suas pautas são acolhidas e significantes para as outras mulheres do movimento. Precisando assim realizarem suas lutas, em certa medida, de forma separada.

Durante a reunião, em um momento voltado à análise de conjuntura, a representante da Rede de Mulheres Negras de Pernambuco falou sobre as limitações presentes na luta feminista: “o movimento feminista ainda não – consegue fazer a incorporação do debate racial de forma satisfatória, é preciso avançar. Qual é a qualidade das alianças que temos neste momento? É importante que o encontro seja construído sem hierarquização.” A representante

da Coletiva Mulesta enfatizou a importância de se construir um movimento plural: “é importante incorporar a pauta de diversos grupos feministas na construção do Encontro”.

A fala da representante da Rede de Mulheres Negras de Pernambuco, acentua como os marcadores de raça e classe ainda são pautas em constante negociação dentro do movimento feminista. Apesar dos avanços já obtidos, compreender essas dimensões como estruturantes das opressões se faz necessário, como veremos também na fala de uma entrevistada integrante do grupo Mulheres no audiovisual de Pernambuco -MAPE.

Dentro do movimento micro que eu participo eu me vejo muito perdida ainda, dentro do MAPE, eu me vejo muito tentando entender o meu lugar por que passa por muitas questões né. A primeira é que você fazer parte de um grupo de mulheres que trabalha com o audiovisual pra mim é uma coisa importante porque me ensina muito, mas, ao mesmo tempo, eu tenho muita dificuldade de me ver e isso é uma questão marcada por essa questão de gênero e de classe, de me ver como uma profissional do audiovisual, saca? (Entrevista com Clara. Mulheres do Audiovisual de Pernambuco).

O sentimento de não se sentir pertencente aquele espaço de luta permeia muitas mulheres que entram em contato com a teoria e a prática feminista. Na fala de Clara (mulher branca, heterossexual, mãe, de classe econômica baixa), sua dificuldade em atuar em uma coletiva ligada ao audiovisual é marcado, principalmente, pelas questões de classe. Em meu primeiro contato com o MAPE, após falar sobre minha pesquisa e meu interesse em acompanhar algumas atividades do grupo fui interpelada por uma das integrantes “*você sabe que somos um grupo de mulheres brancas e de classe média, não é?*”. A prática do audiovisual é demarcada por uma questão econômica, pois como as próprias integrantes ressaltavam “fazer audiovisual é caro”, isso decorre do fato de que os equipamentos utilizados para as produções (filmadoras, microfones, iluminação, computadores) são de alto custo e muitas vezes inacessíveis para pessoas advindas de classes econômicas desfavorecidas.

As questões de classe, raça e gênero também são acionadas quando Clara é perguntada sobre a participação de mulheres negras e transsexuais no MAPE.

Eu acho que se tenta, eu acho que foi necessário. Primeiro assim, essa inclusão, ela não necessariamente, deixa eu ver como posso falar sobre essa inclusão, eu acho que é uma coisa que o MAPE tenta trabalhar que é incluir, acontece um movimento que é de muitas pessoas não se sentirem parte, aí entra de novo essa coisa de não se sentir parte ou representadas pelo movimento porque é um movimento de mulheres brancas, classe média e aí entram poucas mulheres negras no movimento, trans não tem nenhuma. Entram mulheres negras e começam colocar esse lugar em questão né? Esse lugar de sermos mulheres brancas e de serem uma maioria mulheres ricas, e que tem muita coisa na mão, então tipo são poucas mulheres pobres, poucas mulheres negras e poucas mulheres trans. É muito difícil, a dificuldade de está nesses espaços é justamente essa assim, porque é um lugar muito difícil de você se sentir parte tá ligada? É muito difícil porque de uma forma simbólica e até material, às vezes, ou você nem tem as condições materiais para você permanecer, porque você nem sempre tem passagem, você não tem carro para chegar nas reuniões, as reuniões são de noite, às vezes, a reunião é final de semana. Então, assim é como se

fosse um movimento que é construído a partir dessas mulheres e dos valores da vida delas e aí a gente começa a incluir essas dificuldades de acesso às reuniões, a gente vai tentando moldar com o tempo o formato das reuniões. Então assim, eu acho que essa inclusão tá em processo, a gente hoje consegue ter mais formações, falando sobre branquitude, falando sobre mulheres negras, muito influenciado pelas companheiras negras que estão no movimento porque é isso é um debate, sobre isso mesmo da branquitude e desses privilégios que tá sendo muito inicial para mim no MAPE, ter tido uma ou duas reuniões sobre isso para mim não é suficiente porque também é isso, eu não sei quem vai abrir mão do privilégio que tem? Eu não sei quem vai abrir mão do tempo que tem para ajudar uma companheira que não tem como chegar no lugar, eu não sei quem vai abrir mão de se deslocar com seu carro de onde tá para pegar uma companheira que não tem uma passagem, sabe?

A interlocutora revela que até há uma “tentativa” da coletiva de abranger a participação das mulheres em suas diversidades, porém a efetiva participação e a manutenção das mulheres negras, periféricas e transsexuais só seria viável se suas reais necessidades fossem compreendidas e houvesse manejos coletivos para diminuição dessas desigualdades intragrupo, o que só ocorreria se as mulheres que representam os grupos dominantes – brancas, classe média ou ricas – da coletiva, entrassem em real contato com seus privilégios e fizessem “algo” com eles.

Ao trazer a questão do debate sobre a branquitude e os seus privilégios a interlocutora aponta para a necessidade de se intensificar essas discussões. Os estudos da branquitude no Brasil, segundo Bento (2002) revelam que o branco aparece como o modelo universal de humanidade, como o almejado pelos grupos não branco e que ocorre um investimento para construir uma imagem do negro negativa.

Nesse processo, a dificuldade enfrentada para combater as questões raciais residem na dificuldade de nós, mulheres brancas, utilizarmos nossos direitos que, em alguns contextos se tornam privilégios por não serem acessados por outras mulheres, para alterarmos as estruturas hierarquizantes. O privilégio branco é a outra face da moeda do racismo. Só há privilégio porque há racismo. A interlocutora questiona: “eu não sei quem vai abrir mão do privilégio que tem?” poderíamos acrescentar: quem está disposto a abrir mão do privilégio ou fazer deles algo útil para reversão do sistema patriarcal-racista-heterocissexista? Diante disso, podemos tentar compreender o porque das militantes negras e/ou periféricas apresentarem dificuldades para se manterem nesses espaços.

Pensar a “mulher” como sujeito universal do feminismo na perspectiva das coletivas feministas estudadas nesta pesquisa, nos leva a ver essa categoria, tanto no campo teórico quanto prático, como aberta e em construção. É preciso estar ciente de que a construção desse sujeito que busca abranger uma diversidade de mulheres que possuem experiências e pautas de reivindicações distintas encontra-se em processo e esse é perpassado por intensos debates

que nos levam a divergências e coalizões. Solicitando do feminismo constantes revisões de suas teorias e práticas para que possa se construir a desejada horizontalidade.

*Para ser precisei estar tantas vezes que me perdi, me transfigurei
fui mãe, filha, mulher...tantas mulheres que deixe de ser.
Quero ser luta, construção, canção...quero ser o inominável.
Quero ser transformação constante
Instante
Distante
(autora desconhecida).*

4.2 CORPO BANDEIRA

“Meu corpo minhas regras”

“aborto legal”

“chupa os meus pelos”

“Meu útero é

laico”

“Meus seios não são para o seu consumo”

“minha roupa não é um convite ao ESTUPRO” “não tenho vergonha do meu corpo”

A politização do corpo não é algo recente dentro do movimento feminista, este debate sempre foi central para o discurso e prática do feminismo. Nas décadas anteriores, no entanto, as reivindicações relacionadas à autonomia do corpo das mulheres estavam ligadas, ao planejamento familiar, a interferência das tecnologias reprodutivas no corpo feminino e a questões diretamente implicadas à saúde das mulheres.

No contexto contemporâneo, o corpo é acionado para além dos direitos sexuais e reprodutivos. Esse corpo, como aponta Gomes e Sorj (2014) não é apenas um corpo que transmite uma mensagem, mas ele é a própria mensagem. Este corpo, como podemos observar em atos como a Marcha das Vadias, é elemento central de politização, é o “corpo-bandeira”:

O “corpo” é um articulador central dos repertórios políticos, um lugar discursivo onde as ativistas depositam uma multiplicidade de significados e projetos,

constituindo uma gramática ao mesmo tempo compartilhada e disputada (GOMES, 2007, p.234).

O “corpo-bandeira” se torna meio e fim nesse processo, pois ao mesmo tempo que ele serve para transmitir a mensagem, ele é a própria mensagem que é transmitida a partir das vestimentas, das frases escritas nos corpos, da celebração do pêlos, dos questionamentos sobre os padrões de beleza e da positivação do significado da menstruação.

A utilização do deboche, da ironia e da provocação como estratégia de reivindicação busca romper com as regras que são imposta ao corpo feminino na sociedade causando um certo desconforto para aqueles que veem e ouvem. Palavras como “puta”, “vadia”, “buceta”, “gozo” que são tidas como depreciativas são acionadas e relacionadas com “autonomia”, “independência” e “liberdade”.

No campo, dois eventos são importantes para refletirmos sobre o corpo enquanto “corpo-bandeira”: o evento Deboche-se e a Marcha das Vadias, ambos organizados pelo coletivo Marcha das Vadias.

Como já apresentado em capítulo anterior o evento Deboche-se ocorreu em decorrência do adiamento da Marcha das Vadias que comumente ocorria no último domingo de maio. O evento Deboche-se em seu chamamento que dizia “Venha simhora, chama as miga, traz as crias (teremos creche), deixa os boy em casa (evento pra elas cis, trans, não-binárias) e vamos dizer na cara deles: É TUDO NOSSO, NADA DELES!”, demarcava quem era bem-vinda.

A questão de quem é bem-vinda nas atividades organizadas pelos coletivos feministas gira entorno das questões de gênero e sexualidade, os coletivos observados durante o campo possuem uma aceitação e tentam incluir em suas atividades e coletivas as mulheres cis e trans, e pessoas não binárias e afeminadas. Mas, declaram que aquele não é um espaço para homens cisgêneros, colocando mais uma vez em debate a questão do sujeito do feminismo e declarando o não reconhecimento dos homens ditos feministas naqueles espaços.

Uma justificativa corrente para a não participação dos homens cis nessas atividades é que estes eventos precisam ser um local de segurança para as mulheres. E como, normalmente, os eventos também são utilizados como espaços de sociabilidades com a realização de shows e festas para além das oficinas e rodas de conversas, a presença de homem poderia resultar em um ambiente intimidador.

No evento se fizeram presentes, em sua maioria, mulheres cis, mas também estavam presentes pessoas que se autodenominavam não binárias. A discussão da politização do corpo estava presente nas vestimentas, nas frases pintadas nas blusas e nos questionamentos dos

padrões, por meio de pêlos e dos corpos gordos que são uma crítica aos processos normativos de uma estética que exige a depilação e um corpo “ideal” para as mulheres.

O evento foi composto de duas partes. Uma que ocorreu durante o dia, com a realização de roda de debate intitulada “Artivismo e deboche” e oficinas sobre Lambe-lambe e Stencil; outra à noite ocorreu um momento festivo com apresentação de DJ.

Figura 18 - Card de divulgação do evento Deboche-se



Fonte: Instagram da Coletiva das Vadias, 2023.

O momento festivo foi aberto para todas as participantes do evento, no entanto, apenas um pequeno grupo ficou. O clima era descontraído e as participantes conversavam sobre o evento e outros assuntos, algumas bebidas estavam sendo vendidas no local. Pude perceber que a maioria das mulheres que ficaram já se conheciam de outros espaços, o que reforçar o que Carmo (2018) verifica no seu campo de que os espaços de ativismos e sociabilidade andam próximos e por vezes se misturam, não ficando muito claro onde termina o ativismo e começa as relações de amizade.

A presença de mulheres que não eram conhecidas causou uma certa desconfiança no início da festividade, mas foi sendo amenizada ao longo do evento. O uso de roupas curtas e “ousadas”, as músicas tocadas, as danças sensuais e as paqueras mostravam que aquele era um espaço de segurança para aqueles corpos que se sentiam em um espaço de permissibilidade para experimentações.

Nesse contexto, um outro evento importante de ser analisado é a Marcha das Vadias Recife (2019), que diferentemente do evento citado tem um caráter mais público e atinge um número maior de pessoas. Em decorrência do contexto político com a eleição do então presidente Jair Bolsonaro (2018), a marcha foi realizada no mês de agosto e foi observado a participação de um número menor de mulheres do que nos anos anteriores. Apesar do cenário apresentado, o evento contou com uma diversidade de corpos e expressões.

Figura 19 - Marcha das Vadias – Recife (2019)



Fonte: arquivo da autora, 2019.

Durante a concentração, pude observar que a maioria das mulheres presentes eram jovens e brancas, mas que havia grupos diversos participando do evento, estes podiam ser identificados através de suas frases, bandeiras, vestimentas e palavras de ordem, dentre eles consegui destacar, os grupos formados por mulheres negras, mulheres lésbicas e bissexuais, mulheres que se auto denominavam “gordas”, entre outros.

A forma como cada participante constrói o seu corpo representa os diferentes projetos políticos que estão em jogo no campo e como estes formam a identidade da Marcha, pois questões como raça, classe, gênero, sexualidade e geração são ativadas politicamente para marcar diferenças e alianças entre elas.

Um dos grupos presentes, formados por mulheres mais velhas, chamava a atenção de outras participantes, elas estavam com cartazes e blusas nos quais se podiam ler: “Eles apodreceram o coração”, “Destruam o patriarcado, não o planeta”, “Não é fogo, é capitalismo”. O grupo foi cercado por outras participantes, tanto na concentração como no percurso, que pediam para tirar fotos delas e, por vezes, pediam para se juntarem as fotos, registrando a presença daquelas mulheres na luta. As mulheres se mostravam solícitas aos pedidos e animadas em participar da Marcha, acredito que elas já eram militantes do movimento feminista.

Como já dito em capítulo anterior, a questão geracional dentro do movimento feminista, por vezes, é tratada como uma separação entre as feministas histórica e as jovens feministas. Como apontado por Gomes (2017) em suas observações realizadas na Marcha das Vadias do Rio de Janeiro, as militantes da marcha tentam se afastar de discursos e práticas tido por ela como “hierarquizados”, “caretas”, “engessados” que são associados ao movimento feminista mais tradicional e buscam serem identificados por meio dos ideários de “horizontalidade” e “autonomia”, princípios já presentes no movimento feminista da década de 1970/1980. Por outro lado, as jovens feministas da marcha recebem duras críticas de setores do movimento feminista “que reprovam o nome do protesto, o uso da nudez ou duvidam da sua capacidade de representação política” (p.238).

Neste cenário e como o campo nos apresenta, essas fronteiras podem ser borradas tendo a participação de mulheres ligadas ao movimento feminista tradicional e de jovens feministas participando de atos de forma conjunta e colocando suas pautas de reivindicações individuais e coletivas.

Outros corpos que estavam presentes no ato foram os corpos das mulheres negras que apresentavam, por meio dos seus cartazes suas principais pautas de reivindicações. Era percebido um número significativo de mulheres negras tocando na batucada que acompanhou todo o ato entoando gritos de guerras e músicas “se o corpo é da mulher, ela dá pra quem quiser, inclusive pra outra mulher”, “Feminismo é revolução!”, “se cuida, se cuida seu machista, a América Latina será toda feminista”.

A participação das mulheres negras na marcha das vadias ainda é um processo em construção. O termo “vadia” traz na sua construção muitos estigmas e mesmo diante da proposta das mulheres que compõe a marcha de usar esse termo com a intenção de ressignificá-lo, para as mulheres negras que tiveram, ao longo da história, seus corpos hiperssexualizados (GONZALES, 1984; KILOMBA, 2019) se apropriar deste termo é complexo. Para as mulheres brancas e de classe média transgredir as normas sociais impostas

aos seus corpos, andando pelas ruas de sutiã ou com os seios a mostra, usando roupas curtas, afirmando que são “vadias mesmo” pode significar autonomia e empoderamento. Mas, esse contexto muitas vezes não se aplica as mulheres negras, pobres e de periferia. Diante disso é comum ouvir a alegação de que a Marcha das Vadias é um movimento de mulheres brancas e de classe média (GOMES, 2017).

No cenário da Marcha os corpos trans, não binários, lésbicos também estão presentes demarcando seus espaços com suas bandeiras e frases contra a homofobia, a transfobia, o machismo e a heteronormatividade. Na Marcha algumas mulheres se agrupavam com suas bandeiras do arco-íris, em sua maioria mulheres jovens, vestidas de short e sutiã com as bandeiras amarradas na cintura, colocadas no pescoço como uma echarpe ou hasteada. Também era possível ver mulheres carregando cartazes ou frase contra a homofobia em suas blusas.

A Marcha das Vadias (2019) foi marcada por uma multiplicidade de “sujeitas” que em seus corpos empunhavam suas bandeiras de lutas, seja na forma de se vestir, nos cartazes levantados, nas músicas cantadas em tom alto para que todos os que estivessem passando pela marcha pudessem ouvi-las. Ela movimenta o campo do movimento feminista trazendo novas narrativas e formas de atuação, tensiona as fronteiras de gênero e sexualidade, da hierarquia e da autonomia, das marcações de classe, raça e idade presentes no campo propondo que essas barreiras sejam ultrapassadas.

Sabe de uma coisa?
Ande nua
Queime sua coisa pela rua
Se a moeda é flor, prostitua...
 (Trecho da música Ande nua, Anaíra Mahin)

4.3 VEGANISMO

A discussão acerca do veganismo, apesar de não se tratar de um debate novo dentro do campo feminista, vem tomando uma maior proporção nos últimos anos, principalmente, entre as jovens (CARMO, 2016). No campo das coletivas feministas estudadas nesta pesquisa, podemos observar relações diferentes com o tema, pois em algumas delas essa é uma discussão presente e fortemente debatida, enquanto em outras esse debate ainda é visto como

distante. Também encontramos dentro das próprias coletivas pontos de vista e práticas vegetarianas e veganas distintas.

Inicialmente, é importante realizar uma distinção entre os termos vegetarianismo e veganismo, sendo que o primeiro se refere à práticas alimentares de pessoas que não consomem carne, já o segundo se refere a algo mais abrangente do que as próprias práticas alimentares. O veganismo é uma perspectiva em que as pessoas adeptas além de não consumirem carne, também não se alimentam dos seus derivados como ovos, manteiga e leite assim como não consomem produtos que advenham da exploração de animais, como os presentes nos testes de cosméticos e não participam de entretenimento com uso de animais como vaquejadas e zoológicos (CARMO, 2016). Desse modo, o veganismo seria mais amplo do que o vegetarianismo abarcando um campo político de discussão sobre a questão animal e do meio ambiente.

Em seu livro intitulado “A política sexual da carne: a relação entre carnivorismo e à dominação masculina”, Carol J. Adams (2012) aponta a relação existente entre as formas que nos alimentamos e a cosmologia androcêntrica presente na sociedade ocidental moderna e como o consumo da carne animal é um fenômeno social constituído por prescrições associadas com as questões de gênero.

No processo de se tornar “carne”, o animal se torna um referente ausente. Por meio de operações simbólicas, o corpo morto é transformado antes de chegar aos consumidores e recebe uma nova nomenclatura a partir da sua fragmentação, tornando-se “hambúrguer”, “hosbife” e “bifes”, por exemplo. Essa resignificação é mais aceitável para os consumidores e as partes perdem a ideia do todo. Em comparação a esse processo de fragmentação que ocorre com os animais, a autora afirma que a mulher também se torna um referencial ausente, pois o seu corpo é socialmente dividido em partes (pernas, bunda, seios) que são sexualizados e simbolicamente comestíveis (ADAMS, 2012)⁴⁹.

Nesse sentido, ao reestabelecer esse corpo ausente seria possível observar que as questões de dominação de gênero não estariam restritas apenas as relações entre homens e mulheres, estas transpassariam espécies, pois as relações de dominação masculina estariam presentes entre humanos e animais.

A partir dos seus dados de pesquisa, Adams aponta a construção da carne como um alimento capaz de conferir força e virilidade – atributos socialmente considerados

⁴⁹ Pensando o contexto brasileiro, essa problematização de Adams (2012), nos faz rememorar, por exemplo, dançarinas e mulheres que são apelidadas por alimentos devido ao tamanho de suas partes, como a bunda: “mulher melancia”, “mulher melão”. Esse processo de nomeação resume essas mulheres às suas partes socialmente sexualizadas.

masculinos. Ela defende que a masculinidade, entre outros aspectos, é constituída, portanto, pelo acesso ao consumo de carne e pelo controle de corpos construídos, por sua vez, como “comestíveis”. A prerrogativa masculina de comer carne caminha *pari passu* com o padrão valorativo em vigência na escolha do que(m) comer: a carne é considerada o alimento *a priori*, de sorte que legumes, verduras, frutas e grãos são tidos como alimentos de segunda classe e – acrescenta Adams – femininos. A palavra “vegetal” adquire, assim, o sentido de apático, monótono, passivo (CARMO e BONETTI, 2012, p. 404).

Nos dados de campo, a alimentação vegana se apresenta como um elemento importante nos eventos em que as coletivas feministas são protagonistas, estes contam em sua maioria apenas com essa opção de alimentação. Já no contexto dos eventos que foram realizados em parceria com outras organizações e grupos feministas era possível encontrar tanto alimentos veganos como de origem animal. Como podemos observar nessa passagem do diário de campo:

Para organizar a reinauguração do Centro Cultural Feminista foi formado um grupo composto por alguns coletivos de jovens feministas e pela ONG SOS Corpo. No dia do evento, era possível encontrar dois tipos de alimentação sendo vendidas no local: na parte interna do local, em um espaço que parecia uma cozinha improvisadas algumas jovens vendiam comida vegana, como hambúrgueres e almoço, que eram preparados por elas no local. Na parte da frente, uma espécie de jardim, algumas mulheres montaram barracas próximas a Feira das Mulheres Pretas e vendiam lanches que continham carne.

(Diário de campo, 06 de outubro de 2019).

O debate sobre veganismo está longe de ser uma pauta uniforme dentro do movimento feminista e entre as coletivas pesquisadas neste trabalho, mas se pudéssemos estabelecer algum parâmetro seria levada a acreditar que essa pauta possui uma maior aceitação entre os grupos formados por mulheres jovens, de classe média e brancas. Também os dados nos levariam a crer que em alguns ambientes, como, por exemplo, o *underground*⁵⁰, esse debate é mais fortalecido como podemos observar na fala de uma das entrevistadas.

Nós temos várias de nós da coletiva que vem de uma militância não especista, da militância vegana né e aí isso entra pra gente profundamente...A gente é uma coletiva que se comunica com pessoas comunistas, pessoas anarquistas, pessoas que não comem carne, que comem carne. É um diálogo constante, acho que a gente se localiza muito bem...A gente agrega o que faz bem e a gente tem práticas antiespecistas também, por exemplo, nos shows que a gente faz a gente costuma vender cerveja e comida para movimentar o caixa né, essa comida é da coletiva das companheiras que estão dentro da coletiva que é a cozinha abolicionista e que, às vezes, quando as meninas não vão botar comida, a gente faz. É tudo sem carne, tudo vegano porque a gente entende também a importância disso, porque sempre a gente fala quando tá construindo o espaço do Hip hop que o veganismo não é uma discussão que chegou agora, a gente tá falando do espaço do hardcore punk que tinha as verduras, que tem bandas que são veganas, que a gente tem uma produção

⁵⁰ Historicamente, o movimento underground surgiu junto com o movimento de contracultura. Em uma tradução literal, *underground* significa subterrâneo, que, em sentido figurado, associa-se a um movimento intelectual, libertário e artístico contrário à cultura de massa. Fonte: [Coletivo AMU: movimento underground se destaca na cena pelotense – Em Pauta \(ufpel.edu.br\)](http://Coletivo AMU: movimento underground se destaca na cena pelotense – Em Pauta (ufpel.edu.br))

de conhecimento sobre antiespecismo muito forte, com zines, com debate. É uma coisa que já tava no nosso campo, antes da gente se organizar por isso que eu acho que não são assuntos novos (Entrevista com Quitéria. Coletiva da Mulesta).

A fala da entrevista nos revela que a questão do veganismo está atrelada a outros referenciais que perpassam o campo do feminismo, que possuem uma relação com o espaço ocupado por esses coletivos e pelas suas práticas políticas. Dessa forma, para pensar o veganismo podemos compreendê-lo a partir de duas adjetivações: veganismo elitista e veganismo popular⁵¹. Como aponta Martina Davidson (2021), ao longo do tempo, o veganismo vem sendo associado com uma prática que tem classe: a classe média e alta; que tem raça, a branca; e que tem gênero e sexualidade, sendo cishetenormativo e masculino.

O veganismo elitista, tem como base alimentar os produtos processados e ultraprocessados produzidos por grandes marcas e encontrados nas prateleiras dos supermercados. Esses produtos, em sua maioria, possuem altos preço e são inacessíveis para grande parte da população vegana, este fato acaba criando um nicho de consumidores.

Figura 20 - Alimentos veganos



Fonte: Propaganda na internet, 2023.

Diante disso, Davidson (2021) aponta que o Veganismo elitista coaduna com o mercado de consumo e como tal é mantenedor do sistema capitalista que explora humanos e não humanos. Nesse sentido, o Veganismo elitista estaria distante das raízes que buscam romper com as opressões de classe, raça, gênero e sexualidade. Nessa direção, em entrevista

⁵¹ Nas pesquisas realizadas, foi observado que o veganismo elitista e o veganismo popular são adjetivações acionadas e tensionadas por militantes veganos em seus blogs, sites e páginas da internet. Fontes: <https://www.instagram.com/veganoperiferico>; [O veganismo é essencialmente elitista e inviável para a população de baixa renda? - Veganagente](#)

com uma participante de outra coletiva feminista, ao perguntar sobre a questão do veganismo esta respondeu:

Eu não sei quase nada sobre isso porque eu não conheço coletivos feministas veganos, inclusive se quiser me dizer pra eu saber, mas eu conheço mulheres, porque é isso eu não gosto de ficar nessa divisão feminismo/mulheres. De forma organizada eu não conheço esses coletivos, eu não to lembrada. E conheço menos ainda os coletivos anarquistas, tá ligado porque é isso. Eu estou em uma outra bolha, eu to em uma bolha que não é que é o avesso ou oposição, mas eu estou em outro ponto da ponta da estrela, esses feminismos não chegaram até mim e eu também não procurei eles. Mas, eu conheço mulheres veganas que são feministas e que são anarquistas e aí eu não sei se vale a pena falar sobre isso porque as aparências que eu tenho são muito singulares, assim, é uma pessoa, duas pessoas, muito mais individual. Porque é isso também, é outro universo que eu tenho muita dificuldade de penetrar, porque essa questão do veganismo, a primeira impressão que eu tenho do veganismo é que é um movimento muito classista, pra mim. Eu já parto desse princípio, talvez seja um preconceito meu porque eu depois fui conhecendo feministas veganas de classe popular que vem de onde eu vim, que vem do sertão, que vem de histórias de vida completamente diferente de mulheres veganas daqui, que eu conheço daqui de Recife. Então tipo, eu não tenho muita referência sobre isso (Entrevista com Clara. MAPE).

A fala de Clara nos levanta alguns pontos de reflexão. Em princípio, nos mostra como os grupos feministas são diversos tanto externa como internamente, pois apesar de fazer parte de uma coletiva que, em sua maioria, é composto por mulheres brancas e de classe média, Clara revela que por vir de uma classe social popular, seu diálogo com algumas pautas é distante e não fazem parte do seu campo de referência. A fala também nos leva a acreditar que a coletiva da qual faz parte não tem o debate sobre veganismo e não especismo como um ponto em destaque na sua prática política.

Para além, ao compreender o veganismo como uma prática marcada pela questão de classe e por isso de difícil acesso para quem não pertença as classes altas e média da população., alguns questionamentos surgem: quem são os sujeitos/as do veganismo? Como o veganismo pode ser um caminho de libertação e igualdade?

Nesse sentido, o veganismo não está livre de ser marcado e atravessado por questões de raça, classe, gênero e sexualidade. Se por um lado, existem práticas elitistas e excludentes; por outro existe a construção de uma perspectiva vegana que se pretende popular, acessível e comprometida com as diversas formas de opressão.

No cenário do Brasil, encontramos algumas ações sociais e coletivas em prol desse veganismo que como aponta Sandra Guimarães⁵² (2021) não tem a ver com um modo de consumo ou um regime alimentar, mas tem, principalmente, relação com a reforma agrária, a soberania alimentar e a contestação do sistema capitalista. O veganismo popular é visto por

⁵² Artigo publicado na página do Movimento Sem Terra – MST, intitulado “MST e veganismo popular”. MST e Veganismo Popular - MST. Disponível em: <https://mst.org.br/2021/11/10/mst-e-veganismo-popular/>. Acesso em: 08 jun de 2023.

autoras e ativistas como Guimarães (2021) e Davidson (2021) como uma forma de descolonização da sociedade:

O veganismo popular é um movimento social, mas ele também inclui uma reflexão sobre o que consideramos ou não alimento e por que comemos o que comemos. E isso abre uma preciosa oportunidade de descolonizar o prato e resistir a colonização dos nossos estômagos e mentes.

Parar de colaborar com toda exploração animal, não somente reduzir sua escala, e boicotar os produtos vindos desse sistema não vai pôr fim ao colonialismo. Mas assim como a pecuária é uma ferramenta de colonização, o veganismo popular, que é aliado da luta dos povos indígenas e quilombolas e da reforma agrária popular, é uma poderosa ferramenta de descolonização (GUIMARÃES, 2021, s/p.).

Partindo deste entendimento, a dominação da espécie animal pela espécie humana, a partir de uma perspectiva vegana, estaria fundamentada na mesma lógica de dominação que gera outras formas de opressões sociais. A questão racial – inventada pelo colonialismo – por exemplo, é fundamentada na dominação de uma raça (a branca) sobre outras (a negra e a indígena) com base na expropriação da humanidade dessas últimas – atribuindo-lhes características animais, com base na suposta ideia de que “o animal” é algo oposto e de menor valor que o “humano”⁵³. Mas, um questionamento que pode emergir é: qual o veganismo praticado pelas coletivas feministas veganas observadas nesta pesquisa?

Como já apontado anteriormente, dentro do campo encontramos coletivas que possuem uma prática política de referência vegana e coletivas que não possuem esse debate como central no seu cotidiano e dentre as coletivas de referência vegana também existem integrantes que não possuem uma alimentação restrita de carne. Se pudermos traçar um caminho pelo que foi observado em campo, acredito que as coletivas feministas que tem referência vegana estariam mais próximas da adjetivação popular, tentando construir uma prática alimentar que é marcada por uma luta anticapitalista, antissistêmica e antiopressões.

Nesse contexto, as ideias são vinculadas, por meio de cartazes, zines, rodas de debates e oficinas. Como podemos observar no card de divulgação do evento Ataque Feminista⁵⁴

⁵³ Situo aqui como “suposta” ideia porque se trata de uma ideia “inventada”. A ideia de “raça” criada pelo colonialismo supervaloriza a ideia de “humano” que tem como referência “o branco” e desvaloriza a ideia de “animal”, que seria ligada ao primitivo (pessoas não-brancas). Essa ideia cria, de acordo com Frantz Fanon (2008), uma suposta superioridade do branco e uma suposta inferioridade do negro (e digo aqui das demais raças). Essa falácia, portanto, também é baseada e reitera o especismo. Por isso, autoras/es como Guimarães (2021) e Davidson (2021) situam o veganismo como forma de descolonização.

⁵⁴ O evento Ataque feminista seria realizado em 27 de março de 2020, mas foi cancelado em decorrência do agravamento da pandemia do COVID- 19. Segue nota da organização vinculada em página do Facebook: *Olá gente! Diante da atual situação da pandemia de COVID-19 e das recomendações da OMS, o nosso evento, Ataque Feminista, será adiado. Esperamos em breve anunciar nova data do evento, com todas as bandas. Para quem já comprou o ingresso, ele valerá para a nova data e para quem quiser reembolso, entra*

(2020) organizado pela coletiva feminista Mulesta e na Live intitulada: Ativismo contra o especismo que foi realizada durante a pandemia (2020) no canal do Portal Revoluta e contou com a participação de uma integrante da Cozinha abolicionista e da coletiva da Mulesta.

Figura 21 - Card de divulgação do evento Ataque feminista



Fonte: Página do Facebook da Coletiva Mulesta, 2020.⁵⁵

Figura 22 - Card de divulgação da Live



Fonte: arquivo da autora, 2020.

em contato por DM com a gente, belê? Sigamos fortes, atentos e responsáveis com a situação geral. Cuidem-se e cuidem uns dos outros! Até breve!

⁵⁵ Disponível em: [Coletivo MULEsta | Facebook](#)

Esse debate, que parece ser gradativamente mais presente, ou mais visível, dentro do campo feminista, ainda é uma construção feita a partir de uma pluralidade de vozes e percepções e, assim como outras categorias e pautas presentes no movimento, aciona tensões, privilégios e opressões. Outra categoria acionada através do trabalho de campo foi o “anarcofeminismo”, através da qual pude perceber também os atravessamentos dos marcadores sociais. Discorrerei sobre esta categoria/debate adiante.

4.4 ANARCOFEMINISMO

Nesta seção, pretendo seguir um outro referencial que apareceu no campo, o anarcofeminismo. A relação entre o feminismo e o Estado sempre foi um ponto de grande discussão dentro do movimento feminista e várias autoras têm abordado o tema de maneiras diversas, apresentando perspectivas e críticas relevantes.

Entre o final de 1980 e início de 1990, Cynthia Sarti (2004) aponta que houve um esvaziamento dos grupos que se reuniam em volta das pautas de opressão às mulheres e uma migração para uma militância mais especializada que agora se constituía em Organizações não governamentais e buscavam influenciar a esfera governamental, por meio de políticas públicas. Nesse processo de institucionalização, o feminismo encontrou novas maneiras de se organizar coletivamente que passava por algumas etapas:

- 1) tentativas de reformas nas instituições consideradas democráticas (com a criação dos Conselhos da Condição Feminina, das Delegacias de Atendimento Especializado às Mulheres, por exemplo); 2) tentativas de reforma do Estado (com a forte participação das mulheres organizadas no processo da Assembleia Constituinte de 1988, por exemplo); 3) busca de uma reconfiguração do espaço público, por meio da forte participação de “novas” articulações dos movimentos de mulheres (mulheres negras, lésbicas, indígenas, rurais etc.); 4) uma posterior especialização e profissionalização do movimento (MATOS, pag. 68, 2010).

O processo de institucionalização gerou uma aproximação entre o feminismo e o Estado, isto trouxe pontos positivos e negativos. Como aponta Lia Zanotta Machado (2016), em alguns governos como o do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003) ocorreu um avanço das pautas feminista nas esferas governamentais com a criação de importantes órgãos como a Secretária Especial de Políticas para as Mulheres – SPM (vinculada diretamente ao Gabinete Civil e que possuía o status de Ministério), e o Conselho Nacional de direitos das Mulher – CNDM. No entanto, com o crescente poder das forças conservadoras no Congresso Nacional em governos como o da Presidente Dilma Rousseff foi possível observar um recuo nas pautas do movimento feminista tidas como mais complexas, como a questão do aborto.

Algumas autoras de diferentes perspectivas feministas, como Nancy Fraser, bell hooks, Angela Davis, entre outras, discutem as implicações da institucionalização do feminismo. Nancy Fraser (2022) discute como a cooptação do movimento feminista pelas esferas estatais poderia interferir na autonomia do movimento, ao passo que teóricas como hooks (2019) e Davis (2016) alertavam para a necessidade de se construir uma institucionalização que leve em consideração as questões de raça, classe e gênero.

A partir do apresentado, e fazendo uma passagem temporal, esta pesquisa pretende discutir o referencial do anarquismo presente nas coletivas observadas nessa pesquisa. É importante salientar que o anarquismo a partir de uma perspectiva feminista não é algo recente, mas que vem tomando muita força a partir dos coletivos feministas contemporâneos (CARMO, 2018; MARQUES, 2016). Outro ponto de destaque é que grande parte dos materiais encontrados sobre anarcofeminismo no Brasil circulam em blogs, zines e páginas⁵⁶ de internet, tecendo caminhos distantes das formas mais tradicionais de publicações. Acredito que isso decorra da estratégia traçada por essas coletivas de produzir e circular seus materiais de formas alternativas, não dependendo dos meios de comunicação das grandes corporações como apontado pela representante de uma coletiva anarquista.

E tinha uma pauta muito forte que surgiu que é uma pauta que pra mim é muito cara que é a criação da nossa própria comunicação e infraestrutura tecnológica por movimento, porque essa pauta surgiu porque a galera notou que muitas lutas que estavam acontecendo, elas simplesmente não eram faladas, o mundo pegando fogo, o México pegando fogo e as lutas simplesmente não eram faladas, então nesse contexto de necessidade de solidariedade ao zapatismo e criar essa rede de contrainformação internacional surgiu o Centro de Mídia independente que tinha esse slogan que é inclusive falando de contra cultura “se você odeia a mídia, seja a mídia” e isso é um ponto importante que nossa história traz de luta anticapitalista que trouxe frutos que a gente trouxe até hoje que a gente usa. (Diário de Campo: Live⁵⁷, 2020)

Desse modo, uma das questões centrais que as feministas de perspectiva anarquista discutem é a forma como o Estado constrói e reproduz desigualdades entre homens e mulheres. As estruturas estatais se fundamentam em um modelo patriarcal, no qual as mulheres foram historicamente subordinadas e silenciadas (MARQUES, 2013). Essa subordinação é manifesta em várias instâncias da vida social, como as desigualdades presentes no campo do trabalho, dos espaços políticos e de poder.

⁵⁶ Destacarei alguns blogs e páginas visitadas nessa pesquisa: Coletiva Anarcofeminista (@cafi_insubmissas) | Instagram, Feira Anarquista de São Paulo (@feiraanarquistasp) | Instagram, Anarquismo e feminismo: O papel das mulheres no movimento anarquista!

⁵⁷ Live intitulada “ Ferramentas à luta anticapitalista e antissistêmica” que ocorreu no ano de 2020 e foi organizada por duas coletivas anarquistas de Pernambuco. Abordarei mais sobre a live ao decorrer do texto.

A junção do feminismo com o anarquismo fez surgir uma corrente filosófica e política que ficou denominada anarcofeminismo. Essa perspectiva enfatiza a igualdade, liberdade e autonomia para as mulheres; e luta contra as estruturas de poder que as oprimem, assim como a outros grupos tidos como marginalizados.

O movimento anarcofeminista tem sua origem no século XIX, mas a partir de 1960 essa vertente tem se fortalecido no campo do anarquismo e do feminismo (MARQUES, 2016). As militantes do anarcofeminismo compreendem que a libertação das mulheres só será possível por meio de ações diretas e da organização comunitária. Por isso, observamos uma defesa da autogestão e da horizontalidade, cujo o objetivo é não centralizar o poder na mão de poucas mulheres o que levaria a uma contínua hierarquização.

A partir desse entendimento, as militantes anarcofeministas fazem uma crítica ao Estado enquanto uma instituição marcada pela hierarquia e burocracia, tirando o poder das mãos do povo e colocando nas de poucos sujeitos. No entanto, mesmo com todas as contradições as coletivas anarcofeministas pesquisadas compreendem o papel do Estado democrático ou minimamente a necessidade dele quando este encontra-se sobre ataque.

Então o estado é um lugar no qual eu nunca alcei e não é um lugar o qual eu queira ocupar, porém, todavia, vivemos em uma democracia burguesa safada e a gente tá sofrendo o lado ruim disso agora, sabe a gente tá comendo os frutos dessa árvore podre que a gente plantou porque o esvaziamento político que a democracia burguesa impõe pra funcionar, pra ela conseguir funcionar que é burocratizar a máquina pública, inventar uma linguagem que ninguém entende porra nenhuma. As pessoas não sabem para que serve um vereador, um deputado, um senador e eu não to falando das pessoas pobres que não tem acesso à escola não, eu to falando de todo mundo porque as pessoas de fato não sabem como a máquina pública funciona e eu apesar de anarquista, eu tenho fascínio pela máquina pública e aí eu vi que seria bom pra mim eu saber como é que funciona e aí hoje a gente tá plantando esses frutos mesmo dessa democracia forjada da gente, Bolsonaro é isso aí sabe? (Entrevista com Quitéria, Coletiva Mulesta).

Pesquisas como a de Iris do Carmo (2018) e Gabriela Marques (2016) já apontam como os grupos feministas vem trazendo essa referência que se apresenta enquanto práticas políticas, por meio uma atuação baseada no “faça-você-mesma”, na horizontalidade e na política do afeto. O campo em pesquisa também apresentou essas dimensões. Apesar de nem todas as coletivas observadas se auto denominarem anarquistas, muitas apresentam a prática do “faça-você-mesma” na busca de gerar autonomia para as mulheres e umas reforçarem os trabalhos das outras.

O campo dessa pesquisa é diverso e podemos encontrar coletivas que se aproximam de referenciais distintos. No campo político, temos coletivas que se caracterizam como

socialistas, anarquistas, liberais. Mas, a junção anarcofeminista foi referenciada em alguns espaços e entrevistas.

Como também muitas de nós vem de um processo de militância anarquista, eu inclusive tenho um histórico dentro da cultura anarquista mesmo antes de me organizar enquanto feminista e aí é isso... É enfim a gente tem táticas do feminismo, do anarcofeminismo, apesar de não sermos todas anarquistas, não é um problema é uma tranquilidade, a gente também tem práticas das feministas comunistas dentro da nossa coletiva, não tem problema nenhum (Entrevista com Quitéria. Coletiva da Mulesta).

Entre as táticas anarcofeministas utilizadas, gostaria de destacar o faça-você-mesma. Esta prática está associada a autonomia e a ação direta das mulheres como forma de criar alternativa independente das instituições e estruturas hierárquicas. O faça-você-mesma é visto, dentro das coletivas, como mais do que mulheres realizando suas atividades manualmente, ele é uma forma de resistência ao sistema patriarcal, ao consumismo e ao capitalismo.

A luta antissistêmica e anticapitalista são algumas das bandeiras levantadas pelas coletivas que buscam romper com essas estruturas, por meio de práticas autônomas de produções e compartilhamentos de bens, reduzindo a dependência de grandes empresas e corporações. A prática anarcofeminista do faça-você-mesma propõe que as mulheres através da horizontalidade, cooperação e solidariedade construam caminhos para desafiar as estruturas de poder patriarcais e capitalista. Como apresenta Marques (2016, p.88) “...o faça-você-mesma incluía: ser a mídia que esperavam, fazer as músicas que gostariam de ouvir, produzir os textos que gostariam de ler”.

Durante o campo desta pesquisa, no período de isolamento social decorrente da pandemia do Covid 19 (trataremos sobre o assunto no capítulo seguinte), ocorreu uma live intitulada “Ferramentas à Luta anticapitalista e antissistêmica” que contou com a condução de integrantes de coletivas anarquista de Pernambuco

Figura 23 - Card de divulgação da Live



Fonte: Blog da Coletiva Mulesta, 2020.

A live teve como objetivo pensar as ferramentas de luta anticapitalista a partir das alianças estabelecidas com outras coletivas feministas anarquistas e como outros movimentos sociais. Como podemos ver na fala de uma das interlocutoras.

Nesse processo a gente faz muito uma leitura de nos mesmas e de quem está ao nosso redor, a gente acredita muito naquele processo de destruição do patriarcado, destruição das desigualdades sociais é um processo coletivo, a gente tem crítica ao movimento social, principalmente institucionalizado, mas a gente entende que existem parceiros nesse processo também (Diário de Campo: Live, 2020).

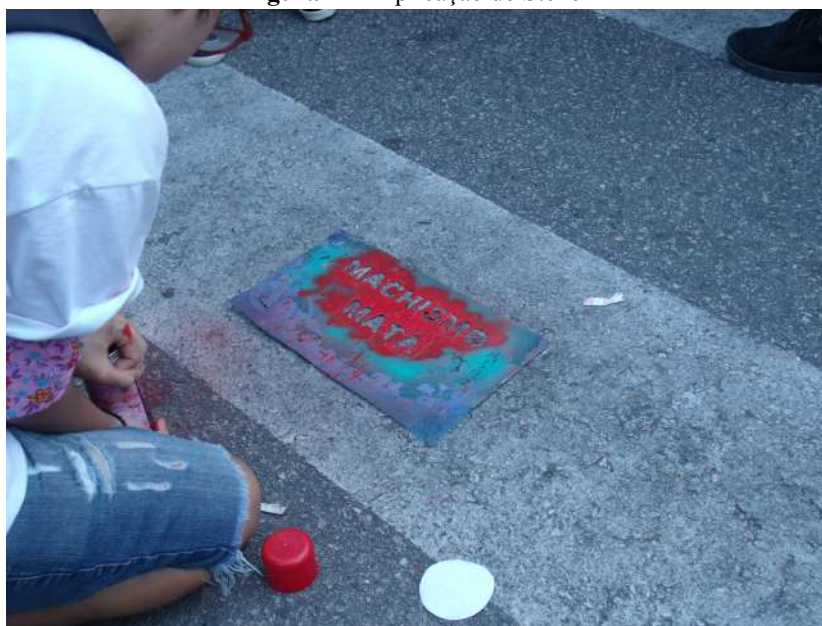
A partir deste entendimento, as coletivas feministas de perspectiva anarquista organizam suas práticas políticas tomando como parâmetros a autonomia e a horizontalidade. A autonomia é vista como um afastamento de práticas denominadas institucionalizadas e hegemônicas, como as praticadas pelas sindicalistas, mulheres de partidos e ONGs.

No entanto, como já apresentado anteriormente, apesar da crítica realizada contra a estrutura do Estado a relação das coletivas feministas com as ONGs ocorrem sem obstáculos e são feitas parcerias para a realização de eventos. Com relação as feministas pertencentes a partidos políticos, as disputas são acirradas ocorrendo uma separação mais clara de posições. Concordo com Gomes (2018) quando ela acentua que existem graus de institucionalizações e que algumas organizações podem ser vistas como mais institucionalizadas que outras. A essa ideia acrescento que tanto entre as feministas partidárias quanto entre as feministas das ONGs existe certo grau de permissibilidade por parte das coletivas feministas, melhor dizendo, existem aquelas a quem é permitido uma aproximação.

Recordo que tanto em atividades mais amplas do movimento feminista, como o “8 de março”, como em atividades protagonizadas pelas coletivas feministas algumas mulheres de partidos puderam participar dos espaços e tiveram direito de fala, ou melhor, tiveram o direito de serem ouvidas. O que mostra que essas delimitações podem ser borradas a depender das alianças que se estabeleçam.

Com relação a horizontalidade, esta pode ser percebida na forma como os eventos são organizados, buscando fugir de um padrão hierarquizado, sendo abandonados os modelos de palestras, que são substituídos por oficinas e rodas de conversas. O evento Deboche-se, já acionado em outros momentos deste texto, apresentou uma programação voltada para oficinas e intervenção urbana, com a confecção de lambe-lambe e sua posterior fixação nas ruas do centro da cidade, assim como a realização de uma oficina de Stencil que é uma técnica muito usada no grafite e na arte de rua e consiste em produzir um molde vazado que poderá ser utilizado para criar imagens e textos em alguma superfície (blusas, faixas, paredes, madeira).

Figura 24 - Aplicação de Stencil



Fonte: arquivo da autora, 2019.

Junto a técnicas como o stencil e lambe-lambe, que remetem a prática do faça-você-mesmo, os fanzines são as formas encontradas pelas coletivas para fazer com que suas ideias possam circular. Os fanzines são amplamente utilizados por possuírem um baixo custo e serem de produção independente e não comercial, existindo também suas versões digitais. Eles se utilizam de colagens, escritos a mão e xerox e são produzidos em pouca

quantidade, mas podem ser copiados e distribuídos atingindo assim um número bem maior de pessoas.

Os fanzines possuem uma estética particular e no contexto das coletivas feministas estes recebem características singulares. Durante a pesquisa não estive em nenhum momento no processo de confecção deste material, mas após busca na internet encontrei um fanzine produzido por uma coletiva feminista local.

Figura 25 - 1º fanzine produzido pela Coletiva Mulesta - 2018



Fonte: Página de Facebook da Coletiva, 2018.

No entanto, uma questão que se coloca é qual seria a dimensão da prática do faça-você-mesma, da autonomia e da horizontalidade? É possível para todas as mulheres proverem suas questões de saúde, educação, geração de renda, moradia, combate ao feminicídio sem a participação ativa do Estado?

A proposta trazida pelo anarcofeminismo da construção de uma sociedade sem Estado, sem hierarquia e sem violência, no primeiro contato parece uma proposta ideal na qual “tudo o que produzimos seja nosso e gerenciado por nós”. Mas, é preciso refletir a quem serve uma sociedade sem Estado? E quem dele precisa?

No próximo capítulo, trataremos do contexto social e político que atravessou essa pesquisa. Colocando em evidência o papel do Estado, passaremos pela eleição e vitória de Jair Bolsonaro à Presidência da república o que coloca em disputa o Estado Democrático de Direito à Pandemia do Covid-19 e o seu consequente isolamento social.

5 “ACORDA AMOR, JÁ NÃO É MAIS PESADELO NADA”

Este capítulo tem como objetivo refletir os aspectos políticos e sociais que permearam o campo desta pesquisa. Para compreender o cenário presente do surgimento e ascensão do fenômeno designado “bolsonarismo” é preciso entender como se estrutura o discurso da denominada “nova direita” no Brasil e como, amparado no tripé do fundamentalismo religioso, do anticomunismo e do ultraliberalismo essa ideia é propagada.

Nesse contexto, a eleição de Jair Bolsonaro em 2018, trouxe para o movimento feminista um novo desafio, com um discurso de ataque aos movimentos sociais, de cunho machista, homofóbico e racista, Bolsonaro visava criminalizar os movimentos sociais e fazer retroceder os avanços agendas no campo dos direitos humanos e sociais.

Após a eleição de 2018, com a vitória de Jair Bolsonaro, o clima de insegurança estava presente, pois a eleição que foi marcada por *fakenews*⁵⁸ e perseguição à militantes que atuavam na esquerda e, principalmente, as lideranças femininas. Esse cenário se refletiu na atuação do movimento feminista, e em particular das coletivas feministas do Recife, como veremos a diante.

Outro fator que afetou as práticas das coletivas feministas foi o surgimento da pandemia do covid-19 e o consequente isolamento social, visto que, as coletivas que tinham sua atuação marcada pela presença nos espaços urbanos precisou redirecionar e/ou intensificar sua atuação na esfera virtual, por meio, da produção de *lives*, postagens, reuniões virtuais, entre outros.

Esses fatores políticos e sociais que redirecionaram a atuação das coletivas feministas também tiveram impacto nesta pesquisa que inicialmente foi realizada de forma presencial através da participação de atos de rua e eventos organizados pelo movimento feminista e pelas coletivas, e posteriormente, precisou junto com as coletivas deixar as ruas e migrar para a esfera virtual. Como apontado na introdução desta pesquisa.

Assim, a nova dinâmica adotada pelo movimento feminista traz a luz a capacidade de reinvenção desses movimentos, mas também pontua as dificuldades enfrentadas para permanecer atuante quando se está distante dos seus pares.

⁵⁸ *Fakenews* é um termo usado para indicar a vinculação de notícias falsas nos meios de comunicação e principalmente na internet.

5.1 “VOCÊ QUE INVENTOU ESSE ESTADO, E INVENTOU DE INVENTAR TODA A ESCURIDÃO”

Para compreendermos o fenômeno do “bolsonarismo” no Brasil precisamos retomar alguns pontos importantes da nossa história, pois é preciso entender que este fenômeno não está restrito a Jair Bolsonaro, muito menos, pode-se afirmar que todo eleitor de Bolsonaro é o que se chama de “bolsonarista”. O processo vivenciado entre 2018 e 2022, não provém da história política de Bolsonaro, mas sim do ressurgimento de uma “nova direita” no mundo e no Brasil.

5.1.1 A “nova” direita no Brasil

O surgimento da direita no Brasil, não pode ser tratado como um fenômeno atual, pois ela sempre esteve presente no contexto político. Nos últimos anos, com a ascensão dos governos petistas ao poder, pode-se observar uma constante negociação com este segmento da política brasileira. A partir de concessões o governo petista que inicialmente foi liderado por Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) conseguiu manter uma relação apaziguada com essa vertente, mas essa relação não se sustentou no governo de Dilma Rousseff (2011-2016) e estes se tornaram oposição na busca pelo *impeachment* da então presidenta.

Sobre a atual direita no Brasil, é importante ressaltar o caráter plural desse movimento, que tem três vertentes de sustentação: o libertarianismo, o fundamentalismo religioso e o anticomunismo (MIGUEL, 2018). O libertarianismo, como nos apresenta Luis Felipe Miguel (2018), se baseia na ideia do Estado mínimo no qual a regulação do mercado pelo Estado é justa economicamente por mais que seja constituída de desigualdades.

Essa perspectiva é tida como ultraliberal e apresenta uma visão destoante do liberalismo tradicional, para a corrente tradicional a “liberdade” é uma questão central e muitas vezes é oposta a ideia de igualdade. Cria-se uma dicotomia no qual em um lado encontramos o Estado, a esquerda, a igualdade e do outro o mercado, a direita e a liberdade.

Nesse sentido, devido a supervalorização da autonomia individual, pregado pelo libertarianismo este deveria se mostrar avançado no que tange as questões sobre aborto, sexualidade, drogas. Mas, no Brasil, ele assumiu novas expressões ao se atrelar a uma corrente conservadora (MIGUEL, 2018).

Em um país onde popularmente se diz que “religião, política e futebol” não se discutem, podemos observar como essa frase foi superada. Nos últimos anos é possível

observar uma crescente presença de evangélicos no campo político, principalmente, dos seguimentos neopentecostais que formaram a “bancada evangélica” e que disputam as pautas a partir dos preceitos morais e religiosos.

Para compreender a presença e o investimento das igrejas neopentecostais em eleger seus pastores é importante compreender que o fundamentalismo religioso não significa fanatismo. As igrejas neopentecostais possuem um projeto no qual segundo Miguel (2018) “os líderes religiosos desempenham o papel dos novos coronéis da política brasileira” (p.20).

A partir da defesa de uma agenda da moral e dos bons costumes, os conservadores apresentaram para a direita um caminho para reconquistar as bases comunitárias que durante muito tempo estiveram próximas ao Partido dos Trabalhadores – PT que recebia o apoio da igreja católica, em especial das vertentes ligadas a teologia da libertação, para mediar sua relação com a população.

Para completar as vertentes da nova direita brasileira, temos o ressurgimento do anticomunismo que agora ressurge na América Latina, e mais especificamente no Brasil, como um antibolivarianismo venezuelano (MIGUEL, 2018). Nesse contexto, foi atribuído ao PT ser a “reencarnação” do comunismo no Brasil, que a partir de uma leitura equivocada do “marxismo cultural”, realizada por intelectuais da direita como Olavo de Carvalho, afirmou que o projeto do PT e consequentemente da esquerda brasileira seria a destruição da família tradicional e a deturpação da sexualidade. Esses mesmos intelectuais foram os fundadores das ideias da “ditadura comunista gay” e “das mamadeiras em formato de pênis”.

Assim, essas três vertentes que por vezes parecem antagônicas se uniram contra um inimigo comum e chegam a disputa pela Presidência da República em 2018.

Eram anticomunistas renitentes, nostálgicos da ditadura militar, alguns fundamentalistas religiosos e uns poucos liberais econômicos extremistas, cuja defesa de um Estado ultramínimo os fazia recusar, por princípio, qualquer forma de política social e para quem o petismo, por mais moderado que fosse, continuava perigosamente (MIGUEL, 2018, p.17).

O discurso apresentado pela direita no Brasil começou a questionar alguns temas que eram entendidos como aceitos e consensuais. Os questionamentos sobre a democracia, sobre o uso de armas, sobre os direitos humanos a partir do debate da maioria penal e sobre os direitos sociais voltaram a ser pontos de discussão.

Para estabelecer suas ideias a direita precisava desestabilizar algumas questões que pareciam consolidadas na sociedade. A democracia começou a ser questionada e se construiu o debate de que o governo PT era votado pela classe mais pobre da população que os elegiam para continuarem recebendo dos programas do Estado e não precisarem trabalhar, assim se

constitui a ideia de que integrantes das classes populares são desinformados e não representavam a população brasileira. Logo, os governos eleitos não precisavam ser respeitados. Outro discurso que também ocorreu na tentativa para desestabilizar a democracia foi o da corrupção.

A corrupção foi deslocada do campo político e das relações de poder e passou a figurar como uma questão moral e de bom caráter. Nesse processo, a partir de uma seletividade, o PT se tornou a personificação da corrupção no Brasil, não se ampliando investigação e punição para outros partidos que compõem o sistema político.

O ataque ao Partido dos Trabalhadores decorre de uma articulação de várias frentes, junto ao discurso da nova direita, o poder judiciário e a mídia coadunaram-se em alimentar o “anti-petismo”, que se inicia de certa forma no “mensalão”⁵⁹ e se firma através da operação lava-jato⁶⁰, do “tríplex”⁶¹ e da ideia de “lula ladrão” e “esquerda corrupta”. Outro ponto importante é que as investigações contra Dilma Rousseff que se funda nas “pedaladas fiscais”, pratica comum em outras presidências, eram utilizadas como argumento para o *impeachment*, o qual era questionado se tratava-se de um processo legítimo ou um golpe de Estado. Esses episódios, constróem o palco para o anti-petismo, anti-comunismo, anti-esquerda e para o fortalecimento da ultradireita.

Assim, em uma atuação que contou, principalmente, com a ajuda da mídia se iniciou uma perseguição ao partido dos trabalhadores que foi aderido por vários seguimentos da sociedade, principalmente com aqueles que se encontravam insatisfeito com as mudanças sociais trazidas pelo partido para as classes mais pobres da população. Atrelado as discussões que buscavam dissolver as políticas sociais, que colocavam a política como um lugar ocupado pelos corruptos, sendo o PT e seus aliados os responsáveis por esse processo, vimos estratégias semelhantes as utilizadas nas eleições de Donald Trump nos EUA serem acionadas no contexto da eleição de Jair Bolsonaro (2019-2022), tendo como destaque as *fakenews*.

⁵⁹ Mensalão foi o nome dado a uma operação que se destinava a investigar um sistema de compra de votos no ano de 2005.

⁶⁰ A lava-jato foi uma operação iniciada em 2014 e finalizada em 2021. Realizada pela Polícia Federal do Brasil que visava investigar operações de propina.

⁶¹ Durante a operação lava-jato o então presidente Inácio Lula da Silva foi acusado de receber um triplex no Guarujá como propina de empreiteiras. Lula foi julgado e condenado a 9 anos e 6 meses de prisão, este cumpriu 1 ano e 7 meses em regime fechado. Em dezembro de 2017, o processo foi arquivado.

5.1.2 As estratégias utilizadas pela “nova” direita no Brasil

É preciso compreender neste cenário que as novas direitas no Brasil, surgiram muito antes da eleição de Dilma Rousseff. Ainda no início do segundo mandato de Lula, alguns grupos ultraliberais apareceram nas redes sociais e construíram páginas no *orkut* e posteriormente no *facebook*, em *blogs* e canais do *youtube*. Esses movimentos propagavam um discurso que atrelavam o “livre-mercado, a defesa dos valores cristãos e à conjuntura política nacional e internacional” (ROCHA, 2018, p.49).

Os grupos das novas direitas que foram se formando entre o governo de Lula e Dilma, como o Movimento Brasil Livre – MBL, surgem nos protestos de junho de 2013 e como vários grupos conservadores e ultraliberais já vinham atuando através das redes sociais. Esses grupos, apesar de não serem homogêneos, tinham como objetivo a derrocada do PT e foram tendo mais adesão social a partir do momento em que a mídia começou a atacar de forma agressiva a questão do mensalão (ROCHA, 2018).

A construção de que o PT era o foco da corrupção, o apoio da mídia e um trabalho forte na internet foram aos poucos aglutinando seguidores e simpatizantes. Esses grupos foram responsáveis pelas principais mobilização *pró-impeachment* e também pela eleição de alguns nomes da direita no Brasil. Durante a reeleição de Dilma esses grupos se voltaram para apoiar Aécio Neves e julgavam que a vitória seria certa.

Após a reeleição de Dilma eles começaram a fazer chamamentos nas redes sociais para a busca do *impeachment*. Esses grupos figuraram de forma significativa na eleição do Bolsonaro, pois foram os grandes orquestrantes das *fakenews* veiculadas durante a campanha.

Como já apontado as *fakenews* foram uma estratégia utilizada em grande escala na eleição de Trump nos EUA, candidato americano que também apresentava um discurso conservador. No Brasil, as *fakenews* foram marcadas por um discurso machista, misógino e que atacava de maneira pessoal os opositores.

5.1.3 A eleição de Jair Bolsonaro e o impacto nas políticas públicas para as mulheres

Apesar de atos como o movimento #EleNão, já mencionado em capítulo anterior, Jair Bolsonaro se elege presidente do Brasil no segundo turno com 55,13% dos votos válidos, contra o candidato do PT Fernando Haddad.

O ex-presidente e há época candidato a presidência da república se elegeu com um discurso fundamentalista e conservador que incentivava ataques sexistas, homofóbicos, racistas e de outras ordens. Com uma agenda antipopular e antidemocrata fazia o discurso de que o Brasil estava acima de tudo e Deus acima de todos, rememorando as máximas trazidas pela ditadura militar.

A eleição de Bolsonaro trouxe para os movimentos sociais, e especificamente, para o movimento feminista um clima de instabilidade e insegurança que se refletiram na atuação do movimento no ano de 2019.

Dentro do movimento feminista de Pernambuco, a pauta da segurança tomou um lugar de destaque, pois eram vinculadas notícias dentro dos movimentos de que as lideranças estavam sendo monitoradas através da internet e dos seus meios de comunicação. As perseguições também ocorriam por meio de postagens ofensivas nas redes sociais daqueles que se declarassem contra o governo de Bolsonaro. Os seus eleitores, de forma semelhante, também reproduziam discursos machistas e conservadores, os quais delegavam as mulheres um lugar secundário e de submissão.

Ao perguntar a uma de minhas interlocutoras sobre o impacto da eleição de Jair Bolsonaro no movimento feminista, esta tentou traçar um caminho que apresentasse algo positivo neste acontecimento, vide fala:

Então, eu acho que tiveram dois lados né. Um lado ruim, muito ruim e um lado bom, porque nada nessa vida é só bom ou ruim. O **lado ruim** foi a perda de direitos, a perda de diálogo com o governo que apesar das críticas o movimento tinha na época de Dilma, na época de Lula, o mínimo diálogo com o governo federal que hoje não tem mais. As mulheres hoje estão com a vida muito mais precárias porque é a onde a corda apertada é o lado mais fraco e ao momento que as políticas públicas foram sendo cortadas, políticas públicas que são assistências para a vida das mulheres, verba para as escolas, para construir creches, acesso a saúde pública muito deteriorado e a saúde das mulheres a gente saber que, a saúde pública uma coisa que a gente precisa repensar sempre. Mas, que o patriarcado é tão maldito que as mulheres são as pessoas dentro de casa que são responsáveis pela saúde das pessoas, são as cuidadoras então elas são quem acessam mais o sistema de saúde. E o **lado bom** que deixam as feministas com raiva e eu acho que a raiva é um sentimento motriz sabe? que a gente fala porra se não tem raiva não funciona sabe, reacendeu um ódio latente. Eu acho que isso é bom! é uma potencialidade! Infelizmente agora, estamos com a covid, mas a gente conseguia ver o que esse ódio o que essa potencialidade se tornou, a gente viu a marcha das margaridas, uma marcha linda e assim sem verba pra isso, sem verba pra fazer e rolou. Sabe os sindicatos fodidos e as mulheres sindicalistas então com o cão no coro, agora são elas que pegam os microfones. Eu acho que essa foi a coisa boa, porque a gente sabe que tá morrendo, quem tá se fodendo somos nos e nossas crianças a partir disso, sai da frente o bagulho vai ficar louco. Porque eu acho que a gente tava muito acostumada a dialogar e inclusive isso fazia a gente passar pano pra uns babados, enfim agora a gente tem o lado bom nessa tragédia que é a reação, não existe ação sem reação então tá na hora da gente radicalizar o processo (Entrevista com Quitéria. Coletiva Mulesta).

Segundo pesquisa realizada pelo IPEA⁶² e pelo INCT/PPED⁶³(2023) com a eleição de Bolsonaro (2019-2022) à presidência da república e com a indicação de Damares Alves⁶⁴ ao Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, institui-se um desmonte das políticas públicas voltadas para as mulheres “a estrutura do novo Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos que, já em seu nome, oferece sinais dos novos rumos a serem tomados no campo das políticas de gênero e/ou para as mulheres...” (2023, p. 321).

Durante os anos de 2003 a 2014, que correspondem as gestões do PT, pode-se observar uma consolidação da agenda de políticas públicas para as mulheres no país. Em 2003, a criação da Secretária de Políticas para as Mulheres – SPM, com status de ministério, possibilitou que esta política estivesse em posição hierárquica igual aos outros setores para assim cobrar que a perspectiva de gênero fosse incorporada nas ações desenvolvidas.

Assim, a função precípua da SPM era a de coordenar aquilo que se convencionou chamar de transversalização da perspectiva de gênero, não apenas no âmbito do governo federal (transversalidade horizontal), mas também entre as diferentes esferas federativas (transversalidade vertical)...O objetivo, então, é reconhecer que existe uma responsabilidade compartilhada pela execução de políticas para as mulheres que cabe a todos os órgãos setoriais no nível federal e também nos níveis locais. Se a transversalidade se efetiva, cada um desses órgãos passa a considerar, em seu processo de formulação, execução e avaliação de políticas, a perspectiva de gênero, incorporando uma lente que os ajuda a avaliar em que medida a promoção da igualdade ou da autonomia das mulheres pode ser favorecida ou não em suas iniciativas setoriais (TOKARSKI, et al., 2023, p. 323).

As políticas públicas para as mulheres precisavam ser pensadas de forma transversal não estando restrita à SPM. Junto à SPM, a organização do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) teve um papel fundamental na construção dos direcionamentos que deveriam ser adotados na gestão de políticas de gênero. O PNPM, teve três edições entre 2003 e 2014, e foi construído através da sistematização do dialogo realizado com vários seguimentos da população durante as Conferências das Mulheres, que ocorreram nos âmbitos Municipais, Estaduais e Nacionais.

No I PNPM (2005-2007), as ações voltadas para as políticas públicas para as mulheres se davam em cinco setores: trabalho, saúde, educação, violência e gestão. Nesse primeiro momento, ainda não havia orçamento definido para a execução das ações. O II PNPM (2008-2011) ampliou os setores de atuação,

⁶² O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, é uma fundação pública federal vinculada ao Ministério de Planejamento e Orçamento. O órgão é responsável por aprimorar as políticas públicas, por meio da disseminação e produção de conhecimento e da assessoria aos Estados. Fonte: ipea.gov.br

⁶³ Instituto Nacional de Ciências e Tecnologia em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento.

⁶⁴ Damares Alves é advogada, pastora evangélica e foi Ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos (2019-2022). Atualmente, é Senadora do Distrito Federal pelo Partido Republicano.

...seis novas áreas estratégicas que irão se somar àquelas já existentes no I Plano. São elas: Participação das mulheres nos espaços de poder e decisão; Desenvolvimento sustentável no meio rural, na cidade e na floresta, com garantia de justiça ambiental, inclusão social, soberania e segurança alimentar; Direito à terra, moradia digna e infraestrutura social nos meios rural e urbano, considerando as comunidades tradicionais; Cultura, comunicação e mídia não discriminatórias; Enfrentamento ao racismo, sexismo e lesbofobia; e Enfrentamento às desigualdades geracionais que atingem as mulheres com especial atenção às jovens e idosas (BRASIL, 2008, p.19).

O II PNPM (2008-2011), marca a inclusão na esfera institucional de um debate que já vinha sendo travado dentro do movimento feminista, o questionamento acerca da homogeneidade construída em torno da categoria mulher. A reflexão sobre as distintas formas de opressão que as mulheres sofriam, seja elas de raça, classe, sexualidade ou geracional, levou a inclusão dos dois últimos eixos: “Enfrentamento ao racismo, sexismo e lesbofobia” e “Enfrentamento às desigualdades geracionais que atingem as mulheres com especial atenção às jovens e idosas” que buscou visibilizar as pluralidades presentes. No II PNPM (2008-2011) e III PNPM (2013-2015), foi definido orçamento específico para as ações.

Durante período de 2003 a 2015, o campo das políticas públicas foi marcado por um permanente diálogo entre a esfera governamental e o movimento feminista e de mulheres, que contribuíram com as CNPM e integraram os conselhos que fiscalizavam o setor.

Apesar de todo o esforço para construir uma política de gênero transversal, a pesquisa do IPEA e INCT (2023) já mencionada mostra que a falta de recursos humanos e econômicos foi uma barreira para que política de gênero fosse incorporada de forma efetiva e sustentável aos governos. Este fato, combinado as mudanças relacionadas com a moralidade, viria a ser um dos motivos para que o desmonte dos últimos anos tenha sido realizado de forma tão rápida.

Já os anos de 2015 a 2018 são marcados por um outro momento das políticas públicas para as mulheres, que a pesquisa do IPEA (2023) classificou como “Primeiro ciclo do desmonte: estagnação política e retração do MIM”. No segundo mandato de Dilma Rousseff, ocorreu uma reformulação no ministério o que ocasionou uma perda de status ministerial da SPM, sendo esta incluída no Ministério da Mulher, Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. Esta alteração diminuiu a autonomia política e consequente dificuldade em realizar as ações destinadas ao setor que agora se encontrava preso a mais procedimentos burocráticos

Em 2016 com o fim do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, depois de assumir a presidência da república, o ex-presidente interino Michel Temer fez uma nova realocação da SPM que passou a integrar o Ministério da Justiça e Cidadania. Nesse processo,

a SPM deixou de ter status ministerial e passou a ser uma secretaria dentro de um órgão, o que ocasionou uma secundarização nas políticas de gênero.

Paralelo a esse processo de instabilidade da SPM, crescia dentro do Congresso Nacional as frentes parlamentares conservadoras que buscavam combater o que eles denominaram “ideologia de gênero”, trazendo para pauta de discussão questões sobre sexualidade, maioria penal, aborto, entre outros temas tidos como polêmicos. Essas questões levantadas foram tratadas no campo da moral e religião ao invés do campo político.

Os anos em que Dilma Rousseff foi presidenta e o seu posterior impeachment, denominado por muito como “golpe”, foi fortemente marcado por questões de gênero. No ano de 2014, durante a abertura da copa do mundo sediada no Brasil, torcedores presentes no evento gritaram palavras ofensivas e com significado sexual a presidente “Ei, Dilma vá tomar no cu”. Esse acontecimento não foi um fato isolado, sendo produzido e distribuído adesivos para serem colocados nos tanques de combustível dos carros com a presidenta com as pernas abertas, reforçando mais uma vez as questões gênero presente.

Partindo dessa análise é que afirmo que estamos há um ano sob a vigência de um golpe patriarcal, machista, sexista, capitalista financista, fundamentalista, mediático e parlamentar que retirou da presidência da República a primeira mulher eleita e reeleita com mais de 54 milhões de votos. Ou seja, nesse caldeirão de interesses, é preciso enfatizar a dificuldade em aceitar que o poder era exercido por uma mulher. E a trataram com a falta de cerimônia, civilidade e respeito que caracterizam o comportamento machista em relação às mulheres em geral... (MENICUCCI, 2018, p. 66).

A sessão de votação do pedido de *impeachment* de Dilma Rousseff também foi marcada por um discurso misógino, racista e classista. A maioria dos parlamentares que votaram “sim” alegavam que estavam votando em nome da família, da propriedade e da pátria (MENUCCI, 2018) e mesmo com um discurso acusatório e de reverência aos torturadores da ditadura militar, do qual a então presidenta foi vítima, Dilma Rousseff é destituída da presidência em maio de 2016.

Ao assumir a presidência da república Michel Temer em um curto espaço de tempo promoveu retrocessos no campo previdenciário, social e econômico que atingiram, principalmente, as mulheres e as classes mais pobres da população. Com o retrocesso nas políticas públicas para mulher e um discurso pautado na ideia de mulher “bela, recatada e do lar”, o cenário estava montado para a ascensão de Jair Bolsonaro à presidência da república em 2019.

Entre 2018 e 2019, com a vitória de Jair Bolsonaro para a presidência da república, pôde-se observar o grande desmonte das políticas públicas voltadas para as mulheres. Como

aponta uma de minhas interlocutoras. Na época da realização da entrevista, a agenda do então presidente apresentava retrocessos.

Uma agenda negando direitos sociais, alimentando o racismo, o machismo, uma agenda antipopular, anti democrática, já atacando as estruturas do estado, já constituídas a partir de 89, consolidada com a constituição cidadã. Um cara retrógrado nos direitos, retrógrado na economia, e de caráter fascista. A agenda que Bolsonaro apresenta é de conteúdo fascista, nazista, persecutório a população, armamentista. Em vez de construir um sistema de segurança prega que a população retome o código de Hamurabi “olho por olho, dente por dente”, vamos armar aqueles que podem e querem ser armado para defender a segurança, porque a violência tá estourando, quando a gente sabe que o debate da violência tem várias fontes. (Entrevista com Joaquina. UJS Feminista)

Diferentemente das pautas discutida em outras eleições, que traziam a questão da fome, do desemprego, da pobreza como pontos centrais para serem combatidos. A eleição de 2018 foi fundada em discussões de caráter moral que diziam combater a ideologia de gênero em prol dos valores da família. Esse tom se manteve durante toda a eleição ocasionando ataques as mulheres, negros, indígenas, pessoas LGBTQI+.

Com a eleição o discurso começou a se efetivar nas ações, ao assumir o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damares Alves disse sua polêmica frase “meninos vestem azul e meninas vestem rosa”, dando o tom dos debates que viriam a seguir. A visão de família a partir de uma perspectiva conservadora nas quais estão baseadas em um núcleo familiar formado por um homem, uma mulher e seus filhos; a ideia de que a mulher ocupa um lugar de submissão dentro dessa relação, cabendo a ela o cuidado como lar e o matrimônio. Essas ideias reforçam o direcionamento para as políticas de gênero no governo Bolsonaro.

Dentre as 11 áreas de atuação do SNPM, apenas duas tiveram relativa atenção neste período: a violência doméstica e o trabalho. A ideia de transversalidade de gênero foi trocada pela de transversalidade da família (a partir de moldes conservadores). O orçamento para ações e projetos também foram reduzidos e a participação popular que tinha sido primordial nos primeiros anos de existência da SNPM se tornou obsoleta.

Ações como o apoio a organismos de políticas para as mulheres nos estados e municípios, a capacitação de servidores públicos na temática de gênero e raça ou a realização de estudos e implantação de sistemas de monitoramento, cuja responsabilidade não poderia ser de outra instituição que não a SNPM, deixam de fazer parte das prioridades e interesses dessa nova gestão. O conceito de transversalidade e sua operacionalização enquanto princípio necessário para a efetivação de uma política para as mulheres perde forças, tornando esta agenda ainda mais difícil de se concretizar (TOKARSKI, et al., 2023, p.347).

Diante disso, com orçamento reduzido e concentrado apenas na área da violência contra a mulher. Com sua força de transversalização institucional comprometida, alguns temas importantes para discutir as desigualdades de gênero foram abandonados pelo SNPM.

O desmonte das políticas públicas para as mulheres, as quais foram decorrentes de uma construção entre governos, movimento feminista e de mulheres, sociedade civil, impactou diretamente a vida das mulheres, principalmente, as mulheres que se encontravam em situações de maior vulnerabilidade social e econômica.

Por fim, o impacto do desmonte das políticas públicas voltadas as mulheres, será visto com maior intensidade durante o período da pandemia do Covid-19, que teve um impacto principalmente na vida das mulheres e escancararia as desigualdades e precariedades enfrentadas por esse segmento da população (QUINTANS, et al, 2021).

5.2 “ESSA NOITE EU TIVE UM SONHO DE SONHADOR, MALUCO QUE SOU, EU SONHEI COM O DIA QUE A TERRA PAROU”

Esta seção tem como objetivo refletir sobre o impacto da pandemia do Covid-19 e do consequente isolamento social na vida das mulheres, no movimento feminista, e mais especificamente nas coletivas feministas do Recife. Nesse período, o movimento feminista que tem sua atuação marcada pela presença nos espaços urbanos, teve que redimensionar suas práticas para uma militância nos espaços virtuais.

Como apresentado na seção anterior, desde a eleição de Bolsonaro a presidência da república e da indicação de Damare Alves ao Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos a agenda das políticas públicas para as mulheres vinha sofrendo um desmonte com a redução do orçamento, da perda de autonomia e força da pasta para implantar de forma transversal as suas políticas.

Nesse contexto, a pandemia do Covid-19, colocou em evidência as desigualdades de gênero, raça e classe que já se configuravam como problemas históricos da sociedade brasileira. Estudos realizados pela OXFAM⁶⁵ (2021) e ONU Mulheres Brasil⁶⁶(2020) fazem revelações significativas neste sentido: no período da pandemia ocorreu um aumento no índice de violência doméstica e feminicídio, pois a maioria das mulheres ficaram em isolamento com os agressores e sem rede de apoio; a sobrecarga frente ao trabalho doméstico

⁶⁵ A Oxfam Brasil é uma organização da sociedade civil brasileira, sem fins lucrativos e independente, criada em 2014 para a construção de um Brasil com mais justiça e menos desigualdades. Nosso escritório fica em São Paulo. Fonte: Home | Oxfam Brasil

⁶⁶ O Escritório da ONU Mulheres no Brasil está empenhado em apoiar o país para endereçar de forma abrangente e integrada as barreiras estruturantes referentes à promoção da igualdade entre mulheres e homens. A ONU Mulheres cumpre esse compromisso ao alavancar seu triplo mandato de apoio normativo, coordenação interagencial no Sistema ONU e suas atividades operacionais (implementação de seus programas e projetos). Fonte: ONU Mulheres

também apresentou um aumento, visto que, são as mulheres as principais responsáveis pelo trabalho doméstico e pelo cuidado de idosos e crianças.

Ocorreu ainda, neste contexto, uma maior sobrecarga nos trabalhos formais de saúde, já que, as mulheres são as principais profissionais desses setores e os cuidados de higiene relativos a prevenção do contágio pelo vírus, que foram aumentados.

Dessa forma, podemos também observar em outra pesquisa⁶⁷, realizada pela associação Gênero e Número e pela SOF Sempre Viva Organização Feminista (2020) que no campo do emprego, da responsabilidade pelo cuidado de outras pessoas (crianças, idosos e adulto independentes) e do trabalho doméstico as mulheres vem sofrendo uma sobrecarga que é agravada, principalmente, entre as mulheres negras e de baixa renda. Isso é revelado também por uma das ativistas entrevistadas nessa pesquisa:

Quando a pandemia chega se somando aos mais de 18 milhões de desempregados e desempregadas, que não eram pessoas que estavam no mercado de reserva não são pessoas que estavam trabalhando de carteira assinada tendo seu salário mínimo garantido minimamente. Elas perderam seus empregos e as primeiras a serem demitidas foram as mulheres, porque as mulheres engravidam, porque as mulheres menstruam, porque as mulheres têm filhos, essas foram as primeiras a serem demitidas, essas foram as primeiras a terem os direitos inviabilizados né. Aqui em Pernambuco a gente tem uma experiência né...que são os dados do hospital da restauração, a situação econômica é tão difícil que as mulheres da população da periferia, as mulheres pobres deixaram de cozinhar com gás e passaram a trabalhar com álcool e não foi para fazer higienização era pra fazer fogo para fazer a comida, então o número de mulheres queimadas no hospital da restauração é desumano (Entrevista com Joaquina. UJS Feminista).

Como apontado por nossa entrevistada, a pandemia tem impactado toda a população, mas tem atingindo fortemente as mulheres que se encontram em situação de vulnerabilidade, muitas vezes sem as condições mínimas para fazer a higienização e atender as recomendações do isolamento, pois falta água, alimentos, os espaços das casas, por vezes, são tão pequenos que não conseguem comportar a família. Essa realidade denominada por muito “novo normal” acentua as questões de classe e raça que, por vezes, se camuflaram em nossa sociedade.

Assim, é preciso agir/reagir as situações postas “a gente precisa achar os caminhos para reagir, a gente vai achar. As feministas são espertas, vamos pensar” (Joaquina, UJS Feminista). No próximo tópico refletiremos as estratégias acionadas pelo movimento feminista para enfrentar a pandemia e continuar sua militância no novo cenário.

⁶⁷ Pesquisa intitulada “Sem parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia”. Disponível em: <http://mulheresnapanademia.sof.org.br/efeitos-pandemiamulherestrabalhadoras>

5.2.1 O movimento feminista no enfrentamento da pandemia

A pandemia, como já mencionado em momentos anteriores, colocou para o movimento feminista a urgência de uma reformulação na sua forma de atuação. As ações que, apesar de também serem realizadas nos meios virtuais, eram, em sua maioria, desenvolvidas no olho a olho, por meio de ações de rua, rodas de conversas e reuniões. Passaram a ocupar os espaços virtuais de forma prioritária, através de: sites, blogs, redes sociais, e-mail, entre outros.

Dentro do movimento feminista de Pernambuco, podemos identificar durante esta pesquisa, algumas atividades desenvolvidas pelo movimento que se concentrou em desenvolver ações que tinham como objetivo combater a fome causada pelo crescente desemprego que acompanhou esse período, ações que visavam informar a população sobre a covid-19 e as formas de prevenção, ações reivindicatórias junto ao Estado na busca pela ampliação da testagem e vacinação para a população e campanhas de orientação sobre a violência doméstica.

Figura 26 - Campanhas desenvolvidas na Pandemia



Fonte: Site do SOS Corpo e Rede de Mulheres Negras, 2023.

As ações desenvolvidas pelo movimento feminista local contou com campanhas de doação de alimentos e produtos de higiene que foram destinadas as famílias localizadas em

locais de maior vulnerabilidade no Recife. Essas campanhas buscavam amenizar o impacto da “fome” e possibilitar os cuidados mínimos de higiene para a população se manter saudável. Muitas das mulheres que estavam em situação de vulnerabilidade não conseguiram aderir completamente o isolamento social, tendo que continuar suas relações de trabalho.

Apesar da recomendação da OMS sobre a liberação das trabalhadoras domésticas do serviço e a manutenção de suas remunerações essa prática não foi adotada pela maioria das famílias que utilizavam-se deste trabalho. Por vezes, foi exigido que as empregadas domésticas saíssem de suas casas e residissem na casa de seus patrões para que não ocorresse a possibilidade deles serem contaminados pelo vírus. Quando essa situação não era imposta, estas precisavam ir e vir dos seus trabalhos diariamente passando por diversos riscos de contágio (QUINTANS, et al., 2021).

Nesse sentido, ocorreram várias violações dos direitos trabalhistas das trabalhadoras domésticas. Em Pernambuco, um caso que ficou conhecido, tanto localmente como nacionalmente, foi o caso de Mirtes Renata que teve seu filho Miguel morto ao cair do 9º andar do edifício de seus patrões. Mirtes teve que levar o filho para o trabalho durante o período de pandemia, pois não teve liberação do serviço (como recomendado pela OMS) e não tinha com quem deixar a criança.

As ações que visavam levar informações para as mulheres foram desenvolvidas, principalmente, na forma de cartilhas e pôsteres divulgadas nas páginas das redes sociais dos grupos feministas. Esses espaços também foram usados para realizar as reivindicações contra o governo que agia de forma inapropriada no combate à doença. Com um discurso que atacava a ciência e chamava o vírus de “gripezinha”, o governo atrasou a vacinação da população contra o vírus, que chegou a matar cerca de 700 mil pessoas no país⁶⁸.

Nas redes sociais também foram desenvolvidas ações que buscavam apoiar emocionalmente e afetivamente as mulheres no período de pandemia, assim como orientar sobre como agir em situações de violência doméstica dentro de sua residência e na vizinhança. Como já apontado, os casos de violência doméstica cresceram neste período e as mulheres encontravam-se com a rede de apoio fragilizada diante do cenário. (SOUZA e FARIAS, 2020)

Para além das ações desenvolvidas especificamente voltadas a pandemia, o movimento feminista e as coletivas feministas observadas nesta pesquisa tentaram manter

⁶⁸ Informações disponíveis em: [Covid-19 Casos e Óbitos \(saude.gov.br\)](https://covid-19.casos.e-obitos.saude.gov.br)

suas militâncias ativas apesar das dificuldades apresentadas no novo contexto, como apontado por uma das interlocutoras,

Na minha coletiva, as minhas companheiras não sofreram tanto. Algumas conseguiram manter seus empregos, agora outras. Eu mesmo fui uma que as meninas disseram toma 100 conto pra fazer sua feira. Porque não faz sentido você militar se você não tem comida em casa, então é isso. Se na nossa vida do trabalho a gente tá fodida, isso fode também com o nosso comprometimento, porque a gente tem que lutar para sobreviver é uma escolha que tem que ser feita ou eu como ou eu vou pra essa reunião e aí? Como dentre as pessoas mais pobres, as mais pobres são as mulheres, as mais pobres mesmo são as mulheres negras, isso, com certeza, mexeu com a estrutura do movimento feminista, mexeu com a estrutura da organização, não só organização, agora no início da pandemia foi um processo de virar pra si e vamos garantir a sobrevivência das nossas companheiras e depois a gente ver, porque se a gente não tem as mulheres vivas a gente não tem luta, não tem movimento né (Entrevista com Quitéria. Coletiva Mulesta).

O contexto da pandemia, impôs as mulheres a luta pelas suas vidas e dos seus familiares. Ter comida na mesa, não ser contaminado pelo vírus se tornaram o foco principal no primeiro momento. A militância *online* é uma ferramenta importante no processo de manter as coletivas atuantes, mas o distanciamento foi visto por muitas militantes como um limitador para manter acesa a vontade de lutar.

Eu acho que o caminho a gente tá trilhando que é o caminho da organização *online*, mas que a gente tem que descobrir ainda como a gente faz para garantir a participação de mais mulheres no processo e a gente sabe que se for só pelo online isso é muito excludente. Eu mesmo sou uma pessoa que tenho uma dificuldade muito grande em aceitar a militância online, porque eu acho que no momento que a gente se encontra, se olha no olho, se conversa, é tão precioso, tão essencial para nossa organização. Que online a comunicação sempre vem cheia de ruído e ali ao vivo a gente tem essa coisa de falar e ser ouvida, não sei como a gente faz exato nesse momento (Entrevista com Quitéria. Coletiva Mulesta).

A fala da entrevista revela as nuances que permeiam a militância *online*, pois se de um lado abre caminhos para que seja possível permanecer atuante, por outro dificulta a militância de muitas mulheres que não possuem acesso aos meios de comunicação adequados ou mesmo com esse acesso, em decorrência da sobrecarga de funções desenvolvidas em período de pandemia, não conseguem atuar nesses moldes.

Apesar dos percalços enfrentados, as coletivas feministas precisaram repensar suas práticas políticas e neste sentido o uso da internet e das redes sociais foi um instrumento muito utilizado. O uso dessas ferramentas já era comum entre elas, que se utilizavam destas para fazer divulgação de suas ideias e eventos, para estabelecer contato com coletivas de outros estados do país, pois o funcionamento em rede é uma de suas características. Essa rede de intercambiamento, às vezes, ocorre de forma física, pois as integrantes das coletivas costumam participar de eventos que ocorrem em todo o Brasil, mas na maioria das vezes, a internet é o canal mais usado.

Durante o período de pandemia foram organizadas *lives* para discutir diversos temas relacionados ao universo das mulheres, reuniões foram realizadas através de plataformas seguras, listas de *email's* foram reativadas e ocorreu um uso acentuado das redes sociais (*instagram, twitter, facebook, tiktok*, entre outros).

As reuniões *online* estão começando a dar certo, o mulesta passou mesmo por um processo de descanso agora, de parada, de respiro. Porque a gente vinha e uma rotina de *lives* mensais que tava colocando muita coisa em cima da gente e além disso tem esses processos pessoais que tava muito complexo, desde a companheira que perdeu o emprego, da companheira que teve seu salário diminuído até a companheira de decidiu que ia sair da casa do ex companheiro com a nenê no colo, sabe (Entrevista com Quitéria. Coletiva Mulesta).

O uso dessas ferramentas contribuíram para reduzir o isolamento social e permitir que algumas atividades continuassem ocorrendo. No entanto, como afirmam algumas participantes desta pesquisa “o movimento é pra ser feito com todas juntas”, o sentimento de pertencimento gerado pelo encontro com os pares é importante para a oxigenação da militância e para que coletivamente sejam pensadas estratégias de resistências criativas.

5.3 “AMANHÃ HÁ DE SER OUTRO DIA”

O período de 2019-2022, marcado no campo político pelo governo de Jair Bolsonaro, foi de grande retrocesso em pautas sociais que eram vistas por muitos como impossíveis de retroagir. Em um período de curto tempo tivemos o desmonte de conquistas que foram alcançadas após muitos anos de lutas. E isto nos leva a refletir porque foi relativamente “fácil” esse retrocesso? Em entrevista com uma das interlocutoras desta pesquisa ela apresenta alguns caminhos de respostas.

Você passa a ter uma mudança de consciência a partir da realidade concreta, isso não quer dizer que efetivamente o fato de um negro ou uma negra ter ido pra universidade, ou de uma mulher ter tido acesso à “minha casa, minha vida⁶⁹” ou ao “bolsa família⁷⁰”, gere uma mudança imediata e automática do nível de consciência dela. Porque se essas ações estatais não forem ligadas a construção de uma nova consciência você não consegue consolidar essas mudanças e mais na frente a gente enxerga isso. E aí como eu vejo também né? eu vejo que houve um simbólico e importante momento nesse ciclo de 13 anos de 2003 até 2016 quando Dilma foi impeachment, entre 2003 e 2016 você vive exatamente esse ciclo de agenda democrática, de afirmação do diálogo entre o Estado e a população, de fortalecimento das políticas públicas, de ampliação da política educacional dentro de uma perspectiva libertadora, pública, gratuita e de qualidade, a criação dos mais

⁶⁹ Programa criado pelo governo federal em 2009 que visa subsidiar a aquisição da casa própria as famílias de baixa renda.

⁷⁰ Programa criado pelo governo federal com o objetivo de realizar transferência de renda para as famílias de baixa renda.

médicos, dentre outras iniciativas que foram desenvolvidas, o próprio programa de aceleração do crescimento vem no sentido de direcionar recursos do Estado para fortalecer a rede de emprego na construção civil, mas também em todo conjunto que preenche e que compreende essa rede de grandes obras e de grande investimentos. Então, você tem um momento de ascensão, de pulsão, de impulso de Estados e Municípios e isso reflete na vida das pessoas, na vida das mulheres. Mas, não indica diretamente geração de consciência (Entrevista com Joaquina. UJS Feminista).

A “geração de consciência” trazida na fala da interlocutora estaria atrelada a capacidade das pessoas desenvolverem uma leitura política e social da sua condição de opressão e a partir disso conseguir reagir a estas “então você não tinha uma base social para defender essa agenda política” (Joaquina, UJS Feminista).

O governo de Bolsonaro, e em particular sua forma de conduzir o Estado durante a pandemia, contribuiu com o fortalecimento das forças de oposição ao governo. Partidos de vários campos políticos distintos se uniram entorno da pauta da democracia e formaram uma aliança que teve como protagonista o partido dos trabalhadores – PT na figura de Lula. A chapa eleitoral formada pela candidatura de Lula (PT/2022) à presidência e de Geraldo Alckmim (PSB) a vice-presidência chegou ao segundo turno com 48,43% dos votos válidos, sendo seguido por 43,20% alcançado pelo candidato a reeleição Jair Bolsonaro (PL), 4,2% de Simone Tebet (MDB) e 3,95% de Ciro Gomes (PDT).

O segundo turno das eleições foi marcado por uma campanha turbulenta, permeada de acusações e uma postura, por vezes, agressiva dos eleitores “parecia um campo de guerra, cada um que queria defender sua opinião. Era difícil o diálogo porque qualquer tentativa poderia resultar em uma agressão” (Camarão, movimento #ELENÃO). Em uma disputa acirrada Lula e Geraldo Alckmin se elegem com 50,90%, apesar da vitória o governo não se elege com maioria na Câmara Federal e no Senado.

O governo de Lula, apesar de ainda estar no início, já apresentou importantes iniciativas. Entre elas a reestruturação do Ministério das Mulheres, da Igualdade Social, dos Povos Indígenas, dos Direitos Humanos e Cidadania.

Nesse sentido, durante o período de transição de governo, vários grupos feministas de forma coletiva e individual elaboraram suas propostas no campo das políticas públicas para as mulheres e encaminharam para a equipe de governo do presidente Lula, esse documento também foi divulgado em suas redes sociais no formato de carta para que uma maior parcela das mulheres pudesse entrar em contato com as propostas. Em seguida apresento carta⁷¹ elaborada por grupos feministas de Pernambuco e nacionais, dentre eles assinam a carta: SOS

⁷¹ A carta pode ser lida na íntegra no seguinte site: Carta dos Movimentos Feministas e de Mulheres do Campo da Esquerda à Equipe de Transição – SOS Corpo.

Corpo Instituto para a Cidadania, Rede de Mulheres Negras de Pernambuco, Articulação de Mulheres Brasileiras – AMB, Marcha Mundial de Mulheres, Rede Nacional de Feministas antiprobicionista, entre outros grupos. O documento tem como título: “Carta dos Movimentos Feministas e de Mulheres do Campo da Esquerda à Equipe de Transição”.

Nós, MOVIMENTOS FEMINISTAS E DE MULHERES DO CAMPO DE ESQUERDA firmantes dessa carta, nos dirigimos à Equipe de Transição, que está trabalhando para produzir relatório com diagnóstico, propostas e recomendações para os 100 primeiros dias do governo Lula, que será entregue à equipe que assumirá o novo governo em 2023, encaminhamos nossas propostas, que visam, de fato, melhorar a vida das brasileiras.

Desde o Golpe de 2016, reagimos cotidianamente aos ataques, violações e desmonte de direitos das mulheres. Nos posicionamos favoráveis à candidatura de Lula e temo a expectativa de que os mecanismos de participação social voltem a ser uma prioridade do novo governo. Estivemos nas ruas e nas redes comprometidas e atuando durante as eleições, celebramos a eleição do Presidente Lula e as possibilidades de reconstrução democrática do Estado de direito em nosso país. Essa reconstrução exige o firme compromisso com a retomada das políticas públicas para as mulheres e a superação dos retrocessos que o Governo Bolsonaro impôs à vida das meninas e mulheres brasileiras.

Nós, ativistas feministas antirracistas e anticapitalistas, das cidades, do campo, das águas e das florestas, acreditamos na relação necessária e profícua entre movimentos feministas e gestoras e gestores públicos para a formulação, implementação e avaliação das políticas públicas que visam diminuir as desigualdades sociais, de gênero, de raça e etnia, de geração, de sexualidade, em relação à deficiência, capacitismo, à intolerância religiosa, e demais interseções.

Saudamos a conquista de um Governo que considera o diálogo com os movimentos sociais e populares em suas diferentes expressões, autônomo e crítico, como fundamental para a gestão democrática do Estado brasileiro. Nos posicionamos de maneira intransigente pela defesa da democracia, contra a política sistemática de produção e valorização do ódio, contra o empobrecimento da população e a negação dos direitos das mulheres, da classe trabalhadora, do povo preto, quilombolas e povos originários do país!

Ressaltamos que nosso apoio na reconstrução do país se situa na apresentação de nossas propostas, na reafirmação e na defesa cotidiana das nossas pautas e lutas, bem como pela demanda de que alguns decretos e portarias que nos atingem sejam revogados imediatamente. Defendemos como prioridade absoluta o diálogo para a revogação de medidas do Governo Bolsonaro que violaram direitos e atacaram ferozmente a autonomia das mulheres brasileiras (2022).

A eleição do presidente Lula, reabre o campo de diálogo entre o governo e os movimentos sociais, os seus dois primeiros mandatos 2003 – 2014 foram marcados por uma forte presença popular na elaboração das políticas públicas, em especial nas políticas voltadas para as mulheres. Diante disso, os grupos feministas reivindicam a retomada deste diálogo e a construção de condições adequadas para que as políticas públicas para as mulheres voltem a ser uma pauta transversal dentro do governo.

Reafirmamos que o Ministério das Mulheres não deve se restringir às ações de enfrentamento à violência, mas atuar por uma agenda de direitos de forma interministerial para garantir melhores condições de vida para todas as mulheres e meninas brasileiras. Ao reconhecer a transversalidade das pautas de gênero e racial, destacamos a importância das pastas de Direitos Humanos, Cidadania, Desenvolvimento Social, Saúde, Trabalho e Previdência, Povos Originários, Fazenda, Planejamento atuarem para garantir melhores condições de vida para todas as mulheres e meninas brasileiras (AMB⁷², 2022).

O cenário que se apresenta, apesar de sofrer uma frente ampla de oposição dos defensores de Bolsonaro e de outros seguimentos conservadores, pode ser lido como promissor para a luta das mulheres e para a reconstrução de pautas importantes. O estabelecimento de um diálogo entre o movimento feminista e a gestão vem a contribuir para a construção de espaços democráticos de participação social e popular. É preciso reestabelecer o orçamento, alinhar e transversalizar a política para que possamos pensar em um “Brasil” onde as desigualdades não sejam tão determinantes.

Por fim, o movimento feminista e nesta pesquisa, as coletivas feministas em especial, possuem um papel importante para que as reivindicações no campo feminista e de mulheres se tornem políticas de enfrentamento as desigualdades. Os momentos de “crise”, no qual a democracia e os direitos sociais são atacadas forjam novas alianças e consensos que não ocorrem quando as conquistas parecem mais estabelecidas.

*Apesar de você
Amanhã há de ser
Outro dia
Eu pergunto a você
Onde vai se esconder
Da enorme euforia
Como vai proibir
Quando o galo insistir
Em cantar
Água nova brotando
E a gente se amando
Sem parar (Chico Buarque).*

⁷² Nota emitida pela Articulação de Mulheres Brasileiras. Disponível em: ONDE ESTÃO AS MULHERES NOS MINISTÉRIOS NO GOVERNO LULA? — Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) (ambfeminista.org.br)

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao escrever o título desse trabalho “Feminismo é revolução”, eu nitidamente pude ouvi-lo de forma gritada, ao som da batucada nas ruas do Recife. Pesquisar, escrever e existir enquanto feminista é sem dúvida um ato revolucionário.

Esta pesquisa almejou compreender as práticas políticas das coletivas feministas de Recife, entre eventos, reuniões e atos de rua, nas quais as coletivas estavam presentes como participantes ou organizadoras. Pensar as práticas políticas constituiu pensar encontros, alianças e coalizões, formados e formadores no/do campo feminista local.

Neste percurso, refletimos sobre o encontro da teoria e prática feminista, partindo de uma Antropologia feminista (MOORE, 2019) que propõe uma etnografia crítica nas quais as relações de poder são levadas em consideração. Colocamos em debate, os caminhos para a construção do conhecimento científico e em consonância com o que Donna Haraway (1995) aponta o compreendemos como parcial e situado, no qual a corporalidade dos sujeitos importam.

A partir desta compreensão pensamos a relação entre o movimento feminista e a construção teórica dos seus pressupostos. Assim, apontamos encontros e desencontros, mas não antagonismo, pois compreendemos que construir conhecimento é um ato político e não podemos desatrelar esses dois campos feministas.

Participar e acompanhar os eventos, atividades e reuniões mais amplas do movimento feminista em Recife, nos levou a atentar para as alianças e disputas que constituem o campo de atuação das coletivas feministas, uma mobilidade se evidenciou, alianças e disputas possuem uma flutuação a depender do evento e dos/as atores/atrizes sociais em campo.

Os eventos e atividades organizadas pelas coletivas feministas, as formas de organização, as pautas de reivindicação e atuação política possuem contornos diversos, também disputam o campo orientadas por ideologias que demarcam a maneira como se articulam e atuam. Entre os eventos acompanhados destacamos o evento Deboche-se e a Marcha das Vadias, o evento seguiu um formato já apontado em outras pesquisas sobre as coletivas feministas contemporâneas (MARTELLO, 2015; CARMO, 2018), a programação contava com roda de conversa e oficinas voltadas para a ideia do faça-você-mesma (lambe-lambe, *stencil*, fanzine) prática amplamente vinculada entre as coletivas e que busca a construção de autonomia das coletivas seja em relação ao Estado, ao mercado ou a indústria da mídia. Os eventos também contam com momentos de debates e momentos de lazer, no

qual ocorrem intervenções artísticas, shows de bandas, apresentações de Djs. Construindo uma aproximação entre militância e sociabilidade.

No campo, algumas orientações ideológicas se destacaram como o veganismo e o anarquismo. O veganismo orienta uma militância não especista e colocam em debate a questão da dominação não apenas a dominação das mulheres pelos homens, mas entre espécies, um debate que não é recente dentro do campo feminista, mas tem ampliado sido ampliado e ganhado adeptas entre as jovens feministas. Já o anarquismo tem pautado a relação das coletivas feministas com o Estado, apesar de nem todas as coletivas serem anarquistas, como podemos observar ao longo dos capítulos, algumas se filiam a esse ideário. Dentro dessas perspectivas as coletivas buscam um afastamento da mídia, do mercado e do Estado, traçando formas alternativas de diálogo que buscam a autonomia e um afastamento das estruturas mais burocratizadas e hierárquicas.

No que trata da discussão sobre o corpo trouxemos uma perspectiva do corpo enquanto instrumento de militância, no qual são escrito bandeiras de luta, essa perspectiva é amplamente explorada pela Marcha das Vadias que o utilizam como “meio” para reivindicar.

Outro debate que apareceu no campo e merece destaque é a disputa em torno de quem é o sujeito do feminismo, preciso ressaltar que essa discussão talvez seja uma das mais contínuas dentro do movimento feminista. O debate entorno da categoria “mulher” enquanto sujeito do feminismo vai ganhando mais elementos conforme o pensamento feminista avança, deslocando-se do singular e universal para o plural e múltiplo, mas ainda objeto de tensionamento principalmente em utilizações políticas estratégicas do termo que muito provavelmente caminhará por muito tempo ao longo da produção do pensamento e nos estudos feministas, perpassando por revisões, adaptações, problematizações e disputas.

Se faz necessário apontar que os ideários norteadores da atuação das coletivas feministas aqui apresentados são atravessados por marcadores sociais, como de raça, classe e sexualidade, nesse sentido, as práticas políticas não podem ser pensadas sem considerarmos o cruzamento dessas matrizes de opressão com as questões de gênero.

Por fim, partindo da ideia de que produzir conhecimento é um ato político, esta tese não poderia ser escrita sem levar em consideração o contexto político e social que a atravessou, marcada por eventos sociopolíticos, como a eleição do ex-presidente Jair Bolsonaro que inaugurou um cenário de retrocesso nos direitos sociais e políticos, ataques a democracia, aos movimentos sociais e em particular ao movimento feminista, além da propagação de discursos racistas, machistas e Lgbtfóbicos. Esta pesquisa bem como seu campo, também foi atravessada pelo surgimento e intensificação do vírus Covid-19, uma

pandemia que atingiu todo o mundo, e que mais particularmente o Brasil foi agravada devido a gestão desastrosa do presidente frente da crise sanitária instaurada. Em relação ao campo mais especificamente, as medidas de isolamento social e proibição de eventos públicos e aglomerações, retirou compulsoriamente o movimento feminista das ruas, o seu espaço de atuação por excelência.

Esses eventos políticos e sociais impactaram a atuação das coletivas feministas também no contexto recifense que precisaram reorganizar suas formas de atuação, pois apesar de já possuírem uma forte ocupação das redes sociais, foi necessário intensificar a presença nos aplicativos de comunicação e interação social na tentativa de manter a militância, o contato e as redes de apoio. Em relação a pesquisa o impacto afetou os procedimentos metodológicos, uma vez que o contexto pandêmico exigiu adaptações após o início do campo, já havia iniciado o acompanhando das atividades e reuniões de forma presencial, mas foi necessário deslocar algumas estratégias para o contexto digital e online, acompanhando lives, participando de reuniões online, visualizando postagens, utilizando como comunicação os grupos de whatsapp, entre outras ferramentas. As entrevistas com as interlocutoras também foram realizadas de forma virtual através de uma plataforma de reuniões.

Pesquisar nestes contextos não trouxeram apenas impactos para a pesquisa em seu sentido mais formal, mas impactou a vida de todas nós, a pandemia causou deslocamentos na vida das mulheres pesquisadas, na sua militância e na nossa existência. A instabilidade por lidarmos com algo até então desconhecido, o auto índice de mortes noticiadas todos os dias nas redes de comunicação de massa, a perda de amigos e familiares, e o medo do nosso próprio adoecimento causou um clima de insegurança. Ouso dizer que algumas mudanças trazidas pela pandemia permaneceram em nossa sociedade, como muitas vezes ouvi “o novo normal”.

Neste período, a produção do conhecimento científico também foi atacada de inúmeras maneiras, os estudos foram descredibilizados, os investimentos foram reduzidos e os pesquisadores acusados de serem produtores de “falácias”. Falar de ciência e de produção de conhecimento a partir de uma perspectiva feminista, neste contexto exige um esforço maior porque além de travar um debate dentro do campo científico sobre a validade dos conhecimentos feminista, trava-se um debate macroestrutural sobre a validade da própria ciência.

Esta pesquisa tentou contribuir para o campo dos estudos sobre o movimento feminista contemporâneo pensando, por meio das alianças, disputas, orientações ideológicas as formas de atuação política das coletivas feminista de Recife. Compreendo que é contínua a

construção da teoria e da prática feminista e que a multiplicidade de vozes presentes no campo é o que a torna potente.

Não é o objetivo dessa pesquisa esgotar a discussão ou trazer verdades absolutas, ousar dizer que enquanto a escrevo muita coisa no campo já se move e toma novos formatos, sendo aqui uma fotografia do campo, sendo necessárias futuras pesquisas para ampliar o campo de discussão sobre o feminismo contemporâneo que continua se reformulando na sua prática cotidiana.

Para finalizar gostaria de ressaltar a vivacidade e criatividade do movimento feminista que mesmo em contextos menos propícios busca novas estratégias de militância e resistência. Construindo dentro da sua pluralidade e das suas divergências caminhos de unidade para que possamos construir uma sociedade mais igualitária para igualitárias para todos.

REFERÊNCIAS

- ADAMS, Carol. **A Política Sexual da Carne**: a relação entre carnivorismo e a dominância masculina. 1. ed. São Paulo: Alaúde Editorial, 2012.
- ADRIÃO, Karla Galvão. **Encontros do feminismo**: uma análise do campo feminista brasileiro a partir das esferas do movimento, do governo e da academia. Tese (Doutorado em Ciências Humanas). Universidade de Santa Catarina, Florianópolis, 2008. 301 p.
- ADRIÃO, Karla; TONELI, Maria; MALUF, Sônia. O movimento feminista brasileiro na virada do século XX: reflexões sobre sujeitos políticos na interface com as noções de democracia e autonomia. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 19, n. 3, p. 661-681, set./dez., 2011.
- AFONSO, Mariana Luciano. Respostas de movimentos sociais feministas à pandemia de COVID-19: notas prévias de pesquisa em psicologia social. *Revista Movimentação*, Dourados, MS, V.8, nº.14, jan./jun. 2021.
- ALVAREZ, Sonia. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. **Cadernos Pagu**, n. 43, p. 13-56, jan./jul. 2014a.
- ARAÚJO, Raissa Barbosa. **Jovens Feministas do Nordeste**: um novo segmento político do movimento feminista brasileiro. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013. 127 p.
- BANDEIRA, Lourdes. A contribuição da crítica feminista à ciência. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 1, n. 16, p. 207-228, jan./abril, 2008.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. Branquitude e Branqueamento no Brasil. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (Orgs.) **Psicologia Social do Racismo**: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- BONETTI, Alinne. **Não basta ser mulher, tem que ter coragem**: uma etnografia sobre gênero, poder, ativismo, feminino popular e o campo político feminista de Recife - PE. 2007. 261 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) — Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007. Orientadora: Profa. Dra. Maria Filomena Gregori.
- BONETTI, Alinne. O que é esta antropologia adjetivada?. In: Gênero, mulher e feminismo. BONETTI, Aline; LIMA E SOUZA, Ângela Maria Freire (org.). - Salvador: EDUFBA: NEIM, 2011.
- BORDO, Susan. A feminista como outro. **Estudos Feministas**, 2000.
- BUTLER, Judith *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia* / Judith Butler; tradução Fernanda Siqueira Miguens; revisão técnica Carla Rodrigues. – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BRASIL. II Plano Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres, Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres, 2008.

CARMO, Íris Nery do. Múltiplos ativismos: coletivos feministas e os desafios contemporâneos. In: Ferreira, Fabiane & Bonetti, Alinne (orgs.). **Gênero, interseccionalidades e feminismos: desafios contemporâneos para a educação**. São Leopoldo: Oikos, p. 63-73, 2016.

CARMO, Íris Nery do. O perigo das dobras: iconografias e corporalizadas no feminismo contemporâneo. **Sociologia & Antropologia**. v.8, n.1, p.193-222, 2018.

CARMO, Íris Nery do. Feminista e vegana: gastropolíticas e convenções de gênero, sexualidade e espécie entre feministas jovens. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 27(1), 2019.

CAMARGO, Michelle de A. “Manifeste-se, faça zine!: uma etnografia sobre “zines de papel” feministas produzidos por minas do rock. (São Paulo, 1997-2007). **Cadernos Pagu**, Campinas, n.36, p. 155-186, jan/junho, 2011.

CORRÊA, Mariza. Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal. **Cadernos Pagu**, n. 16, p.13-30, 2001.

COSTA, Cláudia de Lima. O sujeito no feminismo: revisitando os debates. *Cadernos Pagu*. p. 59-90, 2002.

COSTA, Cláudia de Lima; ALVAREZ, Sonia. A circulação das teorias feministas e os desafios da tradução. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 21(2): 336, maio-agosto, 2013.

DAVIDSON, Martina. **Feminismo e projeto decoloniais: ferramentas críticas para repensar o veganismo**. *Diversitates International Journal*, vol.12, n.1, janeiro/junho, 2021.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FACCHINI, Regina. “Não faz mal pensar que não se está so”: estilo, produção cultural e feminismos entre minas do rock em São Paulo. **Cadernos Pagu**, v. 36, p. 117-153, jan./jun. 2011.

FRASER, Nancy. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 15(2): 240, maio-agosto/2007.

GOMES, Carla e SORJ, Bila. Corpo, geração e identidade: A marcha das vadias no Brasil. *Revista Sociedade e Estado*, v. 29, n. 2, maio-agosto, 2014.

GOMES, Carla de Castro. Corpo e emoção no protesto feminista: a Marcha das Vadias do Rio de Janeiro. **Sexualidad, salud y sociedad**, n. 25, p. 231-255, abril, 2017.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, 1984, p. 223-244.

GUIMARÃES, Sandra. MST e o veganismo popular. 10 de nov. de 2019. Disponível em: MST e Veganismo Popular - MST .

GOHN, Maria da Glória. Teorias dos Movimentos Sociais. Edições Loyola, São Paulo, 1997.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, n.5, p. 07-41, 1995.

HARDING, Sandra. Ciencia y Feminismo. Política y sociedad, Madrid, Ediciones Morata, 1996.

HARDING, Sandra. Objetividade mais forte para as ciências exercidas a partir de baixo. Tradução: Dra. Rebeca Furtado de Melo. Em construção, p.143-162, 2019.

hooks, bell. Mulheres Negras: moldando a teoria feminista. In: Teoria feminista: da margem ao centro. Tradução Rainer Patriora, São Paulo, Perspectiva, 2019.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Desmonte e reconfiguração de políticas públicas (2016-2022). Brasília: IPEA, 2023.

KELLER, Evelyn Fox. Qual foi o impacto do feminismo na ciência? *Cadernos Pagu* (27), p.13-34, jul.-dez., 2006.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação: episódios do racismo no cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LORDE, Audre. *Irmã Outsider*. Tradução Stephanie Borges, 1ª ed., Belo Horizonte, Autêntica, 2020.

LOWY, Ilana. Universalidade da ciência e conhecimentos “situados”. *Cadernos pagu* (15), p.15-38, 2000.

MACHADO, Lia Zanotta. Feminismos brasileiros nas relações com o Estado. Contextos e incertezas. *cadernos pagu* (47), 2016.

MAIZZA, Fabiana. **De mulheres e outras ficções: contrapontos em antropologia e feminismo**. Ilha, v.19, n.1, p. 103-135, 2017.

MALUF, Sônia. Os dossies da REF: Além das Fronteiras entre academia e militância. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 12(N.E.): 264, setembro-dezembro/2004.

MARIANO, Silvana Aparecida. O sujeito do feminismo e o pós-estruturalismo. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 13(3): 320, setembro-dezembro, 2005.

MARQUES, Gabriela Miranda. **(Re) Invenção do anarcofeminismo: anarcofeministas na cena punk (1990-2012)**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

MARQUES, Gabriela Miranda. Feministas Libertárias: práticas contemporâneas de resistência. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013.

MARTELLO, Laura França. **Tensões e desafios na construção de espaços e encontros entre feministas jovens autonomistas no contexto brasileiro e latino-americanos (2011-2014)**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós Graduação em Ciência Política da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015, 220p.

MATOS, Marlise. **A quarta onda feminista e o campo crítico-emancipatório das diferenças no Brasil: entre a destradicionalização social e o neoconservadorismo político**. 38º Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, 2014.

MATOS, Marlise. Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do Sul global? **Rev. Sociol. Polit.**, 18 (36) 2010.

MELLO, Jaffia e Carvalho, Anahi. O lugar do corpo na antropologia: Uma reflexão sobre a ressignificação do “corpo” nos coletivos feministas contemporâneos - do corpo-objeto ao “corpo-bandeira”. **Revista de Estudos e Investigações Antropológicas**, ano 5, volume 5(1), 2018.

MENICUCCI, Eleonora. In: RUBIM, Linda; ARGOLO, Fernanda (org.). **O golpe na perspectiva de gênero**. EDUFBA: Coleção Cult, Salvador, 2018.

MIGUEL, Luis Felipe. O mito da “ideologia de gênero” no discurso da extrema direita brasileira. **Cadernos Pagu** (62), 2021.

MIGUEL, Luis Felipe. A emergência da nova direita brasileira. In: GALLEGU, Esther Solano (org.). **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. Boi tempo, p. 16-26, 2018.

MOORE, Henrietta. **A passion for difference: Essays in anthropology and gender**. Cambridge: Polity Press, 1994.

MOORE, Henrietta. **Antropología y feminismo**. Ediciones Cátedra, 5ª edición, Madrid, 2009.

NASCIMENTO, Letícia. **Transfeminismo**. São Paulo, Jandaíra, 2021.

NAVARRO, Márcia. Entre o acadêmico e o popular: os rumos do feminismo atual. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 17(1): 296, janeiro-abril/2009.

ORTNER, Sherry. “Uma atualização da teoria da prática” e “Poder e projetos: reflexões sobre agência”. Grossi, Miriam Pilar et alli (orgs.). In: Conferências e Diálogos: Saberes e Práticas Antropológicas. Nova Letras, Blumenau, 2007.

ORTNER, Sherry B. Gender Hegemonies. *Cultural Critique*, No. 14, The Construction of Gender and Modes of Social Division II (Winter, 1989-1990) pp, 35-80.

ORTNER, Sherry B. **Making gender – The politics and erotics of culture**. Boston: Beacon Press, 1996.

PEDRO, Joana e BARLETTO, Marisa. Movimentos Feministas e Academia: tensões e alianças. *Feminismos*. vol.7, n.1, Jan. – Abr. 2019.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

PINTO, Céli Regina Jardim. A trajetória discursiva das manifestações de rua no Brasil (2013-2015). *Lua Nova*, São Paulo, 100: 119-153, 2017.

PISCITELLI, Adriana. Recriando a (categoria) mulher?. In: ALGRANTI, Leila Mezan (org.). *A prática feminista e o conceito de gênero*. Textos didáticos. Campinas, IFCH, 2002.

QG Feminista. Entrevista: Kimberle Crenshaw sobre a Interseccionalidade. 6 de ago. De 2019. Disponível em: [Entrevista: Kimberle Crenshaw sobre a Interseccionalidade | by Feminismo Com Classe | QG Feminista | Medium](#).

QUINTANS, Mariana Trotta, et. al. Os impactos da pandemia da Covid-19 na vida das mulheres no contexto brasileiro: sob a perspectiva de raça, classe e gênero. *InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais*, v. 7, n. 2, 2021.

ROCHA, Camila. O boom da nova direita no Brasil contemporâneo: financiamento ou militância?. In: GALLEGO, Esther Solano (org.). **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. Boi tempo, p. 48-54, 2018.

RIBEIRO, Stephanie. Feminismo um caminho longo a frente. In: GALLEGO, Esther Solano (org.). **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. Boi tempo, p. 108-113, 2018.

ROSTAGNOL, Susana. **Antropologia feminista o cuando el adjetivo se torna sustantivo**. *Revista feminismos*, Vol.6, N.1, Jan. – Abr. 2018.

SANTOS, Vivian Matias. Uma “perspectiva parcial” sobre ser mulher, cientista e nordestina no Brasil. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 24(3), setembro-dezembro, 2016.

SANTOS, Vivian Matias. Notas desobedientes: Decolonialidade e a contribuição para a crítica feministas à ciência, 2018.

SARDENBERG. Cecília Maria Bacellar. Da Crítica Feminista à Ciência a uma Ciência Feminista?, NEIM/UFBA, Salvador, 29 de outubro a 1 de novembro de 2001.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, n. 12, v. 2, p. 35-50, maio/ago. 2004.

STRATHERN, Marilyn. Uma relação incômoda: o caso do feminismo e da antropologia. *Mediações*, Londrina, v. 14, n.2, p.83-104, jul/dez. 2009 [1987].

STRATHERN, Marilyn. *O gênero da dádiva*. Editora Unicamp, Campinas, 2006.

TAVARES, Anna Odara Araujo. “TÔ DE MINISSAIA, NÃO TE DEVO NADA”: vestimenta como elemento político na Marcha das Vadias Recife – PE. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco, 2020.

TARDUCCI, Mónica. Un viaje personal por la antropología. *Revista Feminismos*, vol.6, N.1, Jan. – Abr. 2018.

TOKARSKI, Carolina Pereira; MATIAS, Krislaine de Andrade; PINHEIRO, Luana Simões; CORREA, Ranna Mirthes. De política pública à ideologia de gênero: o processo de (des)institucionalização das políticas para as mulheres de 2003 a 2020. In: *Desmonte e reconfiguração de políticas públicas (2016-2022)*. Brasília: IPEA, 2023.

ZELIC, Helena; SANTOS, Thandara; MORENO, Renata. *SOF – SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA. SEM PARAR: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia*.

YANNOULAS, Silvia Cristina; VALLEJOS, Adriana Lucila; LENARDUZZI, Zulma Viviana. Feminismo e Academia. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 81, n. 199, p. 425-451, set./dez. 2003.

APÊNDICE A - Roteiro de Entrevista

Dados Gerais:

Nome:

Idade:

Formação:

Área de atuação profissional:

Local onde reside:

Nº de telefone:

E-mail:

PRIMEIRO BLOCO – feminismo, militância e organização

1. Como você conheceu o feminismo?
2. Como iniciou a sua militância? Como foi sua trajetória de militância no movimento feminista? Como chegou ao grupo atual?
3. Fale um pouco sobre o coletivo que você faz parte. Como é a sua forma de organização? Suas ações? Suas parcerias?
4. Como é o cenário do movimento feminista em Recife? E como você se enxerga dentro dele?
5. O que você acha do surgimento de vários coletivos feministas nos últimos anos?
6. Como você percebe a presença das mulheres negras, das mulheres trans dentro do movimento feminista local e dentro do seu movimento?
7. Como você pensa a relação do feminismo com o veganismo? Com o anarquismo?
8. O que é o feminismo para você?
9. Quem é o sujeito legítimo para falar em nome do feminismo?
10. Como é ser mulher e feminista nas suas relações cotidianas?

SEGUNDO BLOCO – feminismo e estado

1. Fale sobre a relação entre o feminismo e o estado
2. E quanto aos governos, como pode ser a relação?
3. E quanto a Bolsonaro, como a eleição dele interferiu no movimento?
4. E no que se refere à vida das mulheres?

TERCEIRO BLOCO – pandemia, isolamento e movimento

1. Com a pandemia e o isolamento social. Quais estratégias seu coletivo vem acionando para continuar a militância?
2. Quais os caminhos que você vê de resistência?
3. Você acha que teremos um dia uma sociedade mais igualitária?
4. Você gostaria de falar algo mais?

APÊNDICE B - Fotos do Lançamento do Centro Cultural SOS Corpo (2019)



Fonte: arquivo da autora, 2019.

APÊNDICE C - Fotos da Marcha das Vadias (2019)



Fonte: arquivo da autora, 2019.

APÊNDICE D - Fotos reunião preparatória 8 de março (2019)



Fonte: arquivo da autora, 2019.

APÊNDICE E - Fotos do 8 de Março (2020)



Fonte: arquivo da autora, 2020.